



**ACADEMIA MILITAR**

**OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS NA  
ATUAL CONJUNTURA NACIONAL**

**Autor: Aspirante Pedro Ricardo Mendes Fragosa**

**Orientador: Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) José Carlos Dias Rouco**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, Setembro 2014**



**ACADEMIA MILITAR**

**OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS NA  
ATUAL CONJUNTURA NACIONAL**

**Autor: Aspirante Pedro Ricardo Mendes Fragosa**

**Orientador: Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) José Carlos Dias Rouco**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, Setembro 2014**

## **Dedicatória**

À princesa da minha vida a minha Avó Gertrudes Mendes Matos,  
Ao nosso rebento Pedro Afonso que me faz sonhar todos os dias,  
E a ti, que tens estado ao meu lado nas minhas conquistas.

## **Agradecimentos**

Agradecer é sempre uma situação ingrata, na medida em que, na ansiedade de querer mostrar a estima pelo apoio prestado, podemos sempre esquecer de alguém que de alguma forma, foi importante em algum momento.

Por isso, gostaria desde já agradecer a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente na realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao meu Orientador, Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Carlos Rouco, por todo o seu acompanhamento permanente e dedicado, sem a qual não seria de todo possível ultrapassar as dificuldades que sucederam da realização do presente trabalho.

Gostaria também de enaltecer a Professora Doutora Helena Carreiras, pela forma como se disponibilizou perante este trabalho, pelas horas perdidas e por me ajudar a reforçar a ideia, que quando queremos muito algo, esse algo é possível. É de salientar que, sem a sua presença, parte do sucesso deste trabalho não teria sido alcançado.

Ao Alferes da Força Aérea Bruno Dinis pela ajuda na divulgação do Inquérito.

Ao Cadete Aluno de 4º Ano de Infantaria Jorge Mota, por todo o apoio e ajuda.

À Dina Luís pelo *brainstorming* que fomos tendo durante o processo de elaboração do presente trabalho assim como pelo apoio nos últimos anos.

Ao Sargento-Mor de Infantaria (Comando) António Melro, por acreditar que este trabalho era possível e pelo apoio durante a elaboração do mesmo.

Ao Segundo Sargento de Infantaria Fabiani Ferreira, pelo apoio nos momentos mais difíceis em diversas fases da minha vida tanto profissionais como pessoal.

À Carolina Fernandes por todo o apoio oferecido desde o início do presente trabalho, e pelo valioso encorajamento.

Aos Camaradas do TPOI, pela camaradagem e espírito de entreajuda, tanto nos bons como nos maus momentos, mas principalmente àqueles que mais me ajudaram a ultrapassar todos os obstáculos ao longo dos últimos cinco anos.

A todos os meus amigos que acreditam e sempre acreditaram em mim.

Por fim, mas não menos importante, à Soraia Melro por tudo.

**A todos, os meus profundos agradecimentos!**

## Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada versou a “Opinião Pública sobre as Forças Armadas na atual Conjuntura Nacional”. Tendo como objetivo principal contribuir para a criação de medidas que ajudem na melhoria da imagem das Forças Armadas como um todo. Para o estudo foi realizada uma entrevista exploratória à Professora Doutora Helena Carreiras, por forma a perceber qual o estado atual da arte, bem como um Inquérito por Questionário aplicado a uma amostra de trezentos e oitenta e quatro indivíduos de ambos os sexos, habitantes no Distrito de Aveiro. Com base nas respostas obtidas nos Inquéritos por Questionário, efetuou-se o tratamento e análise estatística com recurso a programas estatísticos como *Statistical Package for Social Sciences* e *Microsoft Excel Office 2010*. Após a análise de dados conclui-se que a Opinião Pública sobre as Forças Armadas é bastante positiva, muitas vezes influenciada pelos Media. Entre os dados obtidos, destacamos os seguintes:

A maior parte dos inquiridos entendem que as Forças Armadas são necessárias para o País, assim como consideram serem importantes para a Defesa Nacional.

Em relação à confiança que os inquiridos têm nas Forças Armadas, mais de metade dos inquiridos consideram os militares pessoas sérias e honestas e aconselham o ingresso de familiares e amigos nas Forças Armadas.

No que concerne ao efetivo das Forças Armadas, os inquiridos têm uma percepção muito próxima da realidade do total do efetivo das Forças Armadas, concordando que o efetivo atual é o suficiente.

De treze instituições apresentadas, as Forças Armadas são aquelas em que a maior parte dos inquiridos confia, tendo obtido uma média positiva, os Partidos Políticos é a instituição que menos confiança transmite aos inquiridos.

Uma parte significativa dos inquiridos concordam que a atuação das Forças Armadas contribui muito para o prestígio internacional do País, assim como entendem que as Forças Armadas são eficazes no cumprimento das suas missões.

**Palavras-chave:** Opinião Pública, Forças Armadas, Media, Conjuntura atual, Portugal.

## Abstract

The present Investigation Essay revolved about “The Public Opinion about the Armed Forces in the current National Conjecture”. Having its objective in contributing to the creation of measures that help to improve the image of the Armed Forces as a whole. To the study an exploratory interview was made to the Professor Doctor Helena Carreiras, so that the current state of the art becomes known, as well as an Inquire through Questionnaire applied to a sample of three hundred and eighty four individuals of both sexes, inhabiting the district of Aveiro. Based on the answers that were attained in the Inquires through Questionnaire, the treatment and statistic analysis was made resorting to statistical programs such as *Statistical Package for Social Sciences e Microsoft Excel Office 2010*. After the analysis of the data it is concluded that the Public Opinion about the Armed Forces is quite positive, and often influenced by the Media. Amongst the obtained data, the following are highlighted:

The majority of the inquired understand that the Armed Forces are necessary to the Country, and they considered being important to the National Defense.

Regarding the trust that the inquired have in the Armed Forces, more than half of the inquired considered the military serious and honest people and advised their family and friends to enter the Armed Forces.

Concerning the numbers of the Armed Forces, the inquired have a very accurate perception of the reality regarding the totality of the members of the Armed Forces, agreeing that the actual size is sufficient.

Of thirteen presented institutions, the Armed Forces are those that the majority of the inquired trust, having attained a positive average, the Political Parties is the institution that less trust transmits to the inquired.

A significant part of the inquired agrees that the actual situation of the Armed Forces contributes in great amounts to the international prestige of the Country, and they also understand that the Armed Forces are efficient in the fulfillment of their missions.

**Key-words:** Public Opinion, Armed Force, Media, Actual Conjecture, Portugal.

## Índice Geral

|  |      |
|--|------|
| Dedicatória.....                               | i    |
| Agradecimentos.....                            | ii   |
| Resumo.....                                    | iii  |
| Abstract.....                                  | iv   |
| Índice Geral.....                              | v    |
| Índice de Figuras.....                         | viii |
| Índice de Quadros e Tabelas.....               | x    |
| Lista de Apêndices.....                        | xi   |
| Lista de Anexos.....                           | xii  |
| Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas..... | xiii |

### Parte I - Parte Teórica

|  |          |
|--|----------|
| <b>Capítulo 1 - Introdução.....</b>  | <b>1</b> |
| 1.1. Enquadramento / Contextualização da Investigação.....                       | 1        |
| 1.2. Justificação da Escolha.....  | 1        |
| 1.2.1. Delimitação da Investigação.....  | 2        |
| 1.3. Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....                                 | 3        |
| 1.4. Questão Central e Questões Derivadas.....                                   | 3        |
| 1.5. Metodologia.....  | 4        |
| 1.6. Modelo Metodológico da Investigação.....                                    | 5        |
| 1.7. Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada e Síntese dos Capítulos..... | 7        |
| <b>Capítulo 2 - Opinião Pública.....</b>   | <b>8</b> |
| 2.1. Introdução.....   | 8        |
| 2.2. Opinião Pública.....  | 8        |
| 2.2.1. Diferentes Conceitos de Opinião Pública.....                              | 9        |
| 2.3. Os Meios de Comunicação Social na Formação da Opinião Pública.....          | 10       |
| 2.4. O Conceito de Imagem.....   | 12       |
| 2.5. Métodos e técnicas que medem a Opinião Pública e a sua caracterização.....  | 13       |

|   |    |
|---|----|
| <b>Capítulo 3 - Forças Armadas</b> .....                                  | 14 |
| 3.1. Introdução .....   | 14 |
| 3.2. História, Missão, Dependência e Estrutura das Forças Armadas .....   | 14 |
| 3.3. Missão das Forças Armadas.....                                       | 15 |
| 3.4. Dependência e Estrutura das Forças Armadas.....                      | 17 |
| 3.5. O Impacto dos Media na Opinião Pública sobre as Forças Armadas ..... | 17 |
| 3.6. O papel das Forças Armadas no Contexto Nacional e Internacional..... | 19 |

## **Parte II - Parte Prática**

|  |    |
|--|----|
| <b>Capítulo 4 - Metodologia e Procedimento</b> .....                             | 21 |
| 4.1. Introdução .....  | 21 |
| 4.2. Método de Abordagem ao Problema e Justificação.....                         | 22 |
| 4.3. Instrumento e sua Caracterização .....                                      | 23 |
| 4.4. Pré-teste e Inquérito Final.....  | 23 |
| 4.5. Caracterização da amostra .....   | 24 |
| 4.6. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados .....                            | 25 |
| 4.7. Local e Data da Pesquisa e da Recolha de Dados.....                         | 26 |
| 4.8. Descrição dos Materiais e Instrumentos Utilizados.....                      | 26 |
| 4.9. Descrição dos Procedimentos de Análise e Recolha de Dados .....             | 27 |
| <br>   |    |
| <b>Capítulo 5 - Apresentação, Análise e Discussão de Resultados</b> .....        | 28 |
| 5.1. Introdução .....  | 28 |
| 5.2. Método da Análise de Dados .....  | 28 |
| 5.3. Caracterização sociodemográfica da amostra.....                             | 29 |
| 5.4. Análise Descritiva da Dimensão: Defesa de Portugal e da União Europeia..... | 30 |
| 5.4.1. Problemas que Poderão Afetar a Segurança de Portugal.....                 | 31 |
| 5.4.2. Assegurar a Defesa de Portugal .....                                      | 31 |
| 5.4.3. Respeitar os Compromissos de uma Aliança de Defesa.....                   | 32 |
| 5.4.4. Criação de uma Força Militar Comum aos Países da União Europeia.....      | 32 |
| 5.4.5. Opção Ideal para Garantir a Defesa Militar da União Europeia (EU).....    | 33 |
| 5.5. Análise Descritiva da Dimensão: Forças Armadas Portuguesas .....            | 33 |
| 5.5.1. Existência de Forças Armadas no Nosso País .....                          | 34 |
| 5.5.2. Importância das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional ...     | 34 |

|   |           |
|---|-----------|
| 5.5.3. Interesse sobre Assuntos Relacionados com Defesa Nacional e FA.....      | 35        |
| 5.5.4. Grau de Conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas .....           | 35        |
| 5.5.5. Realização de Missões por parte das Forças Armadas Portuguesas .....     | 35        |
| 5.5.6. Afirmações sobre as Forças Armadas.....                                  | 36        |
| 5.5.7. Carreira Profissional nas Forças Armadas.....                            | 37        |
| 5.5.8. Ingresso nas Forças Armadas e Ramo que recomendaria.....                 | 38        |
| 5.5.9. Avaliação dos Ramos das Forças Armadas .....                             | 39        |
| 5.5.10. Participação dos Militares Portugueses em Missões Internacionais.....   | 40        |
| 5.5.11. Justificação da Participação das FA em Missões Internacionais.....      | 40        |
| 5.5.12. Dimensão total de Efetivos das FA .....                                 | 41        |
| 5.5.13. Profissionalização das Forças Armadas.....                              | 41        |
| 5.5.14. Número de Voluntários Insuficiente.....                                 | 42        |
| 5.5.15. Dia da Defesa Nacional .....  | 42        |
| 5.5.16. Características Importantes para se ser Militar.....                    | 43        |
| 5.5.17. Prestígio de Profissões em Portugal e das Categorias de Militares ..... | 44        |
| 5.6. Análise descritiva da dimensão: Portugal e a Sociedade Portuguesa .....    | 45        |
| 5.6.1. Orçamento de Estado e a sua Distribuição .....                           | 45        |
| 5.6.2. O Orgulho de ser Português.....  | 45        |
| 5.6.3. Sentimento perante acontecimentos.....                                   | 46        |
| 5.6.4. Sacrificar a própria vida e motivo pelo qual sacrificaria .....          | 47        |
| 5.6.5. Portugal atacado militarmente .....                                      | 47        |
| 5.6.6. Confiança pessoal em cada uma das instituições.....                      | 48        |
| 5.6.7. Grau de Pertença/Ligação com o lugar onde vive .....                     | 49        |
| <b>Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações .....</b>                            | <b>50</b> |
| 6.1. Introdução .....   | 50        |
| 6.2. Resposta às Questões Derivadas .....                                       | 50        |
| 6.3. Resposta à Questão Central .....   | 53        |
| 6.4. Conclusões .....   | 53        |
| 6.5. Limitação da Investigação .....  | 54        |
| 6.6. Propostas e recomendações.....   | 55        |
| 6.7. Investigações futuras.....   | 55        |
| <b>Bibliografia.....</b>  | <b>56</b> |

## Índice de Figuras

|  |    |
|--|----|
| Gráfico n.º 1 - Faixa Etária dos Inquiridos por Percentagem.....                       | 29 |
| Gráfico n.º 2 - Género dos Inquiridos.....   | 29 |
| Gráfico n.º 3 - Habilitações Literárias.....   | 30 |
| Gráfico n.º 4 - Problemas que Poderão Afetar a Segurança de Portugal.....              | 31 |
| Gráfico n.º 5 - Assegurar a Defesa de Portugal.....                                    | 32 |
| Gráfico n.º 6 - Respeitar Compromissos de uma Aliança de Defesa.....                   | 32 |
| Gráfico n.º 7 - Criação de uma força Militar comum aos países da União Europeia.....   | 33 |
| Gráfico n.º 8 - Opção ideal para garantir a defesa militar da União Europeia.....      | 33 |
| Gráfico n.º 9 - Existência de Forças Armadas no nosso País.....                        | 34 |
| Gráfico n.º 10 - Importância das FA Portuguesas para a Defesa Nacional.....            | 34 |
| Gráfico n.º 11 - Interesse sobre assuntos relacionados com Defesa Nacional e FA.....   | 35 |
| Gráfico n.º 12 - Grau de Conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas.....         | 35 |
| Gráfico n.º 13 - Realização de Missões por parte das Forças Armadas Portuguesas.....   | 36 |
| Gráfico n.º 14 – Afirmações sobre as Forças Armadas.....                               | 37 |
| Gráfico n.º 15 - Carreira Profissional nas Forças Armadas.....                         | 38 |
| Gráfico n.º 16 - Ingresso nas Forças Armadas.....                                      | 38 |
| Gráfico n.º 17 – Ramo que Recomendaria.....  | 39 |
| Gráfico n.º 18 – Avaliação dos Ramos das Forças Armadas.....                           | 39 |
| Gráfico n.º 19 - Participação dos Militares Portugueses em Missões Internacionais..... | 40 |
| Gráfico n.º 20 – Justificação da Participação das FA em Missões Internacionais.....    | 40 |
| Gráfico n.º 21 – Dimensão Total de Efetivos das FA em Número de Militares.....         | 41 |
| Gráfico n.º 22 – Adequabilidade da dimensão das Forças Armadas.....                    | 41 |
| Gráfico n.º 23 – Profissionalização das Forças Armadas.....                            | 42 |
| Gráfico n.º 24 – Número de Voluntários Insuficiente.....                               | 42 |
| Gráfico n.º 25 – Dia da Defesa Nacional.....   | 43 |
| Gráfico n.º 26 – Características Importantes para se ser Militar.....                  | 43 |
| Gráfico n.º 27 – Prestígio de várias profissões em Portugal.....                       | 44 |
| Gráfico n.º 28 – Prestígio Relativamente às Categorias de Militares.....               | 44 |

|   |        |
|---|--------|
| Gráfico n.º 29 – Orçamento de Estado. ....                            | 45     |
| Gráfico n.º 30 – Distribuição do Orçamento de Estado.....             | 45     |
| Gráfico n.º 31 - Orgulho de se ser Português. ....                    | 46     |
| Gráfico n.º 32 - Sentimento Perante Acontecimentos. ....              | 46     |
| Gráfico n.º 33 - Sacrificar a Própria Vida.....                       | 47     |
| Gráfico n.º 34 - Motivo pelo qual Sacrificaria a sua Vida.....        | 47     |
| Gráfico n.º 35 - Portugal Atacado Militarmente.....                   | 48     |
| Gráfico n.º 36 – Confiança Pessoal nas Instituições.....              | 49     |
| Gráfico n.º 37 - Grau de Pertença/Ligação com o lugar onde vive. .... | 49     |
|   |        |
| Figura n.º 1 - Modelo Metodológico Utilizado. ....                    | 6      |
| Figura n.º 2 - Teoria dos Efeitos Cognitivos. ....                    | Anx 1  |
| Figura n.º 3 - Diário do Governo de 1952. ....                        | Anx 2  |
| Figura n.º 4 - Organograma da nova Estrutura do EMGFA.....            | Anx 3  |
| Figura n.º 5 - As Etapas do Procedimento.....                         | Anx 14 |
| Figura n.º 6 - Abstenção Legislativas 2013.....                       | Anx 15 |
| Figura n.º 7 - População Desempregada.....                            | Anx 19 |
| Figura n.º 8 - Evolução da Taxa de Desemprego. ....                   | Anx 19 |
| Figura n.º 9 - Dívida em % do PIB.....                                | Anx 20 |
| Figura n.º 10 - Mapa XV - Orçamento de Estado 2014.....               | Anx 21 |

## Índice de Quadros e Tabelas

|   |       |
|---|-------|
| Tabela n.º 1 - Amostra estratificada proporcional.....                    | Ap 35 |
| Tabela n.º 2 - Consistência Interna.....                                  | Ap 37 |
| Tabela n.º 3 - Defesa de Portugal e da União Europeia.....                | Ap 37 |
| Tabela n.º 4 - Forças Armadas Portuguesas. ....                           | Ap 38 |
| Tabela n.º 5 - Portugal e a Sociedade Portuguesa. ....                    | Ap 38 |
| Tabela n.º 6 - Teste Kolmogrov-Smirnov (Dimensão DPUE). ....              | Ap 38 |
| Tabela n.º 7 - Teste Kolmogrov-Smirnov (Dimensão FAP). ....               | Ap 39 |
| Tabela n.º 8 - Teste Kolmogrov-Smirnov (Dimensão PSP). ....               | Ap 39 |
| Tabela n.º 9 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.1).....                         | Ap 40 |
| Tabela n.º 10 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.2).....                        | Ap 40 |
| Tabela n.º 11 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.3).....                        | Ap 40 |
| Tabela n.º 12 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.4).....                        | Ap 41 |
| Tabela n.º 13 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.5).....                        | Ap 41 |
| Tabela n.º 14 - Teste ANOVA (Defesa de Portugal e da União Europeia)..... | Ap 42 |
| Tabela n.º 15 - Teste ANOVA (Forças Armadas Portuguesas).....             | Ap 42 |
| Tabela n.º 16 - Teste ANOVA (Portugal e a Sociedade Portuguesa).....      | Ap 42 |

## **Lista de Apêndices**

Apêndice A - Conjuntura atual

Apêndice B - Guião da entrevista exploratória

Apêndice C - Fatores Determinantes da Formação da Opinião

Apêndice D - Resposta à entrevista exploratória

Apêndice E - Inquérito à Opinião Pública

Apêndice F - Amostra por Estratos para o Inquérito

Apêndice G - Mensagem enviada através de Facebook

Apêndice H - Análise estatística dos dados obtidos no inquérito

## **Lista de Anexos**

Anexo A - Teoria dos Efeitos Cognitivos

Anexo B - Promulgação da Organização Geral da Aeronáutica Militar

Anexo C - Organograma do EMGFA

Anexo D - Extrato da Lei Orgânica das Forças Armadas

Anexo E - Jornal Online Porto24

Anexo F - Jornal de Notícias (JN) Online

Anexo G - As Etapas do Procedimento

Anexo H - Gráfico de Abstenção Legislativas 2013

Anexo I - Jornal Público/Economia Online

Anexo J - Evolução da Taxa de Desemprego

Anexo K - Administração Pública Dívida em % do PIB - Portugal

Anexo L - Mapa XV - Ano Económico 2014

## Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

### A

|     |                                    |
|-----|------------------------------------|
| AM  | Academia Militar                   |
| APA | American Psychological Association |

### B

|     |                       |
|-----|-----------------------|
| BCE | Banco Central Europeu |
|-----|-----------------------|

### C

|         |   |
|---------|---|
| CE      | Comissão Europeia                         |
| CEM     | Chefe do Estado-Maior                     |
| CEMCONJ | Comando Estado-Maior Conjunto             |
| CEMGFA  | Chefe do Estado-Maior-General das FA      |
| CISMIL  | Centro de Informações e Segurança Militar |
| COA     | Comando Operacional dos Açores            |
| COCONJ  | Comando Operacional Conjunto              |
| COM     | Comando Operacional da Madeira            |

### D

|    |                  |
|----|------------------|
| DA | Diário de Aveiro |
|----|------------------|

### E

|       |   |
|-------|---|
| EMGFA | Estado-Maior-General das Forças Armadas |
| EU    | União Europeia                          |
| EUA   | Estados Unidos da América               |

## **F**

|     |                               |
|-----|-------------------------------|
| FA  | Forças Armadas                |
| FND | Forças Nacionais Destacadas   |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |

## **H**

|     |                             |
|-----|-----------------------------|
| HFA | Hospital das Forças Armadas |
|-----|-----------------------------|

## **I**

|      |   |
|------|---|
| IESM | Instituto de Estudos Superiores<br>Militares        |
| IVA  | Imposto de Valor Acrescentado                       |
| IRS  | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas<br>Singulares |
| INE  | Instituto Nacional de Estatística                   |

## **J**

|    |                    |
|----|--------------------|
| JN | Jornal de Notícias |
|----|--------------------|

## **L**

|        |  |
|--------|--|
| LOBOFA | Lei Orgânica de Bases da Organização<br>das Forças Armadas |
|--------|--|

## **M**

|    |             |
|----|-------------|
| mM | mil Milhões |
|----|-------------|

## **N**

|     |                               |
|-----|-------------------------------|
| N   | Número Total                  |
| NEP | Normas de Execução Permanente |

## **O**

|      |  |
|------|--|
| OE   | Orçamento de Estado                          |
| ONU  | Organização das Nações Unidas                |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico<br>Norte |

## **P**

|     |                       |
|-----|-----------------------|
| p   | Proporção             |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PS  | Partido Socialista    |
| %   | Percentagem           |

## **Q**

|      |                     |
|------|---------------------|
| Q.C. | Questão Central     |
| Q.D. | Questão Derivada    |
| QP   | Quadros Permanentes |

## **R**

|    |                   |
|----|-------------------|
| RP | Relações Públicas |
|----|-------------------|

## **S**

|       |  |
|-------|--|
| SIPFA | Serviço de Informação Pública das FA           |
| Sn    | Subamostra número                              |
| Snr   | Subamostra número real                         |
| SME   | Serviço Militar Efetivo                        |
| SMO   | Serviço Militar Obrigatório                    |
| SPSS  | Statistical Package for the Social<br>Sciences |

## **T**

|        |                                   |
|--------|-----------------------------------|
| TCor   | Tenente-Coronel                   |
| TH     | Total de Habitantes               |
| TIA    | Trabalho de Investigação Aplicada |
| TROIKA | Conjunto de três Organizações     |

## **Parte I – Parte Teórica**

### **Capítulo 1**

#### **Introdução**

##### **1.1. Enquadramento / Contextualização da Investigação**

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) insere-se no âmbito do mestrado integrado em ciências militares na especialidade de Infantaria, subordinado ao tema “Opinião Pública sobre as Forças Armadas na atual conjuntura Nacional”.

No presente Capítulo “Introdução” são apresentados o enquadramento, a justificação do tema, os objetivos gerais e específicos, assim como a pergunta de partida “Questão Central” (Q.C.) e as suas Questões Derivadas (Q.D.).

Por fim, mas não menos importante, a metodologia e a estrutura do TIA assim como uma síntese dos seus Capítulos constituintes.

Sobre a Opinião Pública, Walter Lippmann (1922, p.253) afirmava “sendo suposto a opinião pública constituir a mola principal das democracias, seria razoável esperar encontrar vasta literatura sobre a mesma. Mas não é assim, de um modo geral, a existência da força designada Opinião Pública é simplesmente dada como adquirida”, e tendo ela a força que tem, é importante percebermos a importância que as Forças Armadas (FA) têm para a sociedade.

##### **1.2. Justificação da Escolha**

Pela Constituição da República Portuguesa, é às FA que incumbe a defesa militar da República, “um Estado sem FA próprias será sempre um Estado de soberania limitada, pois configura uma área geográfica onde existe um vazio de poder (militar)” (Santos, 2012, p.21). Ou seja, é importante perceber qual a aceitação por parte da sociedade portuguesa

relativamente às suas FA, com o intuito de adotar a melhor ferramenta para trabalhar essa mesma imagem.

Vive-se atualmente em Portugal uma conjuntura de dificuldades tanto sociais como económicas, todos os dias se vê, ouve e lê nos Media, as dificuldades pelas quais a sociedade portuguesa está a passar, por vezes ouvem-se “ideias formadas” como, “para que servem as FA se não estamos em guerra?” ou “está o país a precisar de dinheiro e gasta-se tanto dinheiro com a tropa”.

Assim, compreender o futuro “próximo” das FA principalmente do Exército, e a realidade que os seus futuros Oficiais irão encontrar num ambiente de crise nacional, aquando do ingresso nos QP, a escolha para a execução do TIA, versou o tema “Opinião Pública sobre as Forças Armadas na atual conjuntura Nacional”.

### **1.2.1. Delimitação da Investigação**

Este TIA tem como objetivo geral o estudo da Opinião Pública sobre as FA na atual conjuntura nacional<sup>1</sup>, conjuntura essa de dificuldades económicas e sociais, em que é preciso perceber qual a importância que a atual sociedade Portuguesa dá à temática Defesa e Segurança, em detrimento de outras necessidades, como por exemplo, Saúde, Educação, Segurança Social, entre outros.

Não se tratando de uma comparação, mas sim de uma percepção da importância que os Portugueses dão à Segurança e Defesa, no seu país.

No que respeita à delimitação deste estudo, este compreende os habitantes do Distrito de Aveiro, tendo sido escolhido como tipo de amostragem, uma amostragem Probabilística Estratificada Proporcional<sup>2</sup>.

A opção por fazer um estudo de caso, neste caso distrito de Aveiro e não um estudo à escala Nacional, deve-se em primeiro lugar ao tempo muito reduzido para a execução do mesmo, e ainda à necessidade de fazer um trabalho consistente para o grau de Mestre, tendo assim optado pelo Distrito de Aveiro por ser o maior Distrito Nacional com um total de 714200 habitantes, tendo a possibilidade de obter uma maior coerência nos resultados obtidos.

---

<sup>1</sup> Ver Apêndice A – Conjuntura atual.

<sup>2</sup> “Na amostragem estratificada proporcional, o número de elementos em cada estrato da amostra é proporcional ao número de elementos existentes em cada estrato da população. A estratificação proporcional fornece uma amostra representativa da população em estudo” (Sarmento, 2013, p.81).

Para uma amostragem estratificada proporcional com *Validade do estudo* Importante, com um *Nível de confiança* de 95% e *Margem de erro* de 5% da população do distrito de Aveiro requer um total de 384 Inquiridos.

Foi ainda aconselhado pelo Tenente-Coronel (Doutor) Dias Rouco, o orientador deste trabalho, centrar o TIA num estudo mais concentrado, por forma a obter resultados mais fidedignos, assim como a Professora Doutora Helena Carreiras, autora do último estudo feito sobre a Opinião Pública e as Forças Armadas, subordinado ao tema “*As Forças Armadas Portuguesas Após a Guerra Fria*” e a quem foi possível fazer uma entrevista exploratória<sup>3</sup>, que aconselhou, em conversa particular, cingir o TIA a um estudo de caso de uma área ou sector.

### **1.3. Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

O objetivo Geral “indica a principal intenção de um projeto, ou seja, corresponde ao produto final que o projeto quer atingir.” (Sousa & Baptista, 2011, p.26). Assim sendo, este estudo pretende determinar qual a Opinião Pública sobre as FA.

Os objetivos específicos “permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais, serão suscetíveis de ser atingidos a curto prazo e o seu enunciado não dará lugar a ambiguidades de interpretação, sendo, sempre que possível, quantificados.” (Sousa & Baptista, 2011, p.26), traduziram-se então, em perceber o que é Opinião Pública, quais os seus conceitos e de que forma os media a influenciam; a História, Missão, Dependência, Estrutura e Imagem das FA; conjuntura Nacional, a República e o Governo assim como de forma indireta o efeito da Troika e da dívida pública.

A problemática ostenta-se na medida em que os portugueses, devido ao estado atual do país, podem não entender quais as missões de interesse público ou mesmo a necessidade da existência das suas FA.

### **1.4. Questão Central e Questões Derivadas**

A Q.C. tem de “ser concretizável, ou seja, tem de poder ser respondida mediante a recolha e análise de dados, o problema tem de ser importante para o estado atual do

---

<sup>3</sup> Ver Apêndice B - Guião da entrevista exploratória.

conhecimento. Isso é o mesmo que dizer que o problema e os resultados têm de ter importância teórica e prática, deve ser uma pergunta inequívoca, evitando ambiguidades na interpretação; deve ser curta, precisa e mostrar a intenção (objetivo) da pesquisa... deve fazer referência à população ou à amostra, ou seja, precisar junto de quem se vai fazer a investigação” MacMillan e Schumacher (2001) apud (Sousa & Baptista, 2011, pp.25-26), colocando-se a Q.C. da seguinte forma: **Qual a Opinião Pública sobre as Forças Armadas na atual conjuntura Nacional?**

Com o fim de alcançar a resposta a tal problema, foram levantadas algumas Questões Derivadas que nos encaminharam ao longo do presente trabalho:

Q.D n.º 1: Na opinião pública deverão existir FA em Portugal?

Q.D. n.º 2: Qual a confiança que os portugueses têm nas FA?

Q.D. n.º 3: Qual a opinião Pública sobre a dimensão do efetivo das FA necessário?

Q.D. n.º 4: Quais as missões que as FA devem desempenhar do ponto de vista da  
Opinião Pública?

Q.D. n.º 5: As FA contribuem para o prestígio Internacional do País?

## 1.5. Metodologia

O Estudo versa as orientações dadas pela Academia Militar (AM) (2013), através da Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2ª/DE/01JUN13/AM, e ainda seguindo as Normas da *American Psychological Association* (APA), 6.ª edição, por remissão do ponto 4.a. do Anexo F à NEP 520/2ª/DE/01JUN13/AM.

O procedimento contemplou um estudo de caso (Distrito de Aveiro), replicando o Inquérito por Questionário do estudo feito pela Professora Doutora Helena Carreiras em 2009 a nível Nacional, subordinado ao tema “*As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria*”, neste contexto “o investigador pode considerar um estudo prévio tão interessante que pense valer a pena replicá-lo, ou seja, lavá-lo a cabo noutra contexto e/ou com outros sujeitos” (Sousa & Baptista, 2011, p.24).

Numa primeira fase, a metodologia utilizada para a execução deste trabalho, consistiu na pesquisa documental, de obras de autores reconhecidos e de notícias em fontes primárias, assim como de fontes secundárias.

Numa segunda fase, foi realizado o trabalho de campo, que assentou sobre uma análise de dados quantitativa em relação ao inquérito por questionário, assim como a comparação dos dados obtidos neste estudo com os de estudos anteriores.

## **1.6. Modelo Metodológico da Investigação**

A metodologia seguida na execução deste TIA é ilustrada na Figura n.º 1 - Modelo Metodológico utilizado. Como ilustra a Figura n.º 1, o presente estudo contempla três fases de investigação científica, sendo elas: Exploratória, Analítica e Conclusiva.

Nas relações (a), (b), (c) e (d) começamos por identificar a partir da revisão de literatura e da entrevista exploratória, a problemática do Trabalho de Investigação Aplicada, relativo à fase exploratória.

Nas relações (e), (f) e (g), a partir da entrevista exploratória, é preparado o inquérito por questionário a replicar, do estudo de 2009 da Professora Doutora Helena Carreiras, por forma a obter as dimensões necessárias à obtenção dos dados para o estudo em questão, que posteriormente é aplicado a uma amostra estratificada proporcional de 384 indivíduos do sexo Feminino e Masculino, que habitam no Distrito de Aveiro.

Nas relações (h), (i), (j), (k) e (l), é feita a recolha de dados e informações, assim como a análise dos mesmos, onde termina a fase analítica.

Nas relações (m) e (n), relativamente à fase conclusiva do processo de investigação científica, a partir dos dados recolhidos e com a utilização do método estatístico mais adequado, são dadas as respostas à questão central e questões derivadas.

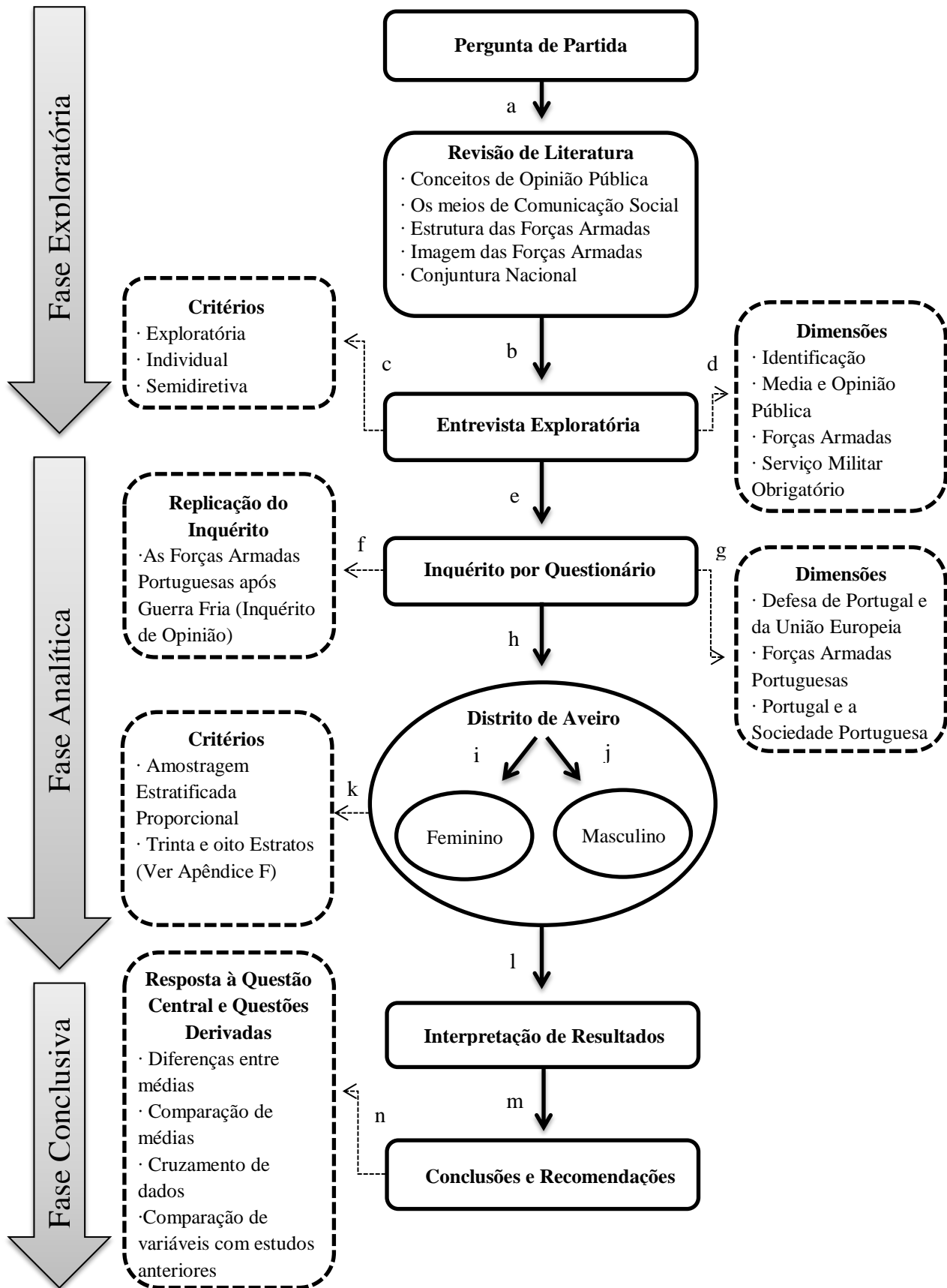


Figura n.º 1 - Modelo Metodológico Utilizado.

Autor – Elaboração própria.

## **1.7. Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada e Síntese dos Capítulos**

O presente TIA encontra-se dividido em duas partes distintas, “Enquadramento Teórico” e “Trabalho de Campo” com seis capítulos, contemplando a “Introdução” e a “Conclusões e Recomendações”.

Na Introdução encontramos a justificação do tema escolhido assim como o enquadramento da investigação.

Nos Capítulos dois e três, é feita a revisão de literatura, onde se abordam os conceitos mais relevantes para a temática em questão, neste sentido, o segundo capítulo refere sucintamente a questão da Opinião Pública, assim como alguns conceitos.

Por sua vez, o terceiro capítulo, consiste na caracterização de uma forma sumária, mas não menos completa da história, missão, dependência, estrutura e a imagem das Forças Armadas.

O quarto Capítulo refere a metodologia e procedimentos utilizados para a realização deste estudo.

Na segunda parte do trabalho, quinto capítulo, serão expostos os resultados obtidos com os inquiridos por questionário.

A parte final da investigação traduzirá as “Conclusões e Recomendações” que por sua vez darão resposta à Q.C. e às Q.D..

Por último, apresenta-se a bibliografia com as principais publicações de metodologia Científica, livros e revistas, legislação, teses e outros trabalhos e sítios da *Internet*, sem o qual não seria possível realizar este trabalho.

## **Capítulo 2**

### **Opinião Pública**

“Entre as várias superstições verbais, de que se alimenta a pseudo-inteligência da nossa época, a mais vulgarmente usada é a da “Opinião Pública”.”  
(Fernando Pessoa in António Pina Coelho, 1971, p.312)

#### **2.1. Introdução**

Neste capítulo vamos abordar a temática “Opinião Pública”, expressão que tem ocupado lugar de destaque nos jornais, revistas, rádios e televisões.

Paralelamente, institutos de pesquisa de opinião pública como, por exemplo, (Fundação Francisco Manuel dos Santos – Portal da Opinião Pública) começam a divulgar cada vez mais resultados, assim como investigadores da área das Ciências Sociais disseminam com maior regularidade os seus estudos sobre o que se pode chamar de “fenómeno de opinião pública”, exemplo disso são estudos como o de Maria Carrilho em 1992, Matos e Bacalhau 2001 e Helena Carreiras em 2009.

#### **2.2. Opinião Pública**

É importante perceber-se que não é objetivo do presente TIA tentar resolver a problemática do conceito de Opinião Pública. De todo o modo, não podemos concretizar tal trabalho sem explicitarmos princípios sobre os conceitos já existentes. A Opinião Pública corresponde normalmente a um juízo formado a respeito de qualquer facto, ou seja, a sua dimensão pública surge quando essa mesma opinião é partilhada com um grande número de sujeitos, de tal modo que, a observação emitida poderia ser de qualquer um deles. Apesar do crescente interesse teórico pluridisciplinar pela Opinião Pública, não permite de todo, reduzir a grande margem de controvérsia e ambiguidade que cercam este conceito. Walter Lippmann (1922, p.253) afirma que “sendo suposto ela constituir a mola

principal das democracias<sup>4</sup>, seria razoável esperar sobre a mesma encontrar uma vasta literatura. Contudo, existem excelentes livros sobre governo e partidos, isto é, sobre a maquinaria que em teoria, regista a Opinião Pública após formada. Mas quanto às fontes que as constituem e aos processos da sua formação, existe muito pouco. De um modo geral, a existência da força designada Opinião Pública é simplesmente dada como adquirida”. A Opinião Pública é como se fosse uma força abstrata que as constituições não preveem de forma institucionalizada, mas cuja expressão estabelece o fundamento implícito de todas as democracias. Segundo Reto e Sá (2002, pp.23-26) podemos encontrar vários significados para Opinião Pública. No sentido de clarificar este conceito, apresentam-se cinco representações que se complementam umas às outras, são elas: “a Opinião Pública como a soma de muitas opiniões individuais” – esta é o conceito mais vulgar, ou seja, a analogia mais diretamente relacionada com este conceito é o ato de votar; “a Opinião Pública como reflexo das crenças da maioria” – neste caso, segundo Noelle-Neuman (1974), pode dizer-se que a Opinião Pública é um conjunto de opiniões que podem ser expressas, sem que ocorra o risco de ficar isolado; “a Opinião Pública como resultado do confronto de grupos de interesse” – aqui podemos assumir que para que exista opinião pública, é necessário claro, que existam grupos de interesse, ou seja, não existem opiniões individuais; “a Opinião Pública como opinião das elites e dos media” – com isto o autor poderá querer dizer que, a opinião pública não passa da opinião dos políticos, dos jornalistas e outros líderes sociais, ou seja, onde as massas populares cingiam a sua opinião à opinião publicada pelos media; por fim “a Opinião Pública como ficção (construção retórica dos media)” – ou seja, é a opinião dos líderes, utilizando os media como meio de propagação das suas opiniões pessoais.

### **2.2.1. Diferentes Conceitos de Opinião Pública**

Devido à enorme quantidade de definições possíveis de encontrar sobre este conceito, apresentaremos apenas algumas que consideramos serem importantes para o presente trabalho. Segundo Alfred Sauvy (1977, p.3) a “opinião é um árbitro, uma consciência, diremos que quase um tribunal desprovido de poder jurídico, mas receado. É o foro interior de uma nação. A Opinião Pública, esse poder anónimo, é uma força política e

---

<sup>4</sup> Caetano, Lourenço, Marques e Monteiro (2008, p.240) afirmam que “não há Opinião Pública em regimes autocráticos”.

essa força não foi prevista por nenhuma constituição”, sendo que, “não é necessariamente resultante das opiniões individuais, nem mesmo da maioria entre elas”. O sociólogo Gabriel Tarde (1991, p.58) vê a opinião como um processo completamente ligado ao enquadramento público, fazendo a seguinte analogia: “a opinião está para o público, tal como a alma está para o corpo”. Ainda, para o autor, na sua perspectiva, “a opinião é um agrupamento momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos. Respondendo a problemas atualmente colocados, esses julgamentos encontram-se reproduzidos em numerosos exemplares junto de pessoas do mesmo país, da mesma época e da mesma sociedade” (p.61), transformando assim uma opinião individual numa opinião coletiva. Já Augras (1980, pp.16-17) considera ser mais correto falar-se em formação de **Correntes de Opinião**, uma vez que correntes de opinião são providas de dinamismo, enquanto que opinião pública engloba uma opinião **estática** “que corresponde a uma disposição ou sentimento latente em relação a determinado assunto” e uma **opinião dinâmica** “que corresponde ao aparecimento progressivo ou repentino de uma tomada de posição perante um problema”, a opinião pública manifesta ora o fenómeno latente, ora o manifesto, pelo que um “acontecimento pode cristalizar uma opinião latente, provocando o aparecimento de uma corrente de opinião”, sendo que a mesma diz que só a conjugação dos fatores<sup>5</sup> determinantes da formação de opinião é que permitem explicar a tomada de posição e a formação da opinião em casos específicos.

### 2.3. Os Meios de Comunicação Social na Formação da Opinião Pública

Quando tentamos perceber o impacto dos meios de comunicação social nas sociedades modernas, temos de ter em conta os seus efeitos na sociedade, assim como a construção da imagem da realidade social.

Normalmente, o conhecimento da realidade social chega aos cidadãos através dos meios de comunicação social<sup>6</sup>, o que faz dos meios de comunicação social um dos meios

---

<sup>5</sup> Ver Apêndice C – Fatores Determinantes da Formação da Opinião.

<sup>6</sup> Na Constituição da República no título II, capítulo I, que consagra os direitos, liberdades e garantias pessoais, encontramos plasmada a liberdade de expressão e informação, a liberdade de imprensa e meios de comunicação social. O artigo 37.º, em especial, garante o direito que a todos assiste *de* “informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações”. O artigo 37.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem refere o direito de procurar, receber e difundir informações e ideias. Este é um papel que cabe, em larga escala, à comunicação social. Já no artigo 38.º, n.º 1, a CRP fornece a ferramenta essencial para a prossecução desse papel: a liberdade de imprensa.

poderosíssimos de formação de opinião pública. A Teoria dos Efeitos Cognitivos<sup>7</sup> que foi desenvolvida em meados dos anos 70, explicava quais os efeitos dos meios de comunicação na formação da opinião dos indivíduos.

Segundo Carreiras<sup>8</sup> (2014) a “opinião sobre quase tudo é influenciada pelos Media, quanto a isso não há dúvida nenhuma. É um poder forte, e estrutura as percepções, e as opiniões, de uma forma extremamente relevante, talvez mais relevante que todas as outras instituições de socialização e formação, e sobretudo em termos de opiniões de uma população que está relativamente distanciada desta instituição (FA). Não tendo a experiência pessoal, uma vez terminado o Serviço Militar Obrigatório, essa distância também se aprofunda, e os Media são os meios que contribuem para a formação de Opinião” (p.8). Já Maitre apud Begonha (1993, p.154) “a imprensa não tem poder, é influente, mas não tem poder”, mas na realidade a comunicação social tem sido vista como o “4º poder”, podemos ver isso no caso da responsabilidade pelo desastre no Vietnam, muito devido à ação dos media sobre a Opinião Pública.

Begonha apud Expresso (15 de Setembro de 1990):

*“A cobertura da crise do Golfo pelos media – sobretudo pela televisão – está a mostrar, mais do que nunca, que neste fim de século o mundo vive, decisivamente, naquilo a que o crítico de TV do jornal Washington Post, Tom Shales, chama “a era da teleplomacia” – uma era em que a guerra é travada de palavras e de imagens”, ou seja, “esta área passou a representar uma componente essencial nas questões de segurança e defesa militares, e exigir uma cuidada atenção de políticos e militares.” (Begonha, 1993, p.156).*

Richard Holloran apud Begonha (1993, p.157) refere-se aos media de uma forma muito interessante “começando logo por considerar que **os media** são um mito, abusam do poder dos media, do tipo de julgamento de notícias, de interpretações incorretas do direito do saber, das diversas motivações atribuídas aos jornalistas, da falta de ética, do pouco profissionalismo, de falta de responsabilidade, de numerosas inexatidões, de deturpações, de abuso das más notícias, de invasão da privacidade, de mau uso das alegadas fontes secretas, de arrogância, de estar dominada pelos liberais dos Estados Unidos da América (EUA), de comprometer a segurança operacional, de falta de experiência militar, dos

---

<sup>7</sup> Ver Anexo A – Teoria dos Efeitos Cognitivos.

<sup>8</sup> Ver Apêndice D – Resposta à entrevista exploratória.

jornalistas provocarem grande perturbação nas visitas, e, finalmente, de falta de patriotismo” Hoje em dia a dependência dos públicos face aos media é grande, dependência essa que varia consoante o grau de instabilidade da sociedade, das dificuldades económicas, dos conflitos existentes (interna e externamente) e das mudanças significativas que se venham a registar, pois quanto maiores forem as mudanças, maior será a dependência dos meios de comunicação social.

## **2.4. O Conceito de Imagem**

Imagem é um termo bastante utilizado pela humanidade, mas que de certa forma, apresenta um grau de dificuldade acrescido quando tentamos propor uma definição que seja passível de contemplar todas as suas utilizações, segundo Joly (1996) “indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginário ou concreto, a imagem passa por alguém que produz ou reconhece” (p.13).

Para Santaella e Nöth (2001, p.15) “não há imagens como representações que não tenham surgido na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais”, Platão apud Joly (1996) “primeiro chamo de imagens às sombras, depois aos reflexos que vejo na água ou na superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes e a todas as representações do género” (p.13).

Dichter (1985) refere que o conceito de imagem tem um espectro bastante extenso, ou seja pode ser utilizado num produto, num candidato político, num país ou até numa organização, “Uma imagem não descreve traços individuais ou mesmo qualidades, mas sim uma impressão global que uma entidade deixa na mente dos indivíduos. É uma influência tão poderosa na percepção dos indivíduos, que deveria de ter um papel fundamental na área do marketing, publicidade e comunicação” (p.75).

Por esse motivo, o autor sugere que as organizações tenham atenção aquando da divulgação do seu “produto” ao consumidor. A ideia de imagem também está intimamente ligada ao fator económico, aos avanços tecnológicos e ao acesso à informação, ou seja, as organizações tendem, dia após dia, a inovar e aperfeiçoar a imagem do seu “produto”, sob pena de verem a imagem da organização deformada ou mesmo o seu produto ser considerado obsoleto.

## 2.5. Métodos e Técnicas que Medem a Opinião Pública e a sua Caracterização

Os estudos de Opinião Pública são bastante importantes para perceber as questões sociais, económicas, políticas, entre outras, pois refletem a opinião de uma população relativamente aos mais diversos assuntos da sua sociedade.

Segundo Sousa e Batista (2011) “os inquéritos de opinião pública são realizados em momentos em que é bastante importante medir a opinião da população relativamente a temas/questões de interesse” (p.75).

Destacamos então os seguintes **métodos: sondagens**<sup>9</sup> e **inquéritos**<sup>10</sup>, sendo as **técnicas: questionário**<sup>11</sup> e **entrevista**<sup>12</sup>.

Segundo Sousa e Batista (2011) “a tipologia das Ciências Sociais caracteriza-se por três grandes grupos de técnicas de recolha de dados, que servem para operacionalizar as investigações qualitativas, são elas: entrevista, observação e análise documental”(p.79), sendo a entrevista a utilizada na aquisição de informação sobre opinião pública. Ainda Sousa e Batista (2011) relativamente ao método da investigação quantitativo, “o inquérito é um dos métodos mais amplamente utilizados pelos sociológicos e psicólogos sociais nos seus trabalhos de investigação” (p.89).

---

<sup>9</sup> “As áreas de aplicação das **sondagens** estatísticas são muito diversas, tendo especial destaque os estudos das populações humanas, nomeadamente sob a forma de estudos pré-eleitorais ou de opinião pública. Ainda no que diz respeito a este tipo de populações, as sondagens surgem noutras áreas como a sociológica (por exemplo, estudo sobre a literacia de uma população), demográfica (por exemplo, caracterização da estrutura dos agregados familiares), económica (por exemplo, construção de indicadores de conforto de uma população) ou de marketing (por exemplo, estudos sobre o comportamento dos consumidores de certo produto)” (Sousa e Batista, 2011, p.80).

<sup>10</sup> “Os **inquéritos** são usados para recolher informação quantitativa nos campos de marketing, sondagens políticas, e pesquisa nas ciências sociais. Um inquérito pode incidir sobre opiniões ou informação factual, dependendo do objetivo, mas todos os inquéritos envolvem a ministração de perguntas a indivíduos” (Sousa e Batista, 2011, p.81).

<sup>11</sup> “O **questionário** é um instrumento de obtenção de informação, utilizado em Sondagens ou Inquéritos” (Sousa e Batista, 2011, p.82).

<sup>12</sup> “A **entrevista** é uma diálogo entre duas ou mais pessoas (o entrevistador e o entrevistado) onde são feitas perguntas pelo entrevistador de modo a obter informação necessária por parte do entrevistado” (Sousa e Batista, 2011, p.83).

## **Capítulo 3**

### **Forças Armadas**

“Aqueles que são hábeis na guerra podem tornar-se  
invencíveis mas não podem garantir que o inimigo  
seja realmente vulnerável.”  
(Sun Tzu, 2005, p.127)

#### **3.1. Introdução**

Após a análise do conceito teórico Opinião Pública subordinado ao tema do TIA, neste capítulo pretende-se caracterizar de uma forma sumária mas não menos completa, a História, Missão, Dependência, Estrutura e a Imagem das FA.

#### **3.2. História**

Quando falamos da História das FA Portuguesas temos, sem dúvida alguma, de dividi-la em três partes importantes, pois a origem dos três ramos que constituem as Forças Armadas Portuguesas, Exército, Marinha e Força Aérea, por esta ordem de antiguidade, são completamente distintas, cabendo a criação de cada um dos ramos à necessidade que o País foi tendo.

A História do Exército Português está intimamente ligada à História de Portugal, desde o primeiro momento, com o primeiro Rei de Portugal D. Afonso Henriques e da sua Força Terrestre. Segundo José Hermano Saraiva (2007) a criação de Portugal “foi sendo forjada ao longo de um processo que se desdobra em várias etapas, das quais as mais importantes parecem ter sido a revolta de D. Afonso Henriques e a conquista do governo do condado, em 1128...” (p.45), tendo a sua força terrestre lutado contra Leoneses e Muçulmanos no século XII. Passando agora para a Marinha, também a sua história está ligada à História de Portugal, sendo também a Marinha de Guerra mais antiga do mundo,

de acordo com uma bula papal. A primeira batalha naval da Marinha<sup>13</sup> Portuguesa que se tenha conhecimento, data de 1180, em que os muçulmanos comandados por Gamim ben Mardanis no início do assalto à costa portuguesa, travaram ao largo do Cabo Espichel uma “encarniçada” batalha, D. Fuas Roupinho que era o comandante, com apenas uma Esquadra de navios, acabou por ser o vencedor do confronto, como recompensa, o Rei terá atribuído a D. Fuas Roupinho o título de Almirante, isto ainda durante o reinado de D. Afonso Henriques. É o Rei D. Dinis que, em 1312 pela primeira vez em Portugal, dá uma organização permanente à Marinha Real.

Por último, mas não menos importante, a Força Aérea Portuguesa teve o seu início a 27 de Maio de 1952, quando é publicada em Diário do Governo a Lei nº2055<sup>14</sup> da Presidência da República. É também a partir desta data que as Forças Armadas Portuguesas ficam com os três ramos ainda hoje existentes.

### **3.3. Missão das Forças Armadas**

A 07 de Julho de 2009, é publicada em Diário da República a Lei Orgânica de Bases da Organização das FA<sup>15</sup> (LOBOFA) nº1-A/2009<sup>16</sup> das FA, e de acordo com o nº1 do Artigo 1º da referida lei “As FA Portuguesas são um pilar essencial da Defesa Nacional e constituem a estrutura do Estado que tem como missão fundamental garantir a defesa militar da República.”, tendo ainda segundo o artigo 275.º da Constituição da República as seguintes funções:

“1. Às FA incumbe a defesa militar da República.”

“2. As FA compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional.”

“3. As FA obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.”

“4. As FA estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidárias e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política.”

---

<sup>13</sup> Informação retirada do sítio oficial da Marinha.

<sup>14</sup> Ver Anexo B – Promulgação da organização geral da aeronáutica militar.

<sup>15</sup> Ver Anexo C – Organograma do EMGFA.

<sup>16</sup> Ver Anexo D – Extrato da Lei Orgânica das Forças Armadas.

“5. Incumbe às FA, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.”

“6. As FA podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.”

“7. As leis que regulam o estado de sítio e o estado de emergência fixam as condições do emprego das FA quando se verificarem essas situações.”

Assim sendo, quando falamos de FA, temos de considerar o fim último de um Estado, ou seja, o bem-estar assim como a segurança dos cidadãos.

Segundo Begonha (1993, p.160) “o bem-estar é a capacidade que um Estado tem para fornecer aos seus cidadãos a possibilidade de usufruir de bens materiais que para esses mesmos cidadãos sejam considerados indispensáveis à sua vida, assim como, poderem agir segundo comportamentos que satisfaçam os valores e as normas morais por que se guiam”.

Segundo Loureiro dos Santos (2012) “a causa fundamental da existência de um Estado (uma comunidade de cidadãos (nação) organizada politicamente), esclarece o objetivo original e fundamental de qualquer unidade política: o bem-estar dos cidadãos que a integram, o que significa não só a sua sobrevivência, mas especialmente o seu progresso material e moral” (p.13), mas por vezes esse bem-estar é perturbado por outros Estados, ou seja, através de tensões que se possam desenvolver, tornando inevitável conflitos entre Estados, Estados esses que procuram garantir o objetivo bem-estar às respetivas populações com quem se encontram comprometidos. Estes conflitos podem colocar o objetivo principal de um Estado em causa, fazendo com que o Estado tenha de considerar outro objetivo essencial, ou seja, a segurança, apenas, e se para tal for necessário, o Estado tem a capacidade de usar da violência pela força militar (FA), “embora o alcance do bem-estar seja o objetivo original, nas circunstâncias concretas do mundo real e tendo em atenção a continuidade da natureza humana, o objetivo segurança, se bem que secundário, ascende ao mesmo patamar do objetivo bem-estar.”, influenciando-se um ao outro “abaixo de um certo nível de bem-estar, não existe segurança, assim sendo abaixo de determinado nível de segurança, está ausente o bem-estar. O Bem-estar e a segurança são dois objetivos básicos de qualquer unidade política (Estado)” (Loureiro dos Santos, 2012, pp.14-15), que por inerência das suas funções as FA estão implicadas na sua persecução.

### 3.4. Dependência e Estrutura das Forças Armadas

Atualmente as FA tem um efetivo de 32 992<sup>17</sup> militares, distribuídos pelas diversas categorias profissionais (Oficiais, Sargentos e Praças), cabendo 53% do efetivo ao Exército, 27% à Marinha e 20% à Força Aérea, sendo 100% profissionais desde 2004 com o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Segundo Loureiro dos Santos (2012, p.42) “a estrutura das FA envolve os recursos humanos e materiais destinados ao emprego da força militar do estado português. Sob a direção política do Ministro da Defesa Nacional, estes recursos distribuem-se pelos três ramos das FA – Marinha, Exército e Força Aérea – articulados independentemente sob a direção do respetivo Chefe do Estado-Maior (CEM), e pelas unidades e órgãos diretamente dependentes do Chefe do Estado-Maior-General das FA (CEMGFA), responsável pelo comando estratégico e operacional.”

As FA atualmente e segundo a LOBOFA, são chefiadas pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas que dispõe de um gabinete para o seu apoio direto e pessoal, a estrutura orgânica compreende ainda o Comando Estado-Maior Conjunto (CEMCONJ), o Centro de Informações e Segurança Militar (CISMIL), o Comando Operacional dos Açores (COA), o Comando Operacional da Madeira (COM) e o Comando Operacional Conjunto (COCONJ), no âmbito do Estado-Maior-General das FA (EMGFA) insere-se, ainda, como órgãos na dependência direta do CEMGFA e regulados por legislação própria, o Hospital das FA (HFA) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). As Relações Públicas (RP) das FA cabem ao Oficial Adjunto de Relações Públicas e Porta-voz do CEMGFA.

### 3.5. O impacto dos Media na Opinião Pública sobre as Forças Armadas

Segundo Begonha (1993) a “Opinião Pública sobre as FA varia com diversos fatores, entre os quais se podem salientar: o país, a situação económica, a localização geográfica, a estabilidade política e social, a forma de atuação dos meios de Comunicação Social e a percepção da ameaça” (p.135), ou seja, são diversas as posições que as FA

---

<sup>17</sup> Em 27 de Março de 2014 (dados fornecidos pelo sítio da internet do EMGFA).

tomam no mundo. Por exemplo, em países do terceiro mundo<sup>18</sup> como por exemplo a Nigéria ou mesmo no Egito, para Loureiro dos Santos (2012, p.110) “a situação e as consequentes tomadas de posição dos militares egípcios perante as revoltas dos seus concidadãos nos princípios de 2011, num contexto político de natureza ditatorial, nada têm que ver com o posicionamento devido aos militares de um regime democrático que decidiu manter a autoridade que os cidadãos lhes concederam.”, as FA têm muitas intervenções no poder político, assim como nos países socialistas, onde as FA também têm uma ligação estreita com o poder político, já nos países chamados de desenvolvidos<sup>19</sup>, as FA gozam de um certo prestígio.

Como refere Loureiro dos Santos (2012, p.112) “nos países democráticos, é muito importante a percepção das opiniões públicas sobre as FA: nomeadamente se há razões para elas existirem, a sua utilidade face ao dinheiro que custam ao país, os valores que representam, o sentimento de que poderão desempenhar tarefas de interesse para a comunidade, etc.”, daí a necessidade que as FA têm em divulgar as suas missões de interesse público, que por vezes são desconhecidas por parte da sociedade.

Begonha (1993) diz que “a imagem de uma organização ou instituição é algo que não pode ser deixado de parte, ou seja, existe uma necessidade constante das Organizações ou Instituições a tratarem” (p.154). Atualmente, a sociedade portuguesa é indissociável da propagação de informação, pois vivemos numa época em que o acesso à informação assim como à comunicação é vasto, influenciando decisivamente os comportamentos e percepções individuais e institucionais, assim sendo, a comunicação social pode representar uma das mais significativas contribuições, mas não única, na defesa da imagem das FA. Os meios de comunicação social têm grande poder na formação da opinião pública, podendo destruir ou potencializar pessoas, organizações ou instituições, pois os meios de comunicação estão constantemente à procura de notícias que agitem a Opinião Pública, vejamos como os **media** fizeram os EUA perder a guerra no Vietnam, ou mesmo durante o regime Salazarista, onde as FA Portuguesas estiveram demasiado tempo expostas a uma propaganda negativa, especialmente durante a guerra de África, dois exemplos

---

<sup>18</sup> O nome Terceiro Mundo tem origem através do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um *Terceiro Mundo*, inspirado na proposição do *Terceiro Estado* usada na Revolução Francesa. Os países membros do chamado Terceiro Mundo deveriam unir-se e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França.

<sup>19</sup> O conceito de país desenvolvido é utilizado para descrever os países que têm alto nível de desenvolvimento económico e social, tomando como base alguns critérios.

atuais desse poder dos **media** são o da Notícia que saiu no Jornal Online Porto24<sup>20</sup>, em que se pode ler “Militares ajudam a limpar a costa de Vila Nova de Gaia”, exemplo este bastante positivo, e o que saiu no Jornal de Notícias<sup>21</sup>, em que o título é “quatro militares acusados da morte de uma jovem em quartel de Gaia”, por esse motivo “quando existe um ambiente de estabilidade internacional na região em que o país se encontra inserido e não se considera provável o desencadeamento de ameaças diretas sobre o território nacional e os interesses do Estado se defendem longe das suas fronteiras geográficas, torna-se muito difícil aos cidadãos apreciarem os motivos que justificam a existência de FA” (Santos, 2012, p.112). Assim, “a Opinião Pública tem dificuldades em compreender, por falta de informação, a necessidade das FA, e que uma defesa militar, com alguma coerência, não se improvisa e tem complexidade crescente” (Begonha, 1993, p.155).

### 3.6. O Papel das Forças Armadas no Contexto Nacional e Internacional

As FA portuguesas no contexto nacional, têm como incumbência além das missões militares que justificam a sua existência, como a defesa militar da República, também o de levar a cabo outras **missões de interesse público**, missões essas versadas na Constituição da República, sendo as operações militares que não envolvem ações de combate, como por exemplo:

- Atividades de proteção e socorro (Incêndios, inundações, etc.);
- Resposta a catástrofes e a outros acontecimentos que precisem de capacidades só disponíveis nas unidades militares (descontaminação radioativa, transporte em segurança de material sensível, etc.);
- Utilização em atividades relacionadas com o desenvolvimento (construir estradas, pontes, etc.). Segundo Loureiro dos Santos (2012, p.85) “para lá destas atividades que os seus equipamentos de duplo uso permitem, também poderão efetuar operações de combate, mas apenas quando for declarado um dos estados de exceção constitucionalmente estabelecidos, estado de emergência e estado de sítio”. O papel das FA deve estar intimamente ligado aos objetivos e fins do Estado e da sua sociedade em geral, por esse motivo, as FA devem ser um prolongamento da sociedade a que são pertencentes. Quando existe um desentendimento entre as FA e a sociedade, o normal é esse desentendimento

---

<sup>20</sup> Ver Anexo E – Jornal Online Porto24.

<sup>21</sup> Ver Anexo F – Jornal de Notícias (JN) Online.

resultar em choque, rupturas e conflitos, com verdadeiros prejuízos para a estabilidade, paz social e liberdade. O poder que as FA têm dentro da sua sociedade e Estado deve ser compatível, não devendo jamais ser superior. Para perceber qual o papel que incumbe às FA, é preciso perceber a estrutura institucional, implicando isto, entender quais as suas missões dentro da esfera de ação definida por lei, por outras palavras, o que contempla na Constituição da República. O papel das FA não se resume somente aos limites geográficos de Portugal, visto que o nosso país pertence à Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), têm responsabilidades internacionais, responsabilidades essas que têm de cumprir. Vicente (2011, pp.771-789) afirma que “numa ordem internacional, onde indivíduos, comunidades e organizações lidam, cada vez mais, com uma série de ameaças globalizadas, o Estado não é o único responsável pela segurança. Assim o conceito de alargar a segurança, como uma questão cooperativa ou coletiva, tem vindo a assumir-se como uma solução a prazo, na forma de lidar com as insurgentes ameaças. A noção de Segurança Coletiva ou Cooperativa associada às ONU e de Defesa Coletiva, imagem diretamente ligada à OTAN, são conceitos que traduzem o princípio de concentrar a decisão do uso da força numa autoridade supra-estatal”. Portugal tem assumido um papel de destaque internacional no que concerne à segurança coletiva e segurança cooperativa “participando em inúmeras operações, no mar, em terra e no ar, tanto missões de paz como ações de caráter humanitário, com efeitos de afirmação internacional de grande dimensão, para o que destaca unidades dos diversos ramos das FA, bem como unidades conjuntas e elementos individuais. Estas forças, Forças Nacionais Destacadas (FND), são projetadas no contexto da ONU, da OTAN, da UE e em termos bilaterais” (Loureiro dos Santos, 2012, p.79).

Este tipo de projeções internacionais têm-se revelado como o mais importante instrumento de defesa do interesse nacional e do prestígio internacional do País.

## **Parte II – Parte Prática**

### **Capítulo 4**

#### **Metodologia e Procedimento**

##### **4.1. Introdução**

Para Grawitz (1993), a metodologia define-se como “um conjunto concentrado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem selecionar e coordenar técnicas”, “as técnicas são definidas como procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, suscetíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problemas e fenómenos em causa.” (Carmo & Ferreira, 1998, p.175). Por sua vez, este conceito é constituído por procedimentos que não são mais do que “uma forma de progredir em direção a um objetivo, expor o procedimento científico, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.22).

Através destes métodos e procedimentos decide-se qual a técnica de recolha de dados, “procurar-se-á construir os instrumentos de observação capazes de fornecer as informações adequadas...como, por exemplo, questionários, inquéritos, guiões de entrevista ou grelhas de observação” (Sousa & Baptista, 2011, p.160).

A identificação da amostra, “regra geral, como, nos estudos quantitativos só se fazem perguntas a um subconjunto da população, para conduzir um inquérito de qualidade há que escolher e selecionar corretamente os sujeitos que vão ser inquiridos (constituição da amostra)” (Sousa & Baptista, 2011, p.159). Assim, como a análise e interpretação de dados, “nesta etapa, procurar-se-á descrever e preparar os dados para a análise. Efetuar-se-ão comparações dos resultados esperados com os resultados observados, procurando-se um significado para as possíveis divergências” (Sousa & Baptista, 2011, p.162).

Quivy e Campenhoudt dividem o procedimento<sup>22</sup> em três atos com sete etapas a serem percorridas, sendo elas: a pergunta de partida, a exploração (leituras e entrevistas exploratórias), a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões.

Foi no ato da ruptura que se elaborou a Pergunta de Partida e respetiva exploração, tendo como objetivo principal “romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas... é portanto, o primeiro ato constitutivo do procedimento científico” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.25), o que nos permitiu alcançar a etapa da problemática, dando assim origem à Q.C. (problema a resolver colocado na forma interrogativa) presente no Capítulo 1 – Introdução.

Este ato corresponde à leitura e realização da entrevista exploratória, relativa, à Revisão de Literatura do Capítulo 2 – Opinião Pública ao Capítulo 3 – Forças Armadas.

No ato da construção, que se inicia com a problemática, consubstanciou-se na construção de um modelo de análise, ou seja, permitindo perceber como o investigador vai abordar a problemática.

Por último, mas não menos importante, a verificação, que envolveu o Trabalho de Campo através do método de recolha de informação: os inquéritos por questionário, através da análise quantitativa.

#### **4.2. Método de Abordagem ao Problema e Justificação**

O método de abordagem à problemática deteve uma natureza indutiva, método esse proposto por Francis Bacon, ou seja, “fundamenta-se num raciocínio baseado na experiência, que parte do particular para o geral” (Sarmiento, 2013, p. 8). O método indutivo realiza-se em três momentos, observação dos fenómenos, descoberta da relação entre eles e por fim generalização da relação. Através da Revisão da Literatura tentou-se obter uma visão particular, declinando-se para um objeto geral: a problemática. Por fim e através dos dados recolhidos, após a sua análise, através da verificação de conceitos, componentes, dimensões e indicadores, chegaremos à resposta à Q.C. assim como às Q.D. (Quivy & Campenhoudt, 1998).

---

<sup>22</sup> Ver Anexo G – As etapas do procedimento.

### 4.3. Instrumento e sua caracterização

A partir da revisão de literatura escolheu-se o inquérito por questionário utilizado por Helena Carreiras no seu último estudo de 2009 sobre Defesa e FA, subordinado ao tema “*As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra-fria*”, que mede as seguintes dimensões: Defesa de Portugal e da União Europeia, FA Portuguesas e Portugal e a Sociedade Portuguesa.

Após autorização da Professora Doutora Helena Carreiras, para a utilização do seu inquérito, foi feita uma adaptação de algumas questões que estariam fora do âmbito deste TIA, a adaptação do inquérito obedeceu a rigorosos cuidados. Para o efeito, foram considerados os seguintes critérios de reformulação: objetividade, simplicidade, obtenção de itens relevantes, amplitude, abrangência do assunto em estudo e clareza.

### 4.4. Pré-teste e Inquérito Final

Após terem sido efetuadas as alterações ao inquérito propostas pela Professora Doutora Helena Carreiras, foi aplicado a trinta e oito indivíduos com as mesmas características da amostra, como se pode ver no Apêndice F - Amostra por Estratos para o Inquérito (Amostra pré-teste), este valor resultou de 10% da amostra de 384 indivíduos, ou seja  $sn^{23}=38,4$ , mas tendo em conta que os indivíduos são números inteiros, o pré-teste foi enviado a  $snr^{24}=38$  indivíduos. Esta subamostra permitiu uma última revisão formal ao nível da metodologia de recolha de dados. O Apêndice F - Amostra por Estratos para o Inquérito representa a estratificação que foi feita de géneros (masculino e feminino) pelos dezanove Municípios do Distrito de Aveiro. O pré-teste procurou garantir que as questões eram entendidas com clareza e não suscitavam dúvidas nos inquiridos. Verificou-se então que todos os inquiridos da subamostra tinham interpretado da forma correta as questões que se lhes tinham sido aplicadas. De forma que, não tendo havido qualquer incongruência no pré-teste do inquérito, procedeu-se à aplicação do inquérito nos vários Municípios do Distrito de Aveiro. No final resultou um inquérito de Opinião Pública sobre as FA<sup>25</sup>, constituído por uma **primeira parte** com dados **sociodemográficos**, que contém dez

---

<sup>23</sup> sn = subamostra.número.

<sup>24</sup> Snr = subamostra número real.

<sup>25</sup> Ver Apêndice E – Inquérito à Opinião Pública.

questões sobre dados pessoais, os quais permitem caracterizar, do ponto de vista estatístico e demográfico, a população em estudo. A **segunda parte** do inquérito é constituída por cinco perguntas fechadas que pretendem medir a opinião que os inquiridos têm sobre “Defesa de Portugal e da União Europeia”. Numa **terceira parte**, constituída por vinte perguntas também elas fechadas, a intenção era medir a opinião dos inquiridos relativamente a “FA Portuguesas”. Por fim numa **quarta parte**, os inquiridos foram questionados sobre “Portugal e a Sociedade Portuguesa” com nove perguntas fechadas. Num total o inquérito final de opinião sobre as FA, é constituído por quatro dimensões (Dados de Caracterização, Defesa de Portugal e da União Europeia, FA Portuguesas e Portugal e a Sociedade Portuguesa) com um total de quarenta e quatro questões, das quais dez de caracterização sociodemográfica e trinta e quatro de opinião.

#### 4.5. Caracterização da amostra

A população escolhida para o estudo é constituída pelos habitantes do Distrito de Aveiro, com idades compreendidas entre os 18 e os 84 anos de idade de ambos os sexos (feminino e masculino), perfazendo assim um total de 714200 habitantes (371042 mulheres e 343158 homens)<sup>26</sup>.

A dimensão da amostra foi calculada tendo em atenção o total de habitantes do Distrito de Aveiro, como podemos ver no Apêndice F - Amostra por Estratos para o Inquérito, ou seja,  $N=714200$  (habitantes) (População Ativa). A proporção ( $p$ ) pode assumir todos os valores no intervalo  $[0,1]$  e a função  $[p*(1-p)]$  assume o valor 0,25 na hipótese mais pessimista, ou seja, quando a dispersão é máxima (Sarmiento, 2013, p. 92).

Visto não se conhecer a proporção ( $p$ ), opta-se pela hipótese mais pessimista, ou seja,  $p=0,5$ . Pretendemos que o nível de confiança seja  $\lambda=95\%$  e o nível de precisão  $D=\pm 5$ .

Afim de obter este nível de confiança a distribuição normal apresenta o valor  $Z_{\alpha/2}=1,96$ .

---

<sup>26</sup> Ver Apêndice F - Amostra por Estratos para o Inquérito.

Todos estes valores estão representados na seguinte fórmula (Sarmiento, 2013, p.91), que permitiu obter uma amostra  $n=383,95^{27}$ .

$$n = \frac{p * (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p * (1 - p)}{N}}$$

O valor de “n” tem um peso percentual de 0,05%, representando a proporção de indivíduos de cada estrato aos quais será aplicado o inquérito. Tendo em conta que os indivíduos são pessoas inteiras houve necessidade de aumentar a amostra real  $nr=384$ .

#### 4.6. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados

De acordo com Sousa e Baptista (2011), “após efetuar a revisão bibliográfica que se enquadra na problemática de investigação, é fundamental encetar o processo de seleção do enquadramento teórico relevante para a investigação em curso. Este processo de seleção teórico culmina na elaboração de um modelo de análise, que serve de base a todo o processo analítico subsequente na investigação” (p.43), assim sendo a rotura e construção envolveu a análise documental, a realização de inquérito por questionário e a realização de entrevista exploratória. No que concerne à análise documental, esta foi parte fundamental do trabalho, com significativa importância de fontes primárias, nomeadamente os inquéritos por Questionário por nós aplicados, assim como várias notícias recolhidas dos meios de comunicação social, mais propriamente Jornais e Notícias Online. Com o intuito de colmatar algumas lacunas, foram recolhidas informações de fontes secundárias de autores reconhecidos. Os inquéritos por questionário foram realizados a 384 indivíduos que habitam no distrito de Aveiro, com idades compreendidas entre os 18 e os 84 anos e a Entrevista Exploratória foi realizada à Professora Doutora Helena Carreiras, sustentando assim a construção de um modelo de análise. Na fase da verificação, procedeu-se ao trabalho de campo, com a realização de inquéritos por questionário, ou seja observação

---

<sup>27</sup> Com base no resultado da amostra e por forma a evitar grande dispersão pelos diferentes Municípios do Distrito de Aveiro, procedeu-se à estratificação da amostra, a fim de obter o peso percentual e, seguidamente, com base nas percentagens obtidas aplica-se a regra três simples para obter os valores reais (n real da amostra). Assim sendo, o inquérito foi enviado a todos os inquiridos, aplicando-se assim, uma amostra aleatória, estratificada pelos habitantes de ambos os sexos (feminino e masculino) dos dezanove Municípios do Distrito de Aveiro, perfazendo assim trinta e oito estratos. No Apêndice F, ilustra o total de habitantes (TH) que compõem a amostra (n) e amostra real (nr).

indireta<sup>28</sup>. Este método visou dar resposta à Q.C. assim como às Q.D. das fases de ruptura e construção.

#### **4.7. Local e Data da Pesquisa e da Recolha de Dados**

Segundo Sousa e Baptista (2011, p.71), “após a definição da estratégia de investigação segue-se a recolha de informação, que se baseia na formulação de diversas questões que facilitam a recolha de informação...dependendo do tema, será feita a escolha do público-alvo da investigação e da estratégia de investigação a utilizar. Mediante estes aspetos, conclui-se que existem dois tipos de fontes de pesquisa, as fontes primárias e as fontes secundárias.”. A pesquisa documental efetuou-se essencialmente na Biblioteca da Universidade de Aveiro, Biblioteca da AM, Biblioteca Municipal de Aveiro, Arquivo do Jornal de Notícias (JN) de Aveiro assim como do Diário de Aveiro (DA), na consulta de obras de fontes secundárias de autores reconhecidos e revistas sobre a Opinião Pública, FA e Meios de comunicação (Tv, Rádio, Jornal, etc). Para a recolha de fontes primárias, a *internet* foi o meio privilegiado para a obtenção de informação atualizada e oriunda das organizações e estabelecimentos mencionados no ponto anterior, assim como notícias, artigos de revistas e legislação. Toda a investigação foi feita de Janeiro de 2013 a Julho de 2014, com o cumprimento de todas as fases de investigação enunciadas.

#### **4.8. Descrição dos Materiais e Instrumentos Utilizados**

Para Sarmiento (2013, p.27), “para que a informação recolhida no universo informacional seja fiável e os resultados da investigação sejam válidos, os instrumentos e métodos científicos utilizados, devem ser apropriados”, assim sendo, no presente estudo, foram utilizados três instrumentos de recolha, designadamente, pesquisa documental, entrevista exploratória e a observação Indireta, ou seja, o Inquérito por Questionário. Foi realizada uma entrevista exploratória à Professora Doutora Helena Carreiras, com o fim de perceber se houve alterações ao seu objeto de estudo desde 2009 até ao presente. Em

---

<sup>28</sup> Para Quivy e Campenhoudt (1998, p.162) “No caso da observação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a obtida: o sujeito observado e o instrumento de observação, que é um questionário ou um guia de entrevista.”.

seguida foi aplicado o Inquérito por Questionário, focando-se nos habitantes dos dezanove municípios do distrito de Aveiro, com idades compreendidas entre os 18 e os 84 anos do sexo masculino e feminino. O inquérito esteve disponível numa aplicação on-line (*Google Docs*), tendo sido enviado uma mensagem<sup>29</sup> através do *Facebook* a convidar os habitantes do Distrito de Aveiro a participarem no preenchimento do inquérito. Após a recolha de dados de todos os inquéritos foi construída uma base de dados, numa fase inicial no *Microsoft Office Excel 2010* e numa fase posterior transferida para o programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 22.0*, com vista ao tratamento e análise dos dados.

#### **4.9. Descrição dos Procedimentos de Análise e Recolha de Dados**

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p. 190), o inquérito por questionário consiste em “colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores”.

A opção recaiu nos inquéritos por questionário do tipo administração direta, ou seja, “quando é o próprio inquirido que o preenche” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.190). Segundo Sarmiento (2013, p.67) “o inquérito é um instrumento de pesquisa, que permite recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados”. Para Sousa e Batista (2011) “um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informação baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo” (p.90). Por fim, para a análise dos dados recolhidos, foram utilizados métodos específicos de Miles e Huberman (1994, p.24), métodos esses desenvolvidos em três fases: a Redução dos dados, a Apresentação (organização) dos dados e por fim a interpretação/verificação dos dados obtidos.

---

<sup>29</sup> Ver Apêndice G – Mensagem enviada através de *Facebook*.

## Capítulo 5

### Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

#### 5.1. Introdução

Este capítulo apresenta a caracterização sociodemográfica dos inquiridos e das variáveis em estudo através da estatística descritiva, procurando assim, concluir os valores dos parâmetros da população de onde foram obtidas as amostras, tendo sempre como cerne a validação das respostas às perguntas derivadas e à pergunta de partida da investigação.

#### 5.2. Método da análise de dados<sup>30</sup>

Após a recolha de todos os inquéritos foi construída uma base de dados, numa primeira fase, foi feita em *Microsoft Office 2010* e posteriormente transferida para o programa SPSS 22.0, com vista ao tratamento e análise estatística dos dados obtidos, os objetivos primordiais foram os seguintes:

Verificar a consistência interna do nosso questionário através do *Alpha de Cronbach*.

Para a análise descritiva utilizou-se a média, valor percentual (%), assim como, comparações relativas a estudos realizados em anos anteriores.

Através dos testes paramétricos verificámos se as variáveis dependentes possuem distribuição normal. Foram utilizados os testes de *Kolmogorov – Smirnov* (distribuição normal).

Calcular, através do método da comparação múltipla de médias, utilizando o teste **ANOVA**.

Determinar, através do teste de independência do **qui-quadrado** – coeficiente de correlação de *Bravais-Person* se existe relações entre as variâncias dependentes.

---

<sup>30</sup> Ver Apêndice H – Análise estatística dos dados obtidos no inquérito.

### 5.3. Caracterização sociodemográfica da amostra

No que diz respeito à faixa etária, como ilustra o Gráfico n.º 1, podemos constatar que 28,39% (109 indivíduos) dos inquiridos tem entre 18 e 24 anos de idade, 40,36% (155 indivíduos) tem entre 25 e 34 anos, 9,64% (37 indivíduos) tem entre 35 e 44 anos, 15,89% (61 indivíduos) tem entre 45 e 54 anos, 4,91% (15 indivíduos) tem entre 55 e 64 anos, 0,78% (3 indivíduos) tem entre os 65 e os 75 anos e os restante 1% (4 indivíduos) tem entre os 75 e os 84 anos. De referir que nenhum dos inquiridos possui mais de 84 anos de idade.

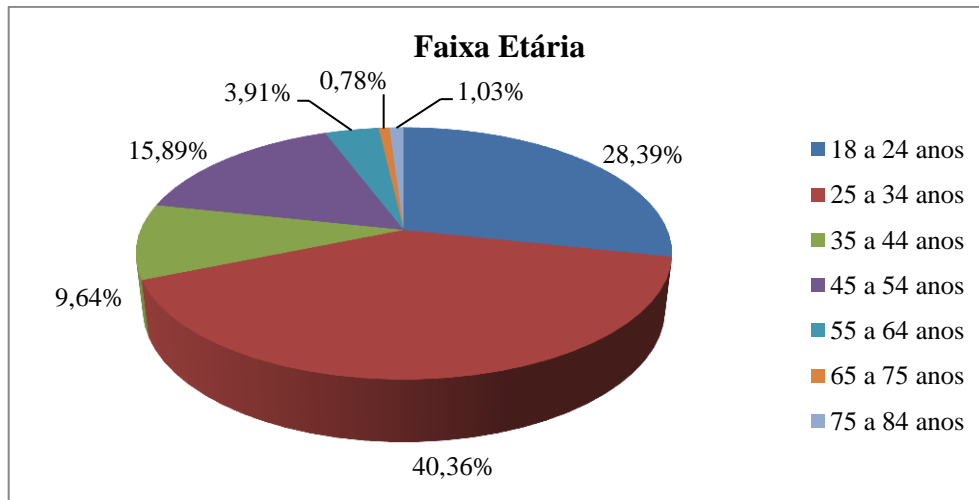


Gráfico n.º 1 - Faixa etária dos inquiridos por percentagem.

Autor - Elaborado pelo próprio.

No que diz respeito ao género dos inquiridos, como exposto no Gráfico n.º 2, temos as percentagens muito equilibradas, sendo 51,82% (199 indivíduos) do género feminino e os restantes 48,18% (185 indivíduos) do género masculino.

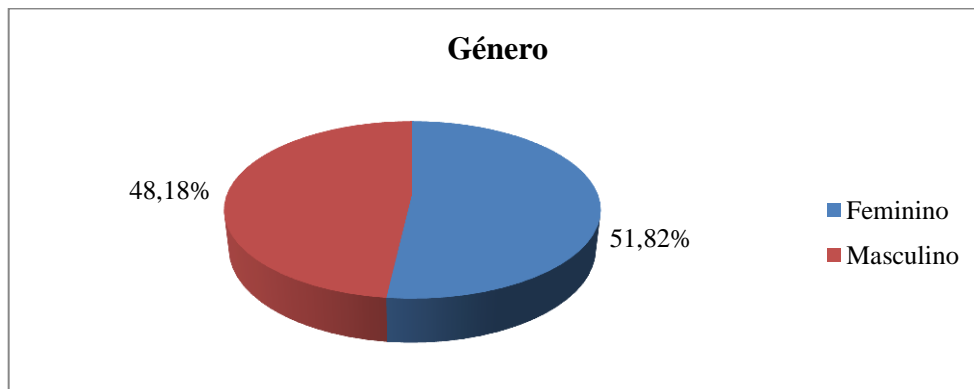


Gráfico n.º 2 - Género dos inquiridos.

Autor - Elaborado pelo próprio.

O último dado sociométrico é referente às habilitações literárias, como se pode ver no Gráfico n.º 3, em que 0,8% (3 indivíduos) dos inquiridos possui o 1º Ciclo do Básico (4ª Classe), 0,5% (2 indivíduos) possui o 2º Ciclo do Básico (5º e 6º anos), 7,30% (28 indivíduos) possui o 3º Ciclo do Básico (9º ano), 33,3% (128 indivíduos) ou seja um terço do total dos inquiridos possui o nível Secundário (12º ano), 4,7% (18 indivíduos) possui Pós-Graduação (pelo menos 1 ano), 0,8% (3 indivíduos) possui o ensino Médio, 2,1% (8 indivíduos) tem o Superior Politécnico, 27,10% (104 indivíduos) possui o ensino Superior Universitário (Licenciatura), 21,1% (81 indivíduos) possui o grau de Mestre e apenas 2,3% (9 indivíduos) possui o grau de Doutoramento.

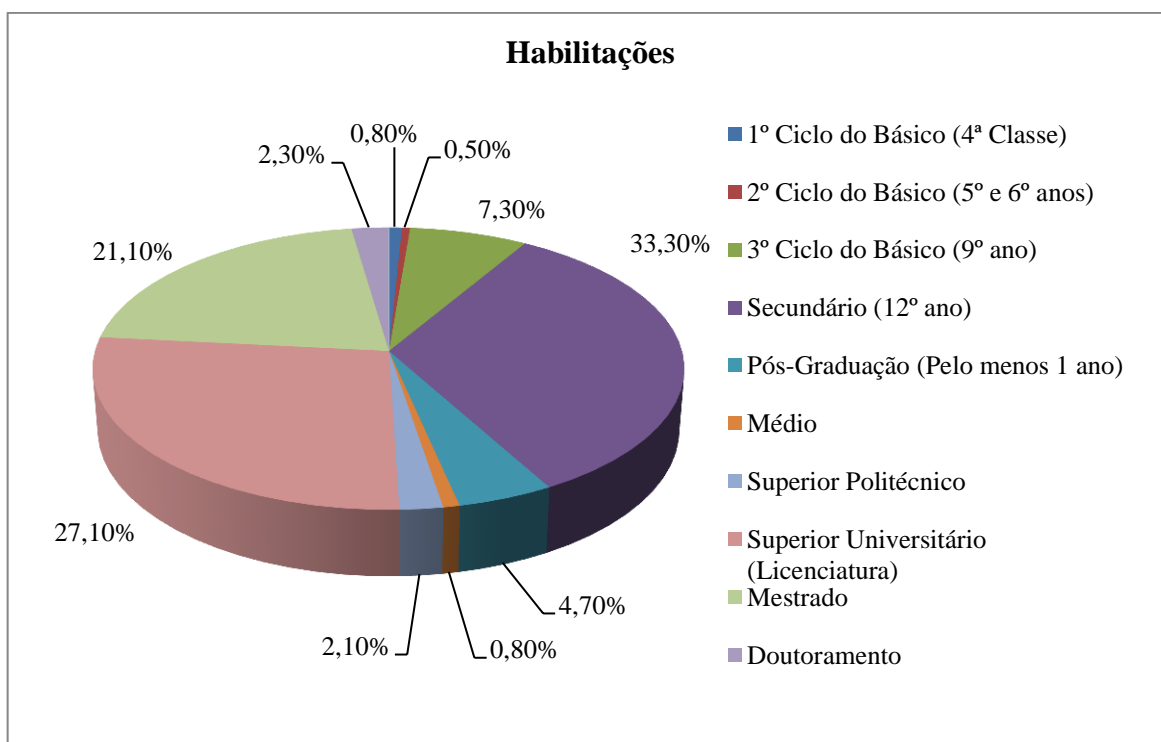


Gráfico n.º 3 - HABILITAÇÕES literárias.

Autor - Elaborado pelo próprio.

#### 5.4. Análise Descritiva da Dimensão: Defesa de Portugal e da União Europeia

Em seguida será realizada uma análise descritiva dos resultados obtidos em cada pergunta do inquérito e considerando as respostas da totalidade dos inquiridos, relativamente a todas as dimensões, com a respetiva interpretação e discussão dos mesmos.

#### 5.4.1. Problemas que poderão afetar a segurança de Portugal

De acordo com o Gráfico n.º 4 e começando por analisar os problemas que na opinião da população do distrito de Aveiro poderão afetar a segurança de Portugal, verificamos que, os inquiridos consideram “uma grave crise económica mundial” e “catástrofe natural” como os problemas que mais poderão afetar, com um valor de 7,64 e 6,26 em média, respetivamente. Estes resultados poderão estar relacionados com a conjuntura financeira que o país está a ultrapassar, influenciando assim a Opinião Pública.

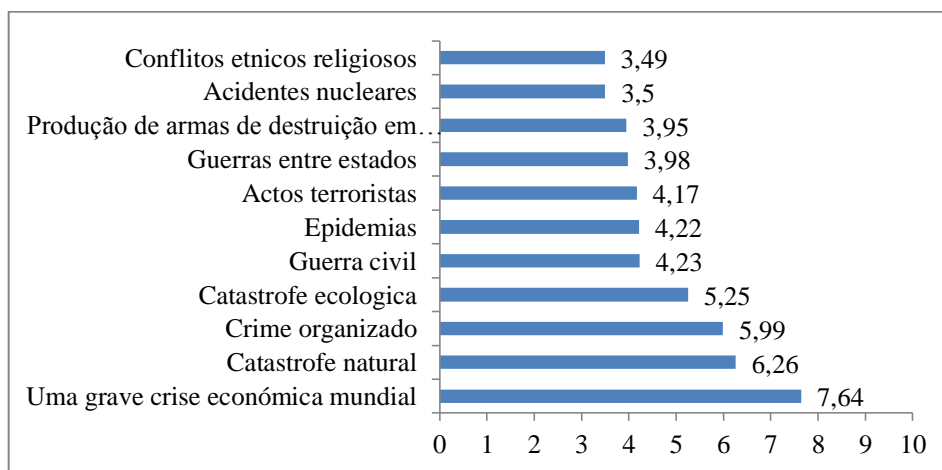


Gráfico n.º 4 - Problemas que poderão afetar a segurança de Portugal.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.4.2. Assegurar a Defesa de Portugal

Como ilustra o Gráfico n.º 5, relativamente à opinião sobre qual a situação mais adequada para assegurar a Defesa de Portugal, 44,3% dos inquiridos respondeu que seriam “Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, com participação em alianças de defesa, seguindo-se de “Forças Armadas integradas numa Força Militar Internacional sob o controlo de uma Autoridade Mundial” com 23,2%, sendo que apenas 8,3% dos inquiridos optam por “Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, sem participação em alianças com outros países”.

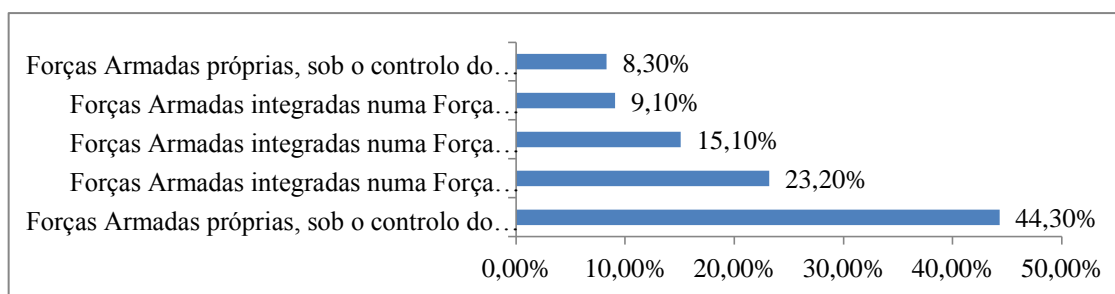


Gráfico n.º 5 - Assegurar a Defesa de Portugal.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.4.3. Respeitar os compromissos de uma aliança de Defesa

Como indica o Gráfico n.º 6, em relação às situações que Portugal deve permitir para respeitar os compromissos de uma aliança de defesa, 40,1% dos inquiridos referem que “Envio de Tropas Portuguesas para o Estrangeiro (Ex: Afeganistão, Líbano, etc)” é a melhor opção, seguido de “Instalação de Bases Militares estrangeiras no território nacional incluindo Açores e Madeira” com 32% das respostas totais.

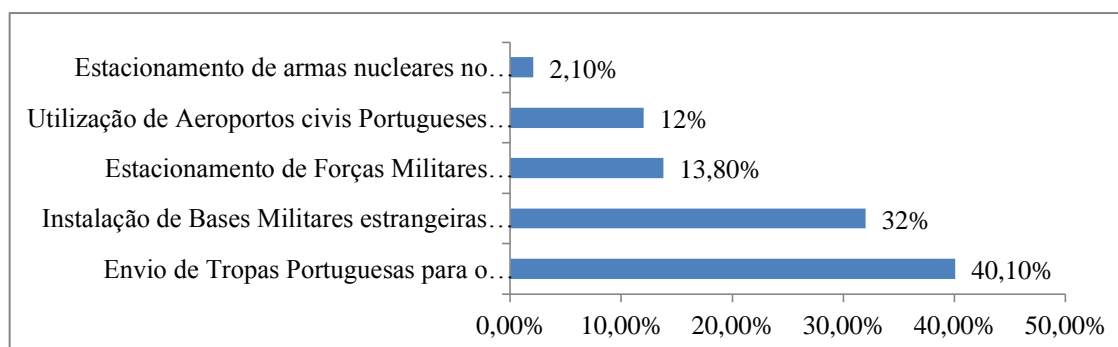


Gráfico n.º 6 - Respeitar compromissos de uma aliança de Defesa.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.4.4. Criação de uma Força Militar comum aos países da União Europeia

Conforme se verifica no Gráfico n.º 7 e apesar de o valor ter descido 1,07 de média em relação ao estudo feito por (Carreiras<sup>31</sup>, 2009) “as *Forças Armadas Portuguesas após a Guerra-fria*”, em média, os inquiridos concordam com a criação de uma força militar comum aos países da União Europeia, com uma média de 5,86, apesar da descida, o valor

<sup>31</sup> Dados relativos ao Distrito de Aveiro.

continua a ser mais elevado que o obtido pela (Carrilho<sup>32</sup>, 1992) “*Segurança e Defesa na Opinião Pública em Portugal*” com apenas 41,1% dos inquiridos a favor (1992, p.13) e o (Matos & Bacalhau<sup>33</sup>, 2001) no seu estudo do qual resultou o livro “*as Forças Armadas em Tempo de Mudança*”, em que o valor obtido foi de 49,4% dos inquiridos a favor (2001).

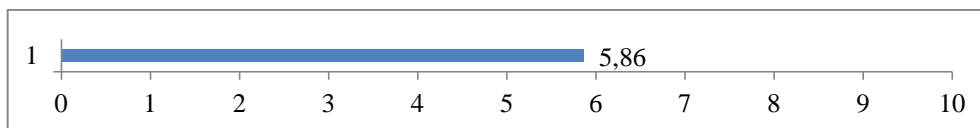


Gráfico n.º 7 - Criação de uma força militar comum aos países da União Europeia (UE).

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.4.5. Opção ideal para garantir a defesa militar da União Europeia (EU)

A situação que seria mais adequada para garantir a defesa militar da União Europeia, na opinião de 45,8% dos inquiridos é “uma Força Militar de Reação Rápida, a ser reunida só quando necessário, para além das Forças Armadas Nacionais”, muito próximo do valor para “Uma Força Militar Europeia de Reação Rápida Permanente para além das Forças Armadas Nacionais” com o valor de 42,4%, apenas 11,7% dos inquiridos acham que deveria de ser “uma Força Militar Europeia, em substituição das Forças Armadas Nacionais”, conforme ilustra o Gráfico n.º 8.

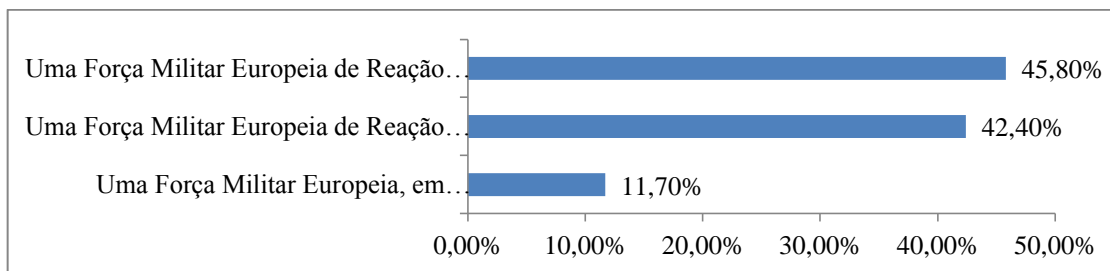


Gráfico n.º 8 - Opção ideal para garantir a defesa militar da União Europeia (EU).

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.5. Análise descritiva da dimensão: Forças Armadas Portuguesas

Nesta dimensão pretende-se abordar as Forças Armadas e a sua importância aos olhos da opinião pública.

<sup>32</sup> Dados relativos a nível Nacional.

<sup>33</sup> Dados relativos à Região Litoral Centro.

### 5.5.1. Existência de Forças Armadas no nosso país

Quando solicitados a atribuírem a sua opinião sobre a necessidade de existência de Forças Armadas no nosso país, 66,7% dos inquiridos respondeu que “as Forças Armadas são Necessárias”, apenas 4,7% dos inquiridos respondeu que “as Forças Armadas são desnecessárias e devem ser extintas”, como ilustra o Gráfico n.º 9. Em comparação com dados do estudo de Carreiras (2009), o valor de “as Forças Armadas são necessárias” desceu 16,5% em comparação com os dados globais e desceu 11,1% em comparação com os dados do Distrito de Aveiro de Carreiras (2009). Já em relação à resposta “as Forças Armadas são desnecessárias e devem ser extintas”, em comparação com os dados globais aumentou 2%, mas em comparação com o Distrito de Aveiro, aumentou apenas 0,03%.

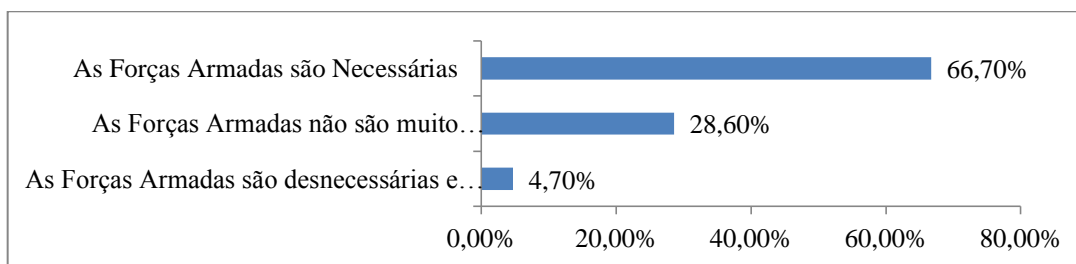


Gráfico n.º 9 - Existência de Forças Armadas no nosso país.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.2. Importância das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional

De acordo com o Gráfico n.º 10, quando os inquiridos foram solicitados a atribuir a sua opinião, numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “nenhuma importância” e 10 significa “muitíssima importância”, sobre a importância das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional, constatamos que, em média, os inquiridos atribuem muita importância ao papel das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional, com um valor médio de 7,16%, tendo este valor descido apenas 0,63% em relação ao do estudo de 2009 relativamente aos dados do Distrito de Aveiro.

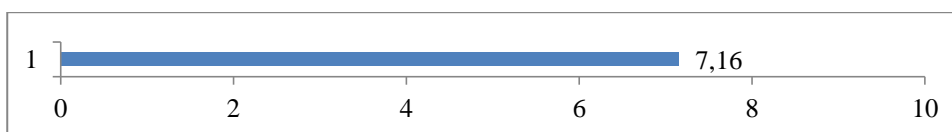


Gráfico n.º 10 - Importância das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.3. Interesse sobre assuntos relacionados com Defesa Nacional e Forças Armadas

Conforme se pode verificar no Gráfico n.º 11, relativamente ao interesse com que os inquiridos seguem assuntos relacionados com a defesa nacional e as Forças Armadas, verificamos que o interesse é médio, com um valor de média de 5,99, interesse esse que subiu desde o último estudo feito em 2009, em que a nível nacional e Distrito de Aveiro se obtiveram os valores 5,11 e 4,12 de média respetivamente.

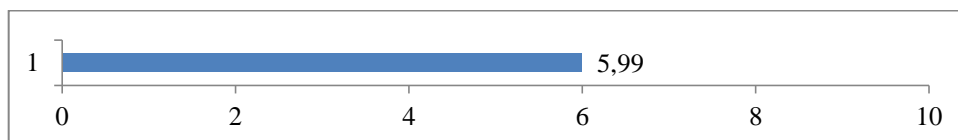


Gráfico n.º 11 - Interesse sobre assuntos relacionados com Defesa Nacional e Forças Armadas.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.4. Grau de conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas

Em média os Inquiridos têm um conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas, médio, com um valor de 5,27, numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “Extremamente baixo” e 10 “Extremamente elevado”, sendo um dos aspetos que mais cresceu desde o último estudo de 2009, com uma subida de 1,47 e 2,15 pontos média relativamente a nível Nacional e Distrito de Aveiro respetivamente, continuando mesmo assim a ser um valor baixo, no estudo de Matos & Bacalhau (1999), a soma do conhecimento “bom” e “suficiente”, é de apenas 42,8%, cabendo a restante percentagem de 57,2% a “insuficiente”, “mau” e “NS/NR”, como ilustra o Gráfico n.º12.

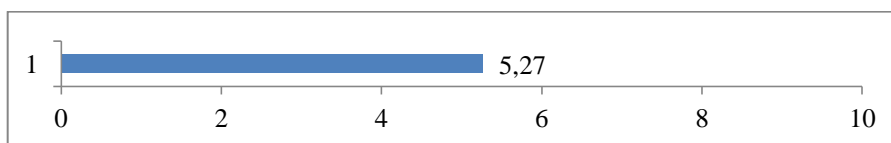


Gráfico n.º 12 - Grau de conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.5. Realização de Missões por parte das Forças Armadas Portuguesas

De acordo com o Gráfico n.º 13, na opinião dos inquiridos, as missões que devem ser desempenhadas pelas Forças Armadas com maior concordância são, “Defesa do

território nacional em caso de agressão ou ameaça externa” com (9,13 de média) numa escala de 0 a 10, onde 0 significa “discordo totalmente” e 10 significa “concordo totalmente”, “atividades de proteção civil em caso de calamidade natural” (8,58) e “Operações de Paz no exterior” com (8,01 média). A missão que menos concordância reúne perante os inquiridos é “preparar guerras e combater contra outros Estados” (4,13). No estudo de 2009 as prioridades eram outras, “prevenção e combate ao terrorismo” (8,78 pontos de média) era a que maior concordância tinha nos inquiridos, seguindo-se “garantir a unidade nacional” (8,58) e “defesa do território nacional em caso de agressão ou ameaça externa” com (8,57 pontos média) e à semelhança do estudo de 2014, a missão que em média reúne uma menor concordância era “preparar guerras e combater contra outros Estados” (6,82). Já no estudo realizado Matos e Bacalhau (2001), aparecem apenas quatro Missões possíveis de realizar, sendo elas “para atividades de proteção civil” (8,89), “para trabalhos que melhorem condições de vida” (8,77); “para combater o inimigo” (7,13) e “para participar em missões de paz, tipo Bósnia” (6,75).

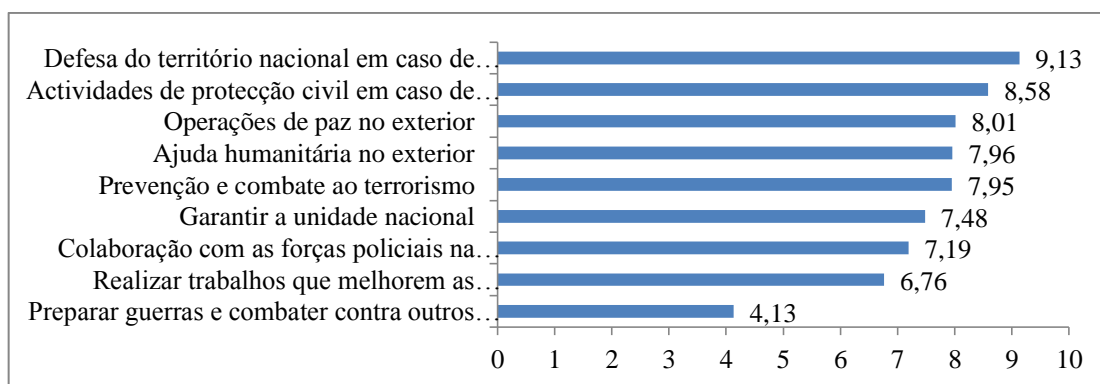


Gráfico n.º 13 - Realização de Missões por parte das Forças Armadas Portuguesas.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.6. Afirmações sobre as Forças Armadas

À semelhança do estudo realizado por Carreiras (2009), quando solicitados a classificar uma série de afirmações sobre as Forças Armadas, verificámos que na maioria os inquiridos dão destaque para a “as Forças Armadas são eficazes no cumprimento das suas missões”, “os militares têm boas condições de obter formação profissional” e “a atuação das Forças Armadas contribui muito para o prestígio internacional do País” com 88,0%, 85,7% e 80,5% respetivamente, a diferença em relação ao estudo de 2009 é que “a atuação das Forças Armadas contribui muito para o prestígio internacional do País” era a

que os inquiridos mais destacavam com 93,4% , sendo a segunda “os militares têm boas condições de obter formação profissional” com 87,8% e em terceiro “as Forças Armadas são eficazes no cumprimento das suas missões” com 84,%, como indica o Gráfico n.º14.

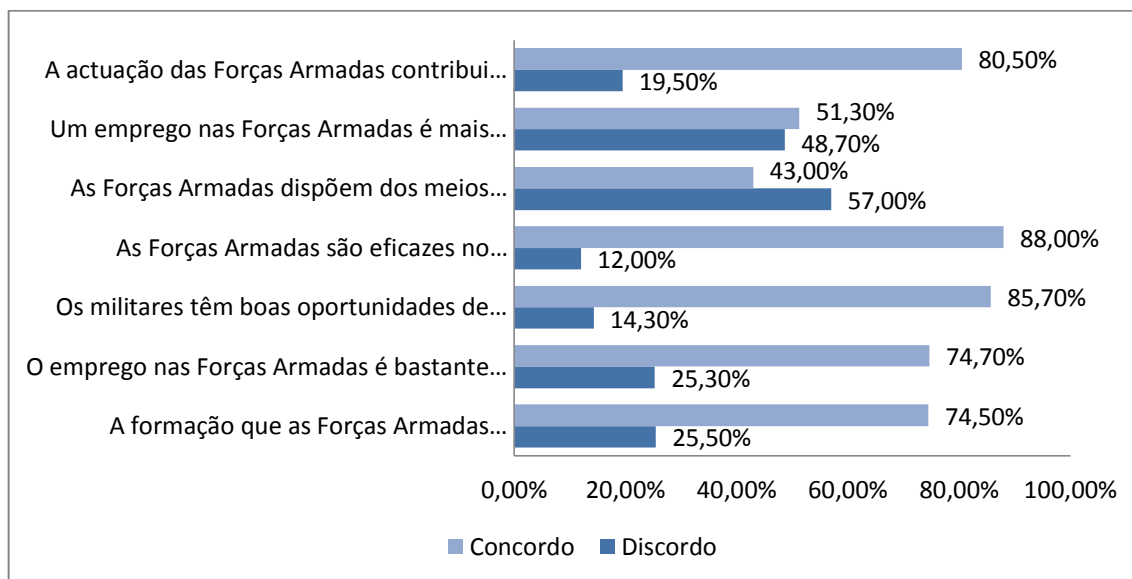
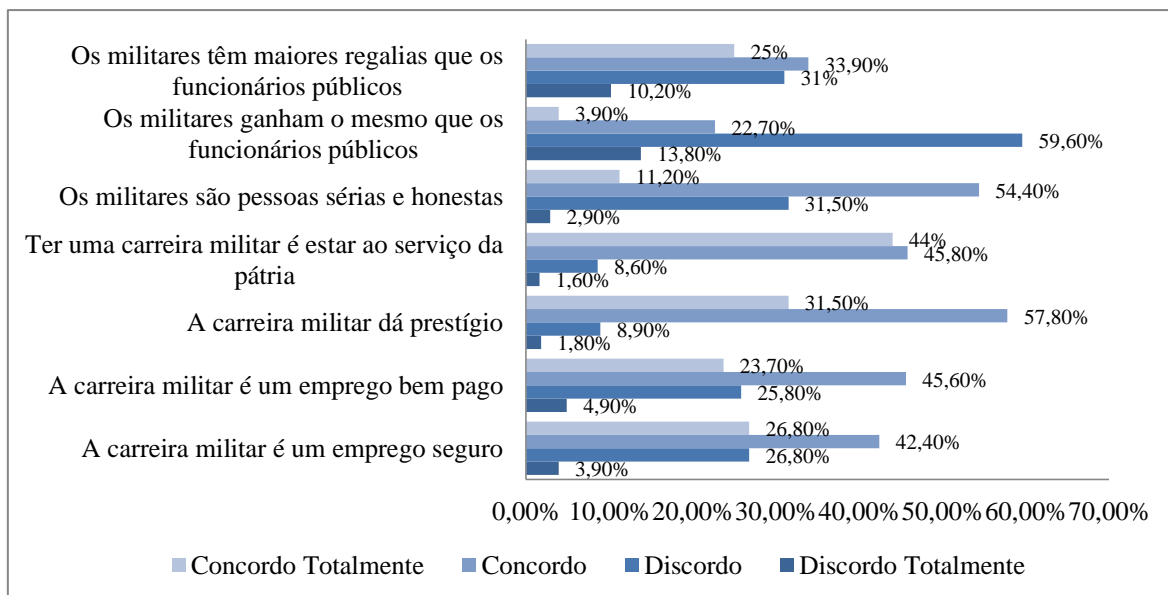


Gráfico n.º 14 – Afirmações sobre as Forças Armadas.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.7. Carreira profissional nas Forças Armadas

De acordo com o Gráfico n.º 15, e utilizando a mesma escala do ponto anterior, tentamos perceber qual a opinião dos inquiridos sobre algumas afirmações relativas à carreira profissional dos militares dos QP, as afirmações com maior concordância são “ter uma carreira militar é estar ao serviço da pátria” e “a carreira militar dá prestígio” com 89,8% e 89,3% respetivamente, já a afirmação com que a maioria dos inquiridos discorda é “os militares ganham o mesmo que os funcionários públicos” com 73,4%. Comparando com os estudos de 1999 e 2009, podemos afirmar que a maior diferença percentual é de 1999 para 2014, apesar da afirmação com maior concordância e a maior discordância ser a mesma, “ter uma carreira militar é estar ao serviço da pátria” com 60,2% e “os militares ganham o mesmo que os funcionários públicos” com 32,4%, os valores percentuais têm uma diferença de 29,6% e 41,0% respetivamente. Já o estudo realizado em 2009 está mais perto da realidade do estudo de 2014 na afirmação de maior concordância mas na de maior discordância, aproxima-se mais do estudo de 1999, sendo elas, 95,5% e 25,5%.

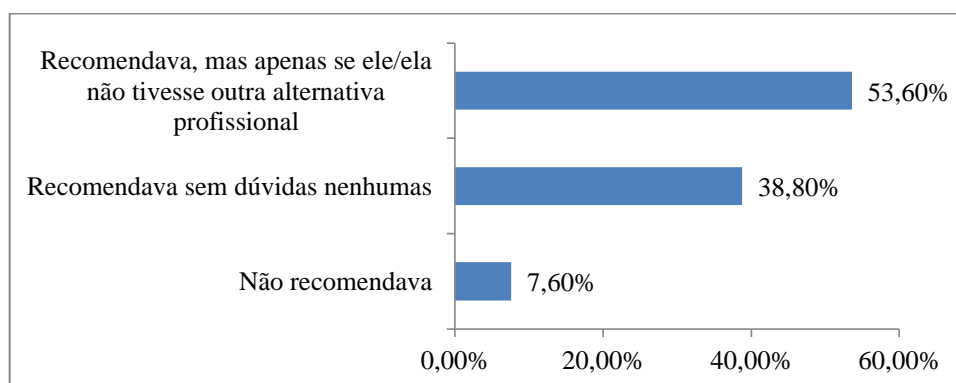


**Gráfico n.º 15 - Carreira profissional nas Forças Armadas.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.8. Ingresso nas Forças Armadas e Ramo que recomendaria

Podemos verificar no Gráfico n.º 16, que quando questionados sobre se recomendariam o ingresso nas Forças Armadas a um amigo ou familiar, 38,8% respondeu que “recomendava sem dúvidas nenhuma”, 53,6% “recomendava, mas apenas se ele/ela não tivesse outra alternativa profissional” e apenas 7,6% “não recomendava”.



**Gráfico n.º 16 - Ingresso nas Forças Armadas.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

Já quando questionados sobre qual o ramo que recomendariam, 49,2% respondeu “Força Aérea”, 25,5% “Marinha” e apenas 17,7% respondeu “Exército”, conforme se vê no Gráfico n.º 17.

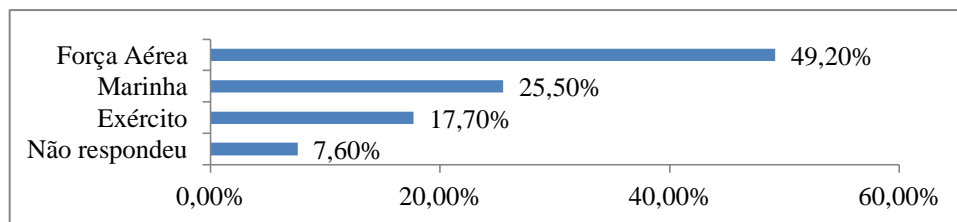


Gráfico n.º 17 – Ramo que recomendaria.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.9. Avaliação dos Ramos das Forças Armadas

De acordo com o Gráfico n.º 18, quando solicitados a avaliar os três ramos das Forças Armadas relativamente às seguintes características, verifica-se:

- preparação técnica que oferece aos seus militares: o valor médio mais elevado é atribuído à Força Aérea (7,16) e o mais baixo ao Exército (6,35) (Marinha: 6,65);
- preparação cívica que oferece aos seus militares: o valor médio mais elevado é atribuído à Força Aérea (6,63) e o mais baixo ao Exército (6,01) (Marinha: 6,43);
- equipamentos e meios materiais: o valor médio mais elevado é atribuído à Força Aérea (6,28) e o mais baixo ao Exército (5,21) (Marinha: 5,99);
- proximidade em relação à população: o valor médio mais elevado é atribuído ao Exército (5,90) e o mais baixo à Marinha (4,77) (Força Aérea:5,18);

Comparativamente ao estudo realizado em 2009, os valores de 2014 tiveram uma pequena descida, mantendo-se a hierarquização dos ramos em termos pontuais. É ainda de salientar que as médias mais baixas, são relativas à “proximidade em relação à população”.

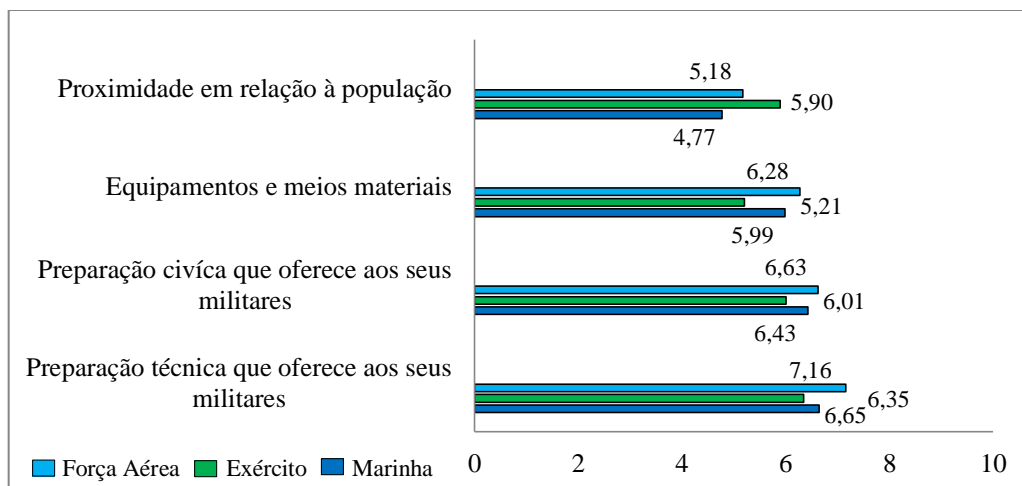


Gráfico n.º 18 – Avaliação dos Ramos das Forças Armadas.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.10. Participação dos Militares Portugueses em Missões Internacionais de Paz

Relativamente ao Gráfico n.º 19, verificámos que os inquiridos quando questionados sobre se concordam com a participação dos militares portugueses em missões internacionais, o valor médio são bastante positivo, atingindo assim um valor de 8,15, apesar de ter descido 0,51 (8,66) relativamente ao estudo de 2009.

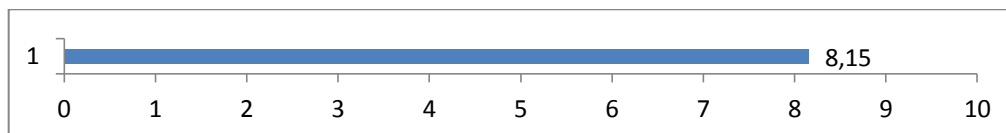


Gráfico n.º 19 - Participação dos Militares Portugueses em Missões Internacionais de Paz.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.11. Justificação da Participação das FFAA em Missões Internacionais

No Gráfico n.º 20, destacamos “defender a democracia e os direitos humanos” e “contribuir para a paz e segurança mundiais”, como as principais razões que podem justificar a participação das Forças Armadas em missões internacionais, com um valor médio de 8,32 e 7,96 respetivamente, o valor mais baixo registado nesta questão, foi de 6,51 “Aumentar o prestígio de Portugal no Mundo”, que ainda que sendo o valor mais baixo, é satisfatoriamente positivo. Já em 2009 o valor médio mais elevado era 9,07 “aumentar o prestígio de Portugal no Mundo” e o mais baixo de 8,11 “alcançar os objetivos da política externa portuguesa”.

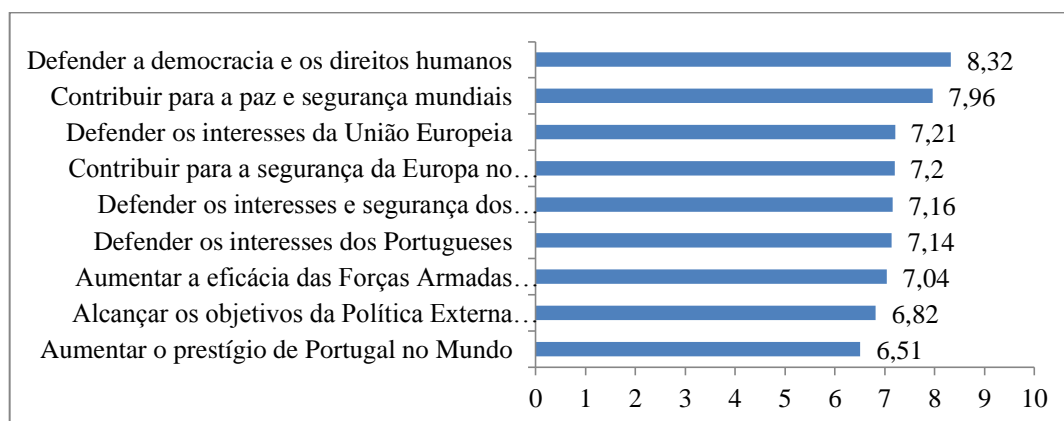


Gráfico n.º 20 – Justificação da participação das FFAA em missões internacionais.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.12. Dimensão total de efetivos das Forças Armadas em número de militares e a sua adequabilidade

Os resultados do Gráfico n.º 21 indicam que grande parte dos inquiridos 45,3% dos inquiridos, respondeu corretamente a esta questão (entre 20.000 e 39.999), tendo uma diferença significativa relativamente a 2009, em que apenas 19,2% dos inquiridos respondeu corretamente. Para nós esta diferença é devida ao método utilizado por nós para aplicar o questionário, ou seja, visto que o questionário foi através de internet, se o inquirido tivesse interesse em saber a resposta antes de a dar, seria possível fazer uma pesquisa rápida.

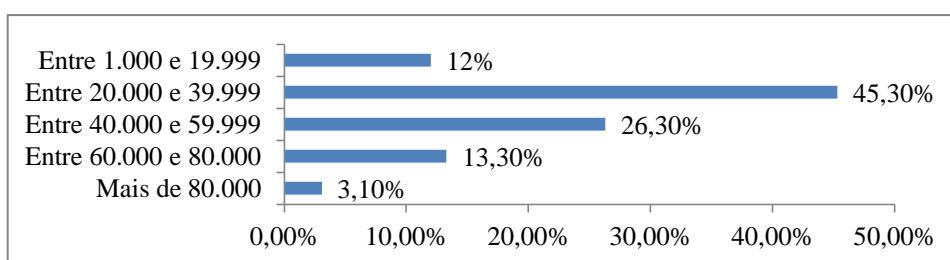


Gráfico n.º 21 – Dimensão total de efetivos das Forças Armadas em número de militares.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

Verificamos ainda no Gráfico n.º 22 que para 55,5% dos inquiridos essa dimensão é adequada, 24,2% é insuficiente e 20,3% diz ser excessiva, já em 2009, 66,7% dos inquiridos achavam que o número de efetivos era adequado, ou seja, teve uma descida significativa de 11,2%, essa descida pode estar relacionada com os cortes que tem havido neste setor da Função Pública.

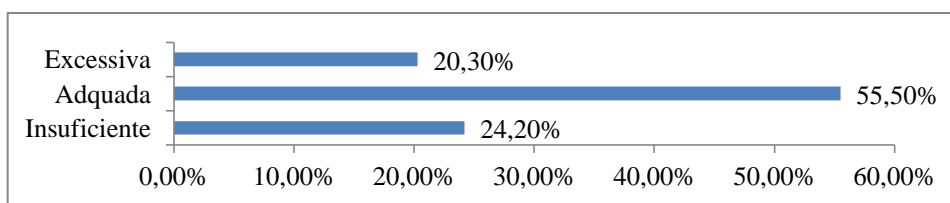


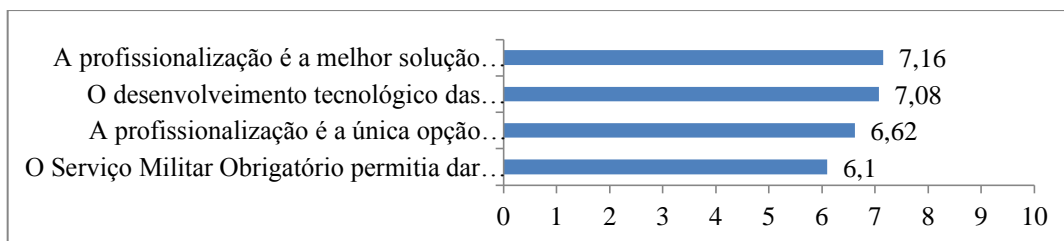
Gráfico n.º 22 – Adequabilidade da dimensão das Forças Armadas.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.13. Profissionalização das Forças Armadas

No Gráfico n.º 23, relativamente à profissionalização das Forças Armadas, damos destaque para “a profissionalização é a melhor solução possível para que as Forças

Armadas possam cumprir eficazmente as novas missões que lhe são pedidas” com um valor médio de 7,16, tendo descido 1,06 pontos média (8,22 valor de 2009) relativamente a 2009, sendo que em 2009 o valor mais elevado foi de 8,32 média na resposta “o desenvolvimento tecnológico das FA torna necessário que os militares tenham uma preparação técnica que só o serviço militar voluntário pode garantir”.

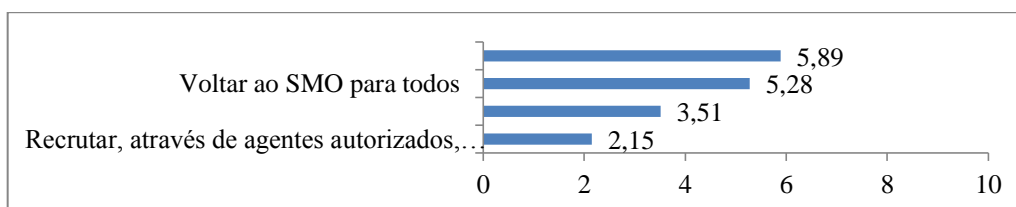


**Gráfico n.º 23 – Profissionalização das Forças Armadas.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.5.14. Número de Voluntários Insuficiente

No caso do número de voluntários para o serviço militar não ser o suficiente para suprir as necessidades das FA, podemos ver no Gráfico n.º 24, que os inquiridos apenas concordam em “aumentar o vencimento dos militares para tentar obter mais voluntários” e “voltar ao SMO para todos” com os valores médios respetivos de 5,89 e 5,28. Os inquiridos discordam com “recrutar estrangeiros legalmente residentes em Portugal” (3,51) e “recrutar, através de agentes autorizados, cidadãos de quaisquer outros países” (2,15). Comparativamente ao estudo de 2009, a hipótese de “recrutar estrangeiros legalmente residentes em Portugal” era positiva com um valor médio de 5,05.



**Gráfico n.º 24 – Número de Voluntários Insuficiente.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.5.15. Dia da Defesa Nacional

Relativamente ao conhecimento do Dia da Defesa Nacional por parte dos inquiridos, podemos ver no Gráfico n.º 25, que quase a totalidade dos inquiridos 94,5%, já

ouviu falar do Dia da Defesa Nacional (dia em que os jovens de 18 anos visitam uma unidade militar e recebem informação sobre a Defesa Nacional e Forças Armadas), comparativamente a 2009, o valor teve uma subida significativa de 26,7%, pode isto estar relacionado com uma maior divulgação desse dia, visto que até 2004, o serviço militar era obrigatório, não havendo o Dia da Defesa Nacional.

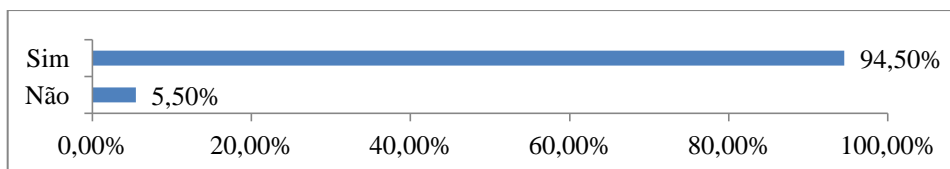


Gráfico n.º 25 – Dia da Defesa Nacional.

Fonte: Elaborado pelo próprio.

### 5.5.16. Características Importantes para se ser Militar

Como ilustra o Gráfico n.º 26, relativamente às características consideradas importantes para se ser militar, constatamos que na sua globalidade, todas elas são consideradas como importantes (importantes e muito importantes), com destaque para a “disciplina”, “lealdade” e “honradez” com percentagens acima dos 97%, já em 2009 as três características mais evidenciadas pelos inquiridos foram “preparação técnica”, “tolerância” e “honradez” com percentagens de 100%, já a característica considerada menos importante (pouco importante e nada importante) no presente estudo foi “valentia” (18,2%) e em 2009 a “espírito de sacrifício” (2,2%).

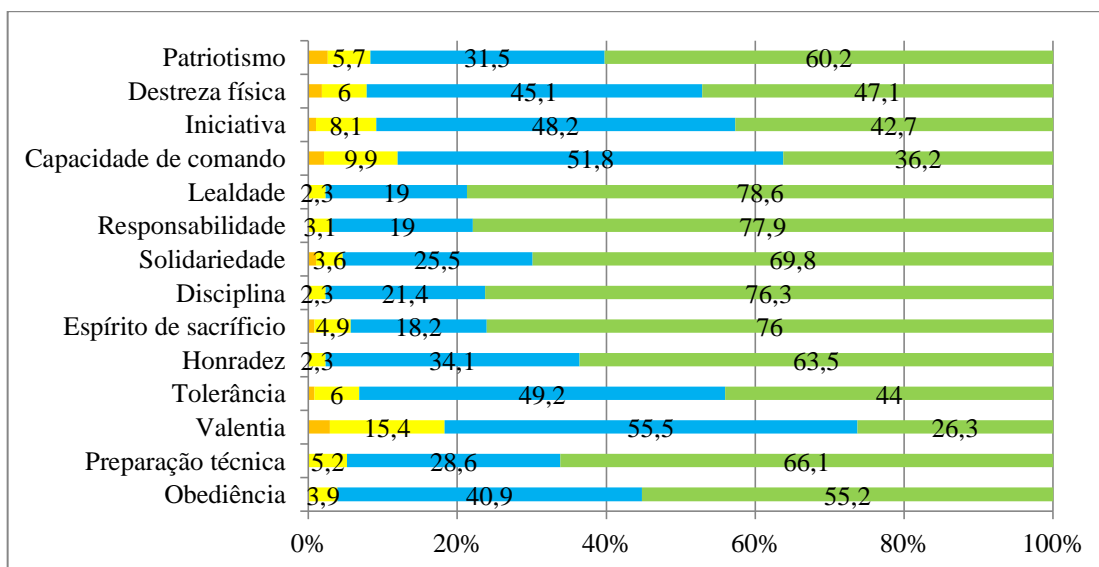


Gráfico n.º 26 – Características importantes para se ser militar.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.5.17. Prestígio de várias Profissões em Portugal e das Categorias de Militares

No Gráfico n.º 27, podemos observar que a profissão de maior prestígio em Portugal selecionada pelos inquiridos é a de Médico com 8,46 pontos de média, seguindo-se as profissões de Juiz (6,93), Bombeiro (6,92), Engenheiro (6,77), Diplomata, Empresário (6,69) e Militar (6,63), já em 2009, a profissão com mais destaque por parte dos inquiridos era Bombeiro (8,88) e a com menor prestígio a de Comerciante (6,30) sendo a mesma do presente estudo.

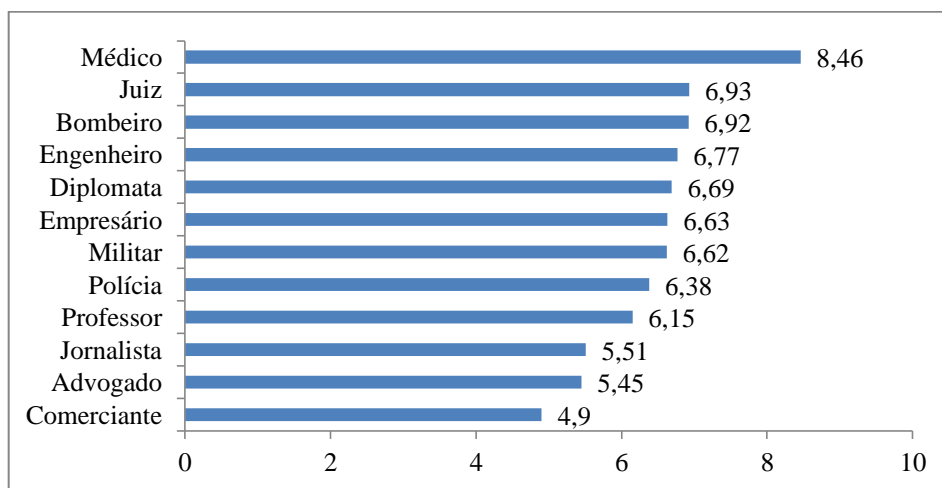


Gráfico n.º 27 – Prestígio de várias profissões em Portugal.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

Relativamente às categorias dos militares Gráfico n.º 28, verificamos que assim como no estudo de 2009, é aos **Oficiais** que os inquiridos atribuem maior prestígio, com 7,41 de média, sendo em 2009 de 8,06, seguindo-se **Sargentos** (6,37) e **Praças** (4,61), é de salientar que a categoria de **Praças** passou para o nível negativo, ou seja, em 2009 era de 5,84 pontos média, mais 1,23 pontos média que no presente estudo (4,61).

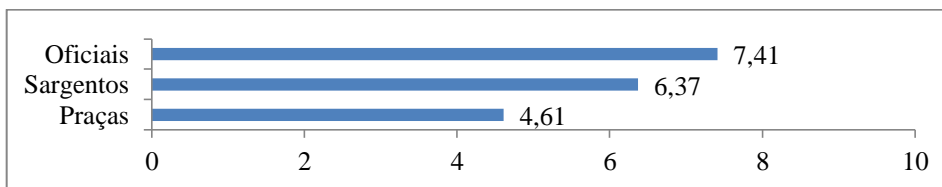


Gráfico n.º 28 – Prestígio relativamente às categorias de militares.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

## 5.6. Análise descritiva da dimensão: Portugal e a Sociedade Portuguesa

Nesta dimensão abordamos questões relacionadas com a sociedade portuguesa, ou seja, desde questões Políticas, Sociais e do próprio País.

### 5.6.1. Orçamento de Estado (OE) e a sua Distribuição

No Gráfico n.º 29, a opinião dos inquiridos relativamente à opinião sobre a adequabilidade da verba do OE 2014 destinada à Defesa Nacional, 56,3% concorda com a verba atribuída, já 43,8% não partilha da mesma opinião.

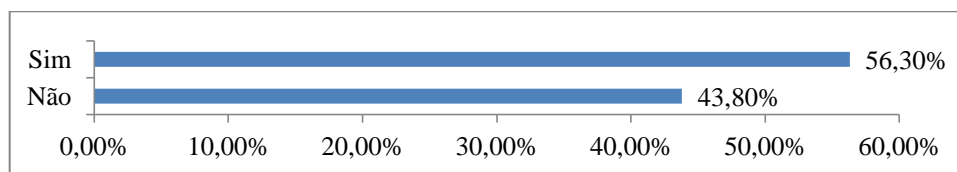


Gráfico n.º 29 – Orçamento de Estado.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

Quando os indivíduos que não concordavam com o OE 2014 foram chamados a ordenar por prioridades as verbas do OE 2014, a prioridade primária dos inquiridos vai para a Saúde (25,8%), Educação (10,7%), Finanças (5,5%), Segurança Social (1%) e por fim a Defesa Nacional (0,8%), como se pode ver no Gráfico n.º 30.

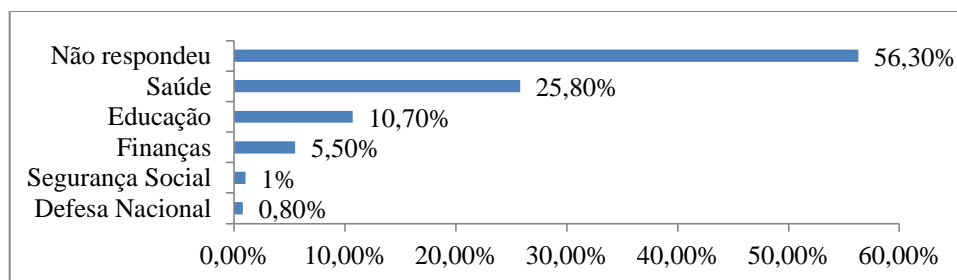


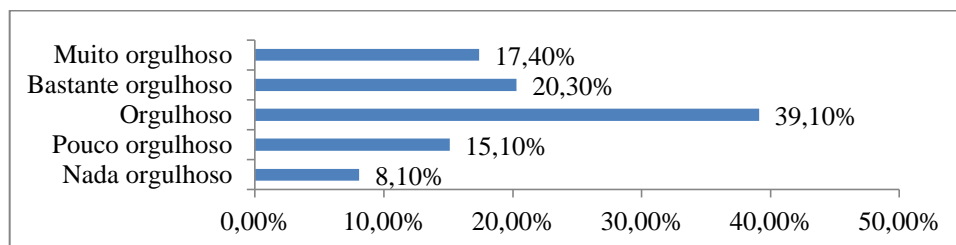
Gráfico n.º 30 – Distribuição do Orçamento de Estado.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.6.2. O Orgulho de ser Português

Comparativamente ao estudo realizado em 2009, a maior variação de resultados reside na variável “muito orgulhoso”, em que houve uma descida bastante significativa de

45,6% para 17,4%, assim como uma subida significativa na soma das variáveis (pouco orgulhoso com nada orgulhoso), passando de 5,6% para 23,2%, já relativamente ao estudo realizado em 1999<sup>34</sup>, as variações são ainda mais significativas, sendo que (muito orgulhoso com bastante orgulhoso) passou de 93,7% para 37,7% e o (pouco orgulhoso com nada orgulhoso) de 1,1% para 23,2%, como ilustra o Gráfico n.º 31. Assinalemos que entre os inquéritos de 1999, 2009 e 2014 tivemos a entrada da TROIKA em Portugal, acreditando que seja esse o maior fator de influência na Opinião Pública.

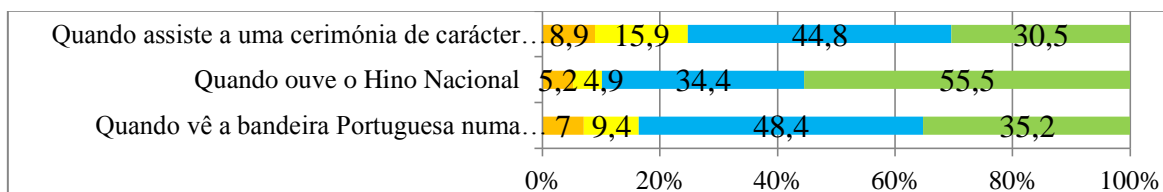


**Gráfico n.º 31 - Orgulho de se ser Português.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.6.3. Sentimento perante acontecimentos

Como demonstra o Gráfico n.º 32, a maioria dos inquiridos (89,9%) refere que sente “alguma emoção” ou “uma emoção muito forte” quando houve o Hino Nacional, seguido de quando vê a bandeira Portuguesa numa cerimónia ou acontecimento e por último, mas com uma percentagem significativa (75,3%) quando assiste a uma cerimónia de carácter militar. Estes dados não sofreram uma alteração estatisticamente significativa relativa ao estudo de 2009, onde a maioria dos inquiridos também referem sentir “alguma emoção” ou “uma emoção muito forte” (85,5%) quando ouve o Hino Nacional e apesar da dimensão “quando assiste a uma cerimónia de carácter militar” ter sido a segunda em 2009 (82,2%), passando a ser a terceira em 2014 (75,3%), continua a ter um valor significativamente alto.



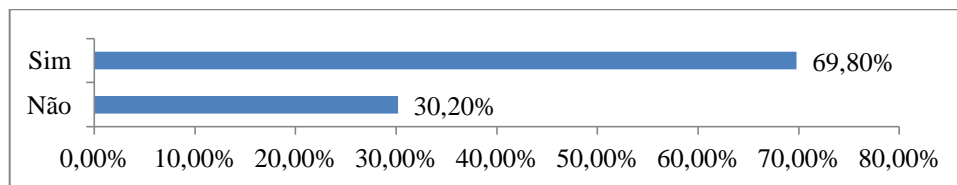
**Gráfico n.º 32 - Sentimento perante acontecimentos.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

<sup>34</sup> Comparámos as frequências 6-10 pontos de 1999 ao “muito orgulhoso” mais o “bastante orgulhoso” de 2014, a frequência 5 a “orgulhoso” e as frequências 0-4 ao “pouco orgulhoso” mais o “nada orgulhoso”. Esta comparação só é legítima se supusermos que o valor neutro da escala 0-10 está no cinco.

#### 5.6.4. Sacrificar a própria vida e motivo pelo qual sacrificaria

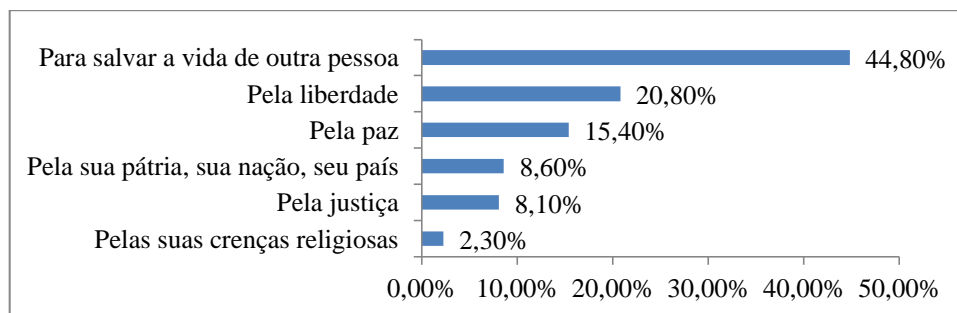
Quando solicitados a responder se existe algo que merece sacrificarem-se, arriscando inclusive a própria vida, deixando de parte a sua família, Gráfico n.º 33, a maioria dos inquiridos (69,8%) respondeu que sim, comparativamente a 2009, onde apenas 27,8% concorda com a afirmação.



**Gráfico n.º 33 - Sacrificar a própria vida.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

Como ilustra o Gráfico n.º 34, o motivo que os levaria a arriscar inclusive a própria vida, temos em primeiro lugar “para salvar a vida de outra pessoa” (44,8%), seguido de “pela Liberdade” (20,8%), tendo por último “pelas suas crenças religiosas” (2,3%), em 2009 também a dimensão “para salvar a vida de outra pessoa” era a primeira, mas seguida por “pela paz”, sendo a última dimensão “pelas suas ideias políticas”.



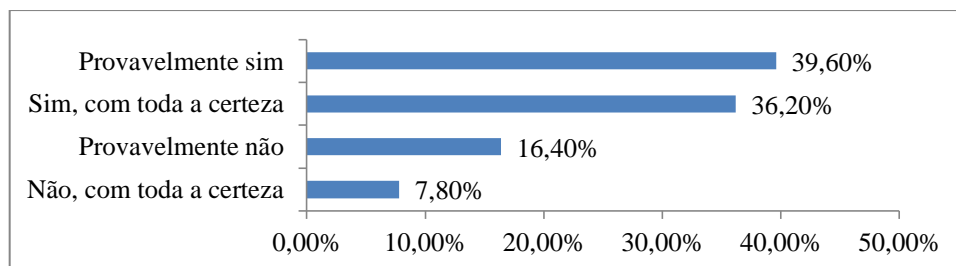
**Gráfico n.º 34 - Motivo pelo qual sacrificaria a sua vida.**

Fonte - Elaborado pelo próprio.

#### 5.6.5. Portugal atacado militarmente

Se começarmos por comparar os estudos de 2009 com o de 2014, verificamos que a vontade dos portugueses participarem numa defesa militar cresceu bastante, ao contrario do que se verificou no “orgulho em ser Português” como se pode verificar no Gráfico n.º 35, tendo crescido as variáveis positivas como “sim, com toda a certeza” de 15,6% para 39,6% e “provavelmente sim” de 31,1% para 36,2%, já a dimensão “não, com toda a

certeza” decresceu 15,5%, passando dos 23,3% para os 7,8%. Na nossa opinião esta diferença está relacionada com a vontade que os portugueses têm de ver o país mudado, apesar de terem menos orgulho do que tinham em 2009 em serem portugueses devido ao estado atual do país, a vontade de lutar pelo próprio país aumentou significativamente, poderá isto querer dizer que os portugueses querem o seu país de volta.



**Gráfico n.º 35 - Portugal atacado militarmente.**

**Fonte - Elaborado pelo próprio.**

### **5.6.6. Confiança pessoal em cada uma das instituições**

Quando inquiridos sobre a confiança que têm em algumas instituições, numa escala de 0 a 10 em que 0 significa “não tem nenhuma confiança” e 10 significa “tem toda a confiança nessa instituição”, verificamos que a maior confiança dos portugueses inquiridos recaí sobre as Forças Armadas (6,03), já no estudo de 2009 a maior confiança recaía na Igreja (7,00) seguido das Nações Unidas (6,63) e só depois pelas Forças Armadas (6,57), já a instituição que menos confiança transmite aos inquiridos são os Partidos Políticos (1,23) a par do estudo de 2009 (2,96), apesar dos Partidos Políticos se manterem em último, repararemos que a diferença da media de confiança desceu mais de metade, mais precisamente 1,73 pontos de média, é preciso reparar que as últimas legislativas (2013)<sup>35</sup> tiveram uma abstenção de 47,4% dos eleitores, 3,9% de votos em branco e 2,9 nulos, ou seja, 54,2% dos eleitores não elegeu nenhum partido, como ilustra o Gráfico n.º 36.

<sup>35</sup> Ver Anexo H – Gráfico de Abstenção Legislativas 2013.

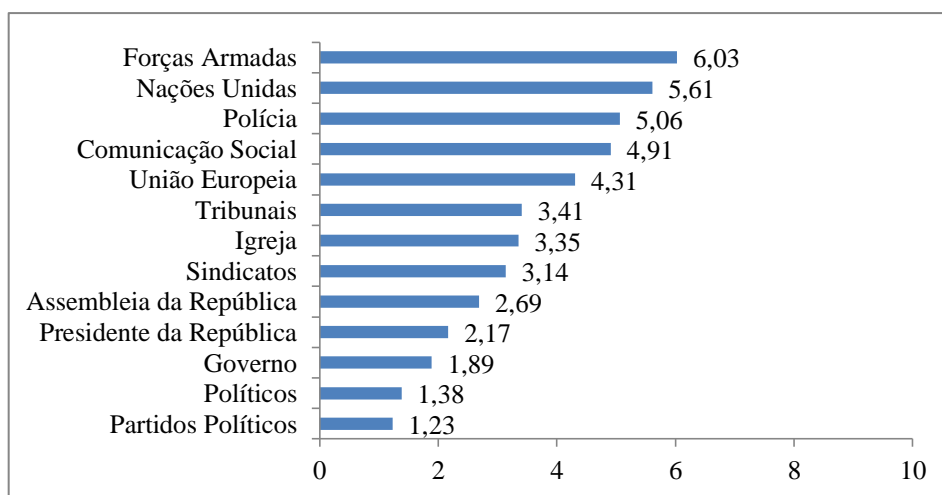


Gráfico n.º 36 – Confiança pessoal nas Instituições.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

### 5.6.7. Grau de Pertença/Ligação com o lugar onde vive

Como se verifica no Gráfico n.º 37, quando inquiridos sobre o grau de Pertença/Ligação que têm com o lugar onde vivem, destaca-se “Portugal como um todo” (7,49 numa escala de 0 a 10) assim como no estudo de 2009 com (8,57), seguido da “localidade onde vive” (7,42) e em último lugar vem “o mundo, a humanidade como um todo” (6,26) mas ainda assim com uma média positiva.

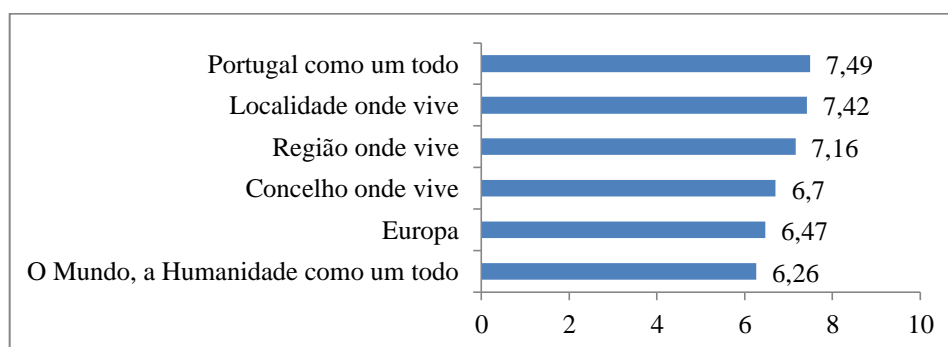


Gráfico n.º 37 - Grau de Pertença/Ligação com o lugar onde vive.

Fonte - Elaborado pelo próprio.

## Capítulo 6

### Conclusões e Recomendações

#### 6.1. Introdução

No presente capítulo iremos expor as respostas às **questões derivadas** e à **questão central**. Seguidamente iremos apresentar as conclusões que consideramos mais pertinentes, assim como fazer uma reflexão crítica às limitações e virtualidades do presente trabalho.

Por fim, mas não menos importante, faremos algumas recomendações e sugestões para investigações futuras no mesmo domínio da presente investigação.

#### 6.2. Resposta às Questões Derivadas

##### Questão derivada n.º 1: “Na opinião pública, deverão existir Forças Armadas em Portugal?”

Relativamente à opinião pública, devem existir Forças armadas em Portugal, espelho disso são os dados obtidos nas perguntas P.2, P.6, P.7 e P.13. Na pergunta P.2, 44,3% dos inquiridos respondeu que Portugal deve de ter Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, com participação em alianças de defesa, sendo a percentagem seguinte de apenas 23,2%. Em P.6 a pergunta é mais direta, onde 95,3% dos inquiridos mostram a sua aceitação, ou seja, 66,7% diz que as Forças Armadas são necessárias e 28,6% diz que não são muito necessárias mas devem de existir, apenas 4,7% dos inquiridos acha que as Forças Armadas devem de ser extintas. Na pergunta P.7, onde os inquiridos são chamados a avaliar a importância das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional, o valor resultante dessa questão é de 7,16 pontos média, ou seja um valor bastante positivo. Por fim podemos ainda afirmar o apoio dos inquiridos à instituição militar, pois no que diz respeito à pergunta P.13, apenas 7,6% dos inquiridos não

recomendaria o ingresso de um amigo ou familiar nas Forças Armadas, sendo o valor obtido positivamente de 92,4%.

**Questão derivada n.º 2: “Qual a confiança que os portugueses têm nas Forças Armadas?”**

Os inquiridos mostraram ter confiança nas Forças Armadas, para responder a esta Questão Derivada, utilizamos as perguntas P.12, P.13, P.14 e P.24. Na pergunta P.12, 66,6% dos inquiridos diz que os militares são pessoas sérias e honestas, ou seja, confiam nos elementos humanos constituintes da instituição militar. A pergunta P.13, assim como na Questão Derivada n.º 1, é também ela espelho da confiança dos inquiridos nas Forças Armadas, pois 92,4% recomenda o ingresso de um amigo ou familiar nas Forças Armadas, complementando com a pergunta P.14, onde a Força Aérea (49,2%) é a mais selecionada quando os inquiridos têm de recomendar um ramo das Forças Armadas, seguido da Marinha (25,5%) e por fim o Exército (17,7%), apenas 7,60% não recomenda o ingresso nas Forças Armadas. Na pergunta P.24, onde é pedido aos inquiridos para dar uma pontuação relativa ao prestígio de várias profissões, os inquiridos colocam a profissão militar a meio da tabela com uma pontuação média positiva de 6,62. Concluimos assim, que os inquiridos têm confiança nas Forças Armadas.

**Questão derivada n.º 3: “Qual a opinião Pública sobre a dimensão do efetivo das Forças Armadas necessário?”**

Para dar resposta à Questão Derivada n.º 3, utilizamos as perguntas P.18 e P.19. Apesar de menos de metade (45,3%) dos inquiridos saber ou ter uma noção do número real de efetivos das Forças Armadas, é um número bastante significativo se o relacionarmos com a pergunta P.19, onde independentemente da resposta estar correta ou não, 55,5% dos inquiridos diz que o efetivo das Forças Armadas é adequado e 24,2% acha que é insuficiente, ou seja, apenas 20,3% acha que o efetivo deveria de ser reduzido. Concluimos assim, que os inquiridos têm uma opinião bastante atualizada sobre os efetivos das Forças Armadas, mas como referido no ponto “6.5.13 Dimensão total de efetivo das Forças Armadas em número de militares e sua adequabilidade” do presente trabalho, este resultado pode ter sido inflacionada, apesar de mesmo assim ser um valor positivo, pois se os inquiridos não sabiam a resposta e foram procurar, ficaram a saber qual o efetivo real.

**Questão derivada n.º 4: “Quais as missões que as Forças Armadas devem desempenhar do ponto de vista da opinião pública?”**

Relativamente às missões que as Forças Armadas devem desempenhar, utilizamos as perguntas P.3, P.10, P.16 e P.17. Na pergunta P.3 onde os inquiridos são questionados sobre como Portugal deve de fazer para respeitar os compromissos de uma aliança de defesa, 40,1% dos inquiridos respondeu que a melhor forma seria o envio de tropas portuguesas para o estrangeiro, o que é bastante positivo. Quando questionados sobre quais as missões que as Forças Armadas devem de desempenhar (P.10), também aqui as missões internacionais têm um grande apoio dos inquiridos, aparecendo em terceiro com uma média de 8,01, sendo que acima temos a defesa do território Nacional em caso de agressão ou ameaça externa com 9,13 e em segundo atividades de proteção civil em caso de calamidade natural com 8,58 pontos de média, sendo o único valor negativo o de preparar guerras contra outros Estados 4,13. Na pergunta P.16, mais uma vez a aceitação dos inquiridos relativamente às missões internacionais é bastante positiva, sendo que questionados sobre missões internacionais de paz, os inquiridos deram uma avaliação média de 8,15 pontos, por fim, na pergunta P.17, quando questionados sobre qual a justificação mais plausível para que Portugal envie os seus militares para missões internacionais, os inquiridos, selecionaram como o mais importante o de defender a democracia e os direitos humanos (8,32 média), seguido de, contribuir para a paz e segurança mundial (7,96 média) e defender os interesses da União Europeia (7,21 média). Podemos então concluir que as missões que os inquiridos maior relevância dão, são as missões internacionais assim como a defesa do território nacional e atividades de proteção civil.

**Questão derivada n.º 5: “As Forças Armadas contribuem para o prestígio Internacional do País?”**

Para dar resposta à última Questão Derivada, utilizamos as perguntas P.12 e P.17. Na pergunta P.12 aproveitámos a avaliação efetuada na afirmação “a carreira militar dá prestígio”, ou seja, 90,3% dos inquiridos respondeu que concorda (concorda e concorda totalmente), sendo que apenas 9,7% discordam dessa afirmação, já na pergunta P.17, onde se tenta obter uma resposta relativamente à justificação da participação das Forças Armadas em missões internacionais, os inquiridos responderam com uma média de 6,51 que participar nessas missões aumenta o prestígio de Portugal no mundo, ou seja, faz um

trabalho prestigiante. Concluimos então que, na opinião dos inquiridos, o trabalho feito pelas Forças Armadas é um trabalho prestigiante para o País.

### 6.3. Resposta à questão central

#### **Qual a opinião Pública sobre as Forças Armadas na atual conjuntura Nacional?**

Com base em toda a investigação realizada, desde o primeiro ao último capítulo da Revisão de Literatura, entrevista exploratória e inquéritos realizados, é possível dar resposta à Questão Central. Sendo de realçar os dados obtidos neste Trabalho de Investigação Aplicada, onde a imagem que as Forças Armadas passam para a opinião pública é satisfatoriamente positiva, podemos dar então ênfase às perguntas já analisadas na resposta às Questões Derivadas, assim como uma análise completa ao questionário.

Concluimos assim que a opinião pública sobre as Forças Armadas na atual conjuntura nacional é uma opinião bastante positiva. Nomeadamente nos seguintes aspetos: Existência das Forças Armadas, Instituição que mais confiança transmite dentro de um leque de Instituições e a forma como as Forças Armadas contribuem para o prestígio Internacional do País.

### 6.4. Conclusões

Após uma análise detalhada das dimensões e das questões do inquérito em estudo, concluimos que a opinião global por parte dos inquiridos é bastante positiva. Começamos pela dimensão **Defesa de Portugal e da União Europeia**, os inquiridos estão principalmente preocupados com a **crise económica**, preocupações essas relacionadas com a atual conjuntura que o país atravessa, com as **catástrofes naturais** e um pouco preocupados com outras ameaças do tipo não militar. Relativamente à defesa do país, é legítimo o envolvimento em **alianças internacionais**, assim como a criação de uma **Força Militar comum aos países da União Europeia**. Na dimensão **Forças Armadas Portuguesas**, em termos gerais os inquiridos consideram as **Forças Armadas necessárias**, atribuindo **grande importância ao seu papel para Defesa Nacional**, além de acharem que as Forças Armadas são **eficazes no cumprimento das suas missões** assim como

também concordam que a atuação das Forças Armadas **contribui muito para o prestígio internacional do país** sendo ainda a **Instituição que mais confiança transmite** aos inquiridos, mesmo sendo esta imagem bastante positiva, os inquiridos concordam que o seu **interesse e conhecimento** sobre a as Forças Armadas é mediano. Os inquiridos apoiam uma grande **diversidade de missões** atribuídas às Forças Armadas, assim como a **profissionalização das Forças Armadas**, sendo esta a melhor solução possível para cumprir eficazmente as suas missões, sendo as **Forças Armadas constituídas por cidadão nacionais**, nem que para isso seja necessário **aumentar os vencimentos** para aumentar o voluntariado ou mesmo voltar ao **Serviço Militar Obrigatório**. O **emprego e formação** nas Forças Armadas é também visto com muito bons olhos pelos inquiridos, têm boas oportunidades de obter formação profissional e é uma **carreira com prestígio**. No que concerne à **recomendação das Forças Armadas** a um amigo ou familiar por parte dos inquiridos, é também uma possibilidade que os inquiridos veem com satisfação. Através de uma avaliação feita aos três ramos das Forças Armadas, obtivemos resultados bastante satisfatórios, tais como a **preparação técnica** por parte dos seus militares, **preparação cívica, equipamentos e meios materiais** assim como **proximidade em relação à população**, onde maioritariamente os valores são superiores no ramo **Força Aérea**, sendo que o ramo que os inquiridos sentem estar mais próximo da população é o **Exército** e o único valor abaixo da média é o da proximidade da **Marinha** em relação à população. Por fim, na dimensão **Portugal e a Sociedade Portuguesa**, os inquiridos concordam com a distribuição do **Orçamento de Estado para 2014**, apesar dos que não concordam, atribuiriam maior verba para a **Saúde** (25,8%). Os inquiridos afirmam sentir **orgulho em ser Portugueses**, ficam emocionados quando ouvem o **Hino Nacional**, quando veem a **bandeira portuguesa** em cerimónias ou mesmo quando assistem a **cerimónias de carácter militar**, grande parte dos inquiridos **sacrificaria a própria vida** (69,8%) (para salvar outra vida), assim como **participaria voluntariamente na defesa de Portugal**, caso fosse atacado militarmente (75,8%).

## 6.5. Limitação da Investigação

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada foi confrontada com algumas limitações, limitações essas que não foram impeditivas da concretização dos objetivos estabelecidos. As principais dificuldades sentidas na realização do trabalho foi o facto do

limite da paginação imposta ser escasso, apelando assim muitíssimo à capacidade de síntese, contudo, em nossa opinião é preferível enunciar todos os pontos de maior interesse do estudo em detrimento da sua exclusão. Outra das limitações mais relevantes é o tempo determinado para a realização do estudo.

## **6.6. Propostas e recomendações**

No seguimento do que foi referido anteriormente, sugerimos ainda que durante o segundo semestre do quarto ano da Academia Militar seja disponibilizado algum do tempo em detrimento da investigação. Em nossa opinião é importante que as Forças Armadas criem uma política de comunicação, ou seja, seria importante criar uma divisão de comunicação e marketing à imagem do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas<sup>36</sup> (SIPFA) de 1961. Em linhas gerais, visar uma estratégia objetiva e consistente, a favor da imagem das Forças Armadas, junto da opinião pública nacional, havendo assim a necessidade de projetar na opinião pública uma imagem de umas Forças Armadas modernas e capazes de cumprir as suas missões mesmo com as limitações que lhes são impostas.

Seria ainda uma mais-valia para os alunos da Academia Militar, ter uma cadeira de SPSS, ou mesmo uma formação, visto que uma grande parte do Trabalho de Investigação Aplicada requerem o uso de SPSS para uma fiabilidade dos resultados obtidos.

## **6.7. Investigações futuras**

Para investigações futuras sugere-se a replicação deste estudo em diferentes Distritos, por forma a verificar se existem diferenças significativas na Opinião Pública entre Distritos e tentar explorar o cerne dessa diferença.

---

<sup>36</sup> A Secção de Informação Pública foi criada, em 1961 por despachos do ministro da Defesa Nacional de 1 de março e 21 de abril, a título provisório, na dependência da 2ª Repartição do SGDN. Tinha inicialmente a missão de orientar e controlar a divulgação de notícias de natureza militar, com o objetivo de auxiliar a formação e manutenção de uma opinião pública que facilitasse o cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas e o controlo de forma a evitar a divulgação de notícias que fossem inconvenientes a nível psicológico e da segurança das operações militares.

## Bibliografia

- ACADEMIA MILITAR (2013). *NEP 520/2ª/DE/01JUN13/AM*. Lisboa: Academia Militar.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2009). Lei n.º 1-A/2009, de 7 de julho (Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas). *Diário da República*. 1.ª Série. N.º 129, (p. 4344-(2)).
- AUGRAS, Monique (1980). *Opinião Pública – Teoria e pesquisa*, Petrópolis: Vozes.
- BACON, Francis (1992). *Ensaio*, Lisboa: Guimarães Editores.
- BDJUR (2009). *Constituição da República Portuguesa*, Coimbra: Edições Almedina.
- BEGONHA, Rodolfo (1993). *A Informação, as Relações Públicas, as Forças Armadas e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- CAETANO, J., LOURENÇO, J., MONTEIRO, A.C. (2008). *Fundamentos de Comunicação, 2ª Edição*. Lisboa: Edições Sílabo.
- CARMO, H. & FERREIRA, M.M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- CARREIRAS, Helena (2009). *Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas - Resultados Globais*. Lisboa: CIES-IUL.
- CARRILHO, Maria (1992). *Inquérito – Segurança e Defesa na Opinião Pública em Portugal*. Lisboa: ISCTE.
- COELHO, António Pina (1971). *Os Fundamentos Filosóficos da Obra de Fernando Pessoa*. Vol. I. Lisboa: Verbo.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 1.ª série – N.º117 – 27 de Maio de 1952.
- DICHTER, E. (1985). *Wath's in an image*. New York: The Journal of Consumer Marketing, vol.2, pp.75-81.
- GRAWITZ, Madeleine (1993). *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris: Éditions Dalloz.
- JOLY, M. (1996). *Introdução á análise da imagem*, São Paulo: Papirus.
- LIPPMANN, Walter (1960). *Public Opinion*, New York: The MacMillan Company.
- MATOS, Luís Salgado de e BACALHAU, Mário (2001). *As Forças Armadas em Tempo de Mudança*. Lisboa: Edições Cosmos.

MCMILLAN, J. H., & Schumacher, S. (2001). *Research in education: A conceptual introduction* (5th ed.). New York: Longman.

MILES, M.B. e HUBERMAN, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*, Beverly Hills: CA: Sage Publications.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth (1974). *The Spiral of Silence – a Theory of Public Opinion*, in *Journal of Communication*, Vol.24, pp.43-51.

PORTAL DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

<http://www.emgfa.pt/pt/organizacao>

Apresenta todo o tipo de informação, notícias e legislação relacionada com as Forças Armadas em geral (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

PORTAL DO JORNAL EXPRESSO ONLINE

<http://expresso.sapo.pt/>

Pode consultar-se Noticias atuais e passadas (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

PORTAL DO JORNAL ONLINE PORTO24

<http://www.porto24.pt/cidade/militares-ajudam-limpar-costa-de-vila-nova-de-gaia/>

Pode consultar-se Noticias atuais e passadas (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

PORTAL DO JORNAL EXPRESSO ONLINE

[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Seguranca/Interior.aspx?content\\_id=2839695&page=2](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Seguranca/Interior.aspx?content_id=2839695&page=2)

Pode consultar Notícias atuais e passadas (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

PORTAL DO JORNAL PÚBLICO ONLINE

<http://www.publico.pt/economia/noticia/as-principais-medidas-de-austeridade-antes-e-depois-da-entrada-da-troika-1562160>

Pode consultar Notícias atuais e passadas (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

PORTAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=143233&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143233&PUBLICACOESmodo=2)

O Instituto Nacional de Estatística, IP (INE) tem como missão produzir e divulgar informação estatística oficial de qualidade, promovendo a coordenação, o

desenvolvimento e a divulgação da atividade estatística nacional. (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

#### PORTAL DO MAIOR TV INFORMAÇÃO

<http://maior.tv.com.pt/passos-evitou-receber-bilhete-de-aviao-para-emigrar/>

Pode consultar Notícias atuais e passadas (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

#### PORTAL DO GOVERNO

<http://www.portugal.gov.pt/pt.aspx>

Pode consultar tudo o que se passa com o Governo Português (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

#### PORTAL DE OPINIÃO PÚBLICA

<http://www.pop.pt/>

O Portal de Opinião Pública (POP) é um sítio na internet, da Fundação Francisco Manuel dos Santos onde pode consultar estudos realizados à Opinião Pública dos mais variados temas (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

#### PORTAL DA MARINHA

<http://www.marinha.pt/>

Apresenta todo o tipo de informação, notícias, história e legislação relacionada com a Marinha em geral (acedido de 03 de Fevereiro a 21 de Abril de 2014).

#### PORTAL PORDATA

<http://www.pordata.pt>

O Portal da PORDATA é um portal de serviço público, onde se podem consultar dados relativos a Portugal com confiança (acedido de 03 de Fevereiro a 03 de Junho de 2014).

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

RETO, Luís e SÁ, Jorge de (2002). *O estado de opinião em Portugal: 1997 – 2001*, Lisboa: Bertrand.

SANTAELLA, L. & NÖTH, W. (2001). *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras.

SANTOS, J. Loureiro dos (2012). *Forças Armadas em Portugal*, Lisboa: FFMS.

SARAIVA, José Hermano (2007). *HISTÓRIA concisa de PORTUGAL*, 24.<sup>a</sup> edição, Mem Martins: Publicações Europa-América.

- SARMENTO, Manuela (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SAUVY, Alfred (1977). *L'Opinion Public*, Paris: Presses Universitaires de France (PUF).
- SOUSA, Maria José e BAPTISTA, Cristina Sales (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertação, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*, Lousã: Pactor.
- TARDE, Gabriel (1991). *A Opinião e a Multidão*, Lisboa: Biblioteca Universitária.
- TZU, Sun (2005). *A Arte da Guerra*, Colónia: Evergreen.
- VICENTE, Paulo (2011). *As Forças Armadas e a Segurança Interna – O Caso Nacional*. Lisboa: Revista Milita, pp.771-789.

## Apêndices

### Apêndice A Conjuntura atual

#### Conjuntura Nacional

Para falarmos de conjuntura atual, temos primeiro de entender o significado de conjuntura, ou seja, é uma combinação de acontecimentos ou circunstâncias num dado momento, como situação política, económica, social, etc, que afeta o País ou região, neste caso particular, Portugal.

A atual conjuntura económica e financeira portuguesa é fortemente marcada pela contração da atividade económica e do crédito às empresas, assim como o aumento dos impostos, que por sua vez implica numa menor remuneração salarial.

Esta situação, provocada pelas **medidas de austeridade** têm o seu início ainda em 2010<sup>37</sup>, quando foi determinado o congelamento de admissões e progressões de carreira para a função pública, assim como o aumento do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e aumento do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), em 2011.

Os níveis de desemprego em Portugal desde 2010 não param de subir, atingindo um valor de 15,3% no quarto trimestre de 2013, valor este anunciado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>38</sup>, equivalente a 826,7 mil pessoas. Basicamente, Portugal assiste ao despedimento de sete pessoas por hora.

Dados do INE revelam ainda que 25,5% dos portugueses vivem em 2013 com privações materiais, o que representa mais 3,7% em relação aos valores de 2012.

---

<sup>37</sup> Ver Anexo I – Jornal Público/Economia Online.

<sup>38</sup> Ver Anexo J – Evolução da taxa de desemprego.

## Troika, Dívida Pública e Orçamento de Estado

Em 2011 o então Exmo. Senhor Primeiro-Ministro Eng. José Sócrates do Partido Socialista (PS), pede ajuda internacional de assistência financeira à Comissão Europeia (CE), afim de garantir condições de financiamento a Portugal e ao seu sistema financeiro, sendo então uma missão técnica da Troika<sup>39</sup>, Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), terminando em Maio de 2014 o período de vigência do Programa de Ajustamento.

A Dívida Pública<sup>40</sup> de Portugal aquando da entrada da Troika em Portugal era de 108,2% do Produto Interno Bruto<sup>41</sup> (PIB), está atualmente nos 129,0% do PIB, ou seja teve um aumento considerável de 20,8% do PIB, relativamente ao Orçamento de Estado para 2014<sup>42</sup>, a Gestão da Dívida Pública, totaliza uma quantia de 119 mil Milhões (mM) de Euros de um total de 189 mM de euros, ou seja, 62,96% do Orçamento de Estado (OE) para o ano económico de 2014.

## Caracterização sociodemográfica de Portugal

No que diz respeito ao **número de habitantes**<sup>43</sup>, Portugal tem 10.562.178 (habitantes), sendo que 5.046.600 (47,78%) são do sexo Masculino e 5.515.578 (52,22%) são do sexo Feminino, relativamente ao **grupo etário**<sup>44</sup> em que se insere a população residente de Portugal, podemos então verificar que 10,71% (1.131.251 indivíduos) têm entre 15 e 24 anos de idade<sup>45</sup>, 12,83% (1.354.898 indivíduos) tem entre 25 e 34 anos, 15,26% (1.612.106 indivíduos) tem entre 35 e 44 anos, 14,35% (1.515.999 indivíduos) tem entre 45 e 54 anos, 12,49% (1.318.916 indivíduos) tem entre

<sup>39</sup> Troika ou troica (*em russo: тройка*) é a palavra russa que designa um comitê de três membros. A origem do termo vem da "troika" que em russo significa um carro conduzido por três cavalos alinhados lado a lado, ou mais frequentemente, um trenó puxado por cavalos. Em política, a palavra *troika* designa uma aliança de três personagens do mesmo nível e poder que se reúnem em um esforço único para a gestão de uma entidade ou para completar uma missão, como o triunvirato histórico de Roma.

<sup>40</sup> Ver Anexo K – Administrações Públicas: dívida em % do pib – Portugal.

<sup>41</sup> O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc).

<sup>42</sup> Ver Anexo L – Mapa XV – Ano Económico de 2014.

<sup>43</sup> Dados PORDATA segundo os Censos, ultima atualização em 2013-11-28.

<sup>44</sup> Dados PORDATA segundo INE – Estimativas Anuais da População Residente, última atualização em 2014-04-14.

<sup>45</sup> Optamos por analisar os indivíduos apartir dos 15 anos de idade, visto que a analize relativamente à escolaridade também compreende a faixa etária acima dos 15 anos de idade.

55 e 64 anos, 9,80% (1.035.326 indivíduos) tem entre os 65 e os 75 anos, 7,04% (744.047 indivíduos) tem entre os 75 e os 84 anos e acima dos 84 anos de idade a percentagem é de 2,28% (240.754 indivíduos) sendo os restantes 15,24% dos indivíduos com menos de 15 anos de idade, por fim analisámos a **escolaridade**<sup>4647</sup> dos indivíduos com 15 e mais anos de idade residentes em Portugal, sendo que 9,22% (824.450 indivíduos) não possui qualquer nível de escolaridade, 24,12% (2.158.150 indivíduos) possui o 1º Ciclo do Básico (4ª Classe), 12,00% (1.074.250 indivíduos) possui o 2º Ciclo do Básico (5º e 6º anos), 20,65% (1.848.250 indivíduos) possui o 3º Ciclo do Básico(9º ano), 18,88% (1.689.250 indivíduos) possui o nível Secundário (12º ano) e 15,13% (1.353.250 indivíduos) possui o Ensino Superior.

---

<sup>46</sup> Dados PORDATA segundo INE – Inquérito ao emprego, última atualização em 2014-02-07.

<sup>47</sup> Existe uma diferença de menos 5697 indivíduos em relação aos dados dos grupos etários, esta diferença deve-se ao número de indivíduos que perfizeram os 15 anos de idade entre os estudos realizados pelo INE “Inquérito ao emprego – 2014-02-07” e “Estimativas Anuais da População Residente – 2014-04-14”.

**Apêndice B**

**Guião da entrevista exploratória**



**ACADEMIA MILITAR  
DIREÇÃO DE ENSINO**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA  
GUIÃO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA**

**TEMA:**

**OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS NA  
ATUAL CONJUNTURA NACIONAL**

**Estudo de caso: Distrito de Aveiro**

**Autor: Aspirante Pedro Ricardo Mendes Fragosa**

**Orientador: Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) José Carlos Dias Rouco**

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista vem no seguimento do contacto efetuado anteriormente e desde já agradeço a sua disponibilidade e amabilidade em participar no estudo.

O trabalho de investigação, em estudo, visa identificar a Opinião Pública relativamente às Forças Armadas na atual conjuntura Nacional.

O Trabalho de Investigação Aplicada enquadra-se no tirocínio para Oficiais, para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares - Infantaria da Academia Militar, sob orientação do TCor Dias Rouco.

A experiência/cargo como investigador de V. Ex.<sup>a</sup> será de extrema importância para este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), uma vez que irá permitir responder à questão central e respetivas questões derivadas bem como a valorização do mesmo.

Após a finalização do TIA será fornecido *feedback* sobre os resultados obtidos na investigação.

As finalidades deste trabalho cingem-se exclusivamente à investigação em curso e haverá uma sessão pública de apresentação dos resultados para a qual serão convidados os participantes.

Se tiver alguma questão faça o favor de me contactar.

**Atenciosamente,  
Pedro Ricardo Mendes Fragosa  
AspOfAI Inf**

**Dados Técnicos**

**Entrevistado:**

**Data:**

**Hora de início:**

**Hora do fim:**

**Duração:**

**Local:**

**Utilização de Gravador:**

**Q.1** Desde que altura da sua vida se sentiu interessada por questões das Forças Armadas (FFAA)?

**Q.2** A Professora Doutora fez o seu estudo em 2009, acha que a opinião pública sobre as FFAA na atual conjuntura difere muito?

**Q.3** Os media têm bastante influência na opinião que as pessoas constroem. Acha que a opinião que as pessoas têm sobre as FFAA é influenciada maioritariamente pelos media?

**Q.4** Em sua opinião, de que forma as Forças Armadas (FFAA) poderiam melhorar a imagem perante a sociedade?

**Q.5** Por vezes ouvimos dizer o seguinte, “Os militares não fazem nada, são parasitas do estado...” ou “Para que temos umas Forças Armadas tão grandes se não estamos em guerra?”. A que acha que se devem estas “*ideias formadas*”?

**Q.6** Há quem sustente que a defesa dos países da União Europeia (UE) seja feita em comum por FFAA que integrem as FFAA de cada País. Portugal pode existir sem FFAA próprias?

**Q.7** Acha que a participação das FFAA em missões internacionais aumenta o prestígio de Portugal no mundo?

**Q.8** Entre 1993 e 2006, o corte no efetivo total das forças armadas foi de aproximadamente 51%, passando de 77.909 para 38.086, sendo o efetivo atual de 32.992. Serão as FFAA sustentáveis (terão efetivo suficiente) para cumprir as suas missões dentro de 10 anos?

**Q.9** Em Portugal, o Serviço Militar Obrigatório (SMO) acabou em 2004, passando a Serviço Militar Efetivo (SME). Em sua opinião, deveria continuar a nova lei do SME ou por outro lado deveria restabelecer-se novamente o SMO?

**Q.10** Acha que o SMO era importante no desenvolvimento dos jovens?

**Q.11** Visto a conjuntura atual de Portugal, acrescentaria alguma questão relacionada com o Orçamento de Estado ao Inquérito por Questionário do seu estudo de 2009?

**Q.12** Na opinião da Professora Doutora, um estudo como o que fez em 2009, deveria ser replicado com intervalos temporais de quanto tempo?

## Apêndice C

### Fatores Determinantes da Formação da Opinião

|  |
|--|
| <p>1. <b>FACTOR PSICOLÓGICO</b> explica largamente muitas motivações, mecanismos de defesa, atitudes e opiniões sobre determinadas realidades, embora seja um fator que atua ao nível individual;</p>  |
| <p>1.1. O fator afetivo, decorrente do fator anterior, parece explicar as preferências e sentimentos também individuais que instigam a formação da opinião sem a interferência da razão;</p>   |
| <p>2. <b>FACTOR SOCIOLÓGICO</b> assume uma projeção coletiva, pois está relacionado com as atitudes de grupos;</p>   |
| <p>2.1. O fator económico e o status social não podem dissociar-se dos demais fatores, mas pode condicionar a visão dos acontecimentos e a tomada de posição. No entanto, este fator é um fator dinâmico já que um indivíduo pode iniciar a sua vida num determinado segmento da sociedade e terminar noutra completamente oposta;</p> |
| <p>2.2. O fator educacional relaciona-se com o grau de instrução e o posicionamento mais ou menos compreensivo do acontecimento fenómeno em causa;</p>   |
| <p>2.3. Fatores grupais, em que se destacam grupos clássicos diferenciados em função de sexo, idade e região embora esta diferenciação não seja exclusiva;</p>   |
| <p>2.4. Fator mediático corresponde ao grau de exposição do indivíduo aos meios de comunicação social, pois são eles que muitas vezes toldam a percepção da real;</p>  |
| <p>3. <b>FACTOR HISTÓRICO</b>, também ele de foro social, é mais circunstancial e remete tanto para os condicionalismos históricos de um povo que pode a priori gerar uma opinião latente, como para uma opinião baseada na consciencialização acerca de um acontecimento público.</p>   |

Fonte: Monique Augras (1980, pp.20-50)(adaptado)

## **Apêndice D**

### **Resposta à entrevista exploratória**

#### **Dados Técnicos**

**Entrevistado:** Professora Doutora Helena Carreiras

**Data:** 11 de Abril de 2014

**Hora de início:** 16h12

**Hora do fim:** 16h47

**Duração:** 35min

**Local:** Via Skype™

**Utilização de Gravador:** Sim

**R.1** Comecei a interessar-me enquanto estudava no ISCTE, estava a fazer a Licenciatura no último ano, numa altura em que a Professora Maria Carrilho lá dava aulas e deu um seminário que se chamava “Sociologia das Instituições Militares”. Interessava-me muito o tema da violência, da agressividade e a forma como as sociedades resolviam estes problemas da violência. Um pouco inspirada nas raízes pacifistas da minha adolescência, e estando a estudar sociologia pensei que seria muito interessante, nesse contexto com a professora Maria Carrilho, olhar para a instituição que está encarregue da gestão da violência coletiva. Foi nessa altura que me interessei, sempre na perspetiva da relação sociedade/Forças Armadas.

Entretanto, fiz um trabalho final de curso sobre os jovens e o serviço militar, após isso continuando a trabalhar com a Professora Maria Carrilho. O meu interesse cresceu e fiquei com a professora num projeto de investigação mais longo, sobre as Forças Armadas em Portugal, continuando o seu trabalho pioneiro, sobre as mudanças no regime e as Forças Armadas em Portugal durante o Século XX, do qual resultou o livro *Democracia e Defesa – Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, e já nessa altura fizemos uma pequena incursão no tema das mulheres, em que se fez um inquérito aos Oficiais portugueses sobre as questões de Género. Foi, portanto um percurso que continuei, quando surgiu a necessidade e a

oportunidade de fazer a TESE de Mestrado e depois o Doutoramento, e já não saí desta área. Acho que as Forças Armadas são uma instituição muito interessante de ser estudada, porque de alguma forma torna visíveis dinâmicas sociais mais amplas, sobre as questões do poder, as questões da organização social e continuo a achar que há oportunidades de estudo sociológico muito interessantes das Forças Armadas.

**R.2** É uma pergunta difícil, pois não tenho dados, mas posso dar a minha opinião sobre o que me parece plausível com base nas tendências que detetamos antes. Não me parece que nos aspetos estruturais, identificados no Inquérito de 2009 -já que estamos a falar das opiniões da população – se tenham alterado substancialmente. O que me parece é que há algumas delas que podem ter sido aprofundadas, ou seja, a crise, que é de facto um marco dos anos 2008 até hoje, portanto, já em 2009 se fez sentir no questionário uma maior preocupação/ameaça gerada pela crise económica. Acredito que isso se tenha aprofundado, essa maior preocupação com as questões socioeconómicas da vida das pessoas, e aquela atitude de algum distanciamento, algum desconhecimento que as pessoas manifestavam relativamente à instituição Militar, poderá ter-se aprofundado também. Todas as outras tendências, de apoio, de uma opinião favorável, positiva, sobre as Forças Armadas e sobre a diversidade de funções que devem ter, o apoio às missões internacionais, aos processos de modernização, enfim, a entrada de mulheres, a profissionalização, eu creio que essas se manterão como grandes tendências e que não há nada que pudesse ter provocado uma alteração dessas tendências.

O distanciamento sim, talvez, devido às limitações económicas, fundamentalmente. Há cada vez menos recursos para todas as áreas e sectores, e também as Forças Armadas têm sentido profundamente essa limitação. As missões internacionais vão sendo cada vez menos, presença essa no exterior que foi um elemento muito importante para a relegitimação do papel dos Militares na sociedade portuguesa, esbatendo-se agora um pouco, estando menos presente. Houve o grande momento da Bósnia, que foi um momento marcante, o início de um período novo, a partir do qual as Forças Armadas sempre foram tendo presença internacional. Agora é cada vez menos, a GNR vai estando mais em certos contextos e estamos reduzidos a três ou quatro centenas de militares que estão fora nas duas principais missões que as FFAA ainda têm no exterior.

Diria então que, o que pode ter mudado, sem querer fazer futurismo, é o aprofundamento de algum distanciamento, mas sem afetar as grandes tendências que o Inquérito de 2009 detetou.

**R.3** A opinião sobre quase tudo é influenciada pelos Media, quanto a isso não há dúvida nenhuma. É um poder forte, e estrutura as percepções, e as opiniões, de uma forma extremamente relevante, talvez mais relevante que todas as outras instituições de socialização e formação, e sobretudo em termos de opiniões de uma população que está relativamente distanciada desta instituição (FFAA). Não tendo a experiência pessoal, uma vez terminado o Serviço Militar Obrigatório, essa distância também se aprofunda, e os Media são os meios que contribuem para a formação de Opinião.

Ainda que, deva dizer, que dos vários inquéritos que foram sendo feitos, há elementos que nos dão conta, da forma como, sobretudo quando se trata de medir o conhecimento que as pessoas têm sobre as FFAA, normalmente a informação quando existe mais detalhada, foi aquela ou que é marcante, ou que foi transmitida por amigos, conhecidos, familiares, e é essa que conta e é por isso que dizemos muito que as FFAA, o Ministério da Defesa devem preocupar-se com essa imagem que é formada a partir das experiências de jovens, como o Dia da Defesa Nacional ou outros, que naturalmente depois levam às famílias e aos amigos, os próprios voluntários que fazem o serviço militar. É essa a experiência que transmite a informação mais precisa e mais detalhada. De facto os Media tem um poder enorme e sobre a forma como os Media vão mostrando as Forças Armadas, eu acho que há uma visão escassa, eu penso que os militares fazem muitas coisas relevantes das quais as pessoas não têm a mínima ideia, desde a cooperação técnico militar, experiências interessantíssimas, como as internacionais, todas as missões que não as mais clássicas. Eu não tenho dados para uma análise mais detalhada dos últimos tempos, mas diria que, até fruto minha experiência no Instituto de Defesa Nacional (sobretudo aí, em que a preocupação era um contato e um conhecimento sobre as questões de segurança e defesa por parte das populações), há um enorme potencial de informação que não é transmitida, quero dizer, o desconhecimento existe não só por responsabilidade dos Media, mas diria que é uma responsabilidade institucional também. A instituição militar é recatada por natureza, é uma instituição que tradicionalmente

não desenvolveu mecanismos de marketing, de construção de imagem pública, mas que eu acho que deveria de fazer isso, na sociedade em que vivemos, na medida em que há imagens concorrentes e outros atores que produzem informação, imagens e percepções sobre a instituição, e, portanto, numa Democracia acho que faz todo o sentido. A instituição, sendo mais aberta e dependente também da própria sociedade em que se insere, deveria dar a conhecer mais daquilo que faz, e sobretudo daquilo que faz bem, (pois também há coisas que faz mal) mas aquilo que faz bem poderia dar a conhecer, sempre tendo uma atitude mais ativa em relação ao trabalho dos media. Não existe ainda, tanto quanto sei, uma política coerente (que talvez fosse o ministério da Defesa que deveria de assumir), de construção dessa imagem pública. Cada ramo das FFAA tem os seus departamentos de relações públicas, que funcionam transmitindo imagens desconexas, por meios muito diversificados, e com efeitos eles próprios díspares. Não há, portanto, uma política coerente e relativamente centralizada como eu acho que deveria de haver. Ainda existe muito peso do corporativismo dos ramos que é muito forte e que explica às vezes esta falta de uma imagem mais coerente e integrada das Forças Armadas como instituição que é no seu todo.

**R.4** Eu sublinharia dois aspetos, do ponto de vista formal e institucional, dotar-se de mecanismos que permitissem uma concertação e uma construção de uma imagem mais partilhada, e do Ministério da Defesa que evidentemente tem a tutela de toda a instituição. Do ponto de vista dos conteúdos, transmitir e informar sobre aquilo que as Forças Armadas vão fazendo, muitas vezes com os escassos recursos que têm e que são coisas formidáveis. Acho que é uma pena que não se valorize isso, pois tenho visto no caso de outros países, não todos evidentemente, mas um esforço muito grande em fazer essa promoção, que não é uma auto promoção, é verdadeiramente um direito de democracia que as pessoas têm de conhecer melhor o que fazem as instituições, que nos servem a todos e que são parte da vida coletiva e para as qual todos contribuimos e pagamos e que visam defender os valores coletivos. É quase como uma obrigação fazer essa divulgação mais concertada, mais coerente, e mais ativa, sem que para isso seja necessário mobilizar muitos mais recursos. É de facto um problema de comunicação e comunicação institucional.

**R.5** Eu acho que essas ideias têm a ver não só com o caso português, e são relativamente comuns e partilhadas por vários países numa conjuntura histórica em que parecia que as guerras já não existiriam. O que temos é a percepção de uma instituição que prepara pessoas para situações de conflito e guerra que felizmente não acontecem, mas é quase inevitável que nesse contexto, de pós Guerra Fria, até meados da década de 90 (em que se desenvolvem cada vez mais os conflitos intraestados, étnicos, existindo então uma renovação do papel dos militares em termos de segunda geração de peacekeeping, etc.) a percepção fica desse longo período é que aparentemente já não precisaríamos de militares. Trata-se de uma opinião quase inevitável, na medida em que, comparando exigências do estado de bem-estar, do estado social, nas áreas da saúde, educação, segurança social, naturalmente as pessoas tendem a privilegiar e a dar prevalência a essas outras necessidades e menos à segurança; a segurança passa a ser algo mais remoto, menos próximo, sendo uma reação que tem a ver com este contexto: ter a sensação que estamos a pagar uma instituição para algo que não precisam de fazer, e que isso lhe pareça um contrassenso. Ora, evidentemente, depois quando se precisa é que se percebe que necessitaríamos de ter essas pessoas preparadas e que a segurança é um objetivo coletivo da maior importância. Mas o que me parece também, é que essas opiniões não são maioritárias. Talvez tenham por vezes alguma visibilidade, aparecem veiculadas nos Media por aqueles que são mais expressivos, e que justamente as procuram transmitir.

O inquérito que fiz em 2009 assim como os anteriores, mostram que há apesar de tudo um acolhimento muito favorável das Forças Armadas como instituição apesar dessas opiniões manifestamente negativas. Mas é verdade que o papel dos militares também deixou de ter a centralidade que teve noutros momentos históricos, e de alguma forma houve ao longo do tempo uma relativa perda de prestígio e de visibilidade, e tudo isso associado, cria algumas reações negativas que eu acho que se podiam contrabalançar com uma atitude mais ativa de promover o reconhecimento do papel dos militares e das suas missões através de uma política mais ativa de comunicação institucional e de divulgação. Acho mesmo que isso seria muito importante, e que poderia contrariar essas opiniões, assim como educaria a população para temas de segurança e defesa que as pessoas também não têm. De facto, não há instituições hoje em dia que se ocupem desse trabalho de construção de uma cultura de segurança e defesa, é isso que eu acho que pode fazer a diferença.

**R.6** Isso é uma grande discussão sobre o *pooling and sharing, soft defence*, sobre saber se nos podemos especializar, uma orientação que a ideia do *pooling and sharing* envolve nalguma medida, esse esforço de eliminar as sobreposições e as repetições, e tentar ordenar e racionalizar as forças comuns.

Eu creio que em boa medida, funcionamos já em termos de política de defesa muito em função daquilo que são as nossas alianças, é essa agenda de missões e compromissos que vamos assumindo no quadro das alianças da NATO e União Europeia que define o que vai ser a nossa política de defesa, e portanto, nalguma medida já estamos a aderir a uma ideia que não é isolacionista, e que naturalmente não pode ser, visto o contexto em que vivemos.

Não vejo como negativo que pudéssemos ter especializações, não sei se temos de ter todas as funções, sei que este é um debate muito intenso entre militares, mas não vejo como errada a tentativa de apostar em certas áreas. Há países que já têm feito isso. Devemos apostar em áreas que nós sejamos fortes e não dispersar recursos, competências, conhecimentos por todas as áreas, numa altura em que isso deveria ser gerido, se houver recursos e condições políticas, de forma a ir encontra à ideia do *pooling and sharing*, mas de facto a realidade prova que é muito difícil.

**R.7** Sim, claramente, as missões e a presença portuguesa têm sido muito positiva, apesar das limitações, problemas que possam ter existido. Quer do ponto de vista da opinião pública, quer do ponto de vista do discurso político, da decisão militar, há um consenso relativamente importante sobre a forma como as missões vieram reforçar o prestígio das Forças Armadas, mas tanto do ponto de vista externo, na medida em que os outros parecem ter uma opinião sobre nós (Forças Armadas Portuguesas) uma opinião muito positiva, (designadamente, eu tive oportunidade de experimentar isso quando fiz trabalho de campo no Kosovo, e fui falando com outras Forças Armadas, e mesmo ao longo da minha carreira, em conferências com pessoas que estudam as Forças Armadas dos vários países), mas também o prestígio interno no próprio país. Os inquéritos já realizados mostram isso, que há um grande apoio e que há um reconhecimento do papel dos militares nas missões internacionais. Sem dúvida isso

contribuiu para a credibilização e legitimação da instituição Militar, internacionalmente e nacionalmente.

Esta redução do número ou da presença de militares portugueses em missões internacionais vai ter efeitos a curto prazo, porque entretanto as missões vieram ocupar um lugar muito importante, quer do ponto de vista estratégico - quais pensamos serem as missões das Forças Armadas - quer para a instituição que se dotou de alguns recursos e que passou apesar de tudo também a treinar os seus membros numa perspetiva de que é uma das coisas mais importantes que têm de fazer pela instituição, quer na identidade dos próprios militares. Eu acho que para os militares, em termos identitários, a profissão militar passou a estar muito associada a um espaço onde estas missões internacionais ocupam um lugar central, e portanto a redução e a ausência de oportunidades para fazer estas missões, vai ter reflexos a estes vários níveis, do mais macro a nível estratégico, ao nível meso da organização e ao nível micro das identidades profissionais militares.

**R.8** Dentro de dez anos não faço ideia, é evidente que o número de efetivos tem que ver com aquilo que as Forças Armadas têm de fazer, portanto, o que acontece é que este processo de redução, que foi marcado no passado com o fim do Serviço Militar Obrigatório, agora mais ainda, parece ser penalizador daquelas que são as missões que neste momento as Forças Armadas têm a seu cargo, e não é apenas a redução do número de efetivos, é também sobretudo a forma como essa redução se articula com a redução dos recursos financeiros e outros, essa combinação sim é preocupante, eu diria ainda que é preocupante para a manutenção da prontidão das Forças, fundamentalmente.

Agora, se reduz a estrutura, é inevitável que se tenham de ajustar as missões, e nesse sentido presumo que há uma perda de espaço... Agora, há um conjunto de missões de soberania que não podem deixar de ser desempenhadas pelas Forças Armadas e é dessas que depois estamos a falar, há missões que não podem deixar de ser concretizadas pelas Forças Armadas, portanto, terão de se encontrar os recursos para manter esses níveis mínimos de prontidão das Forças Armadas.

**R.9** Eu não concordo com o restabelecimento do Serviço Militar Obrigatório, sei que há opiniões válidas e interessantes de pessoas em vários sectores no plano nacional que defendem essa ideia. Eu não concordo porque me parece anacrónica, porque o tipo de missões, o tipo de necessidades das Forças Armadas hoje em dia não passa por contar com uma base alargada de pessoas, pelo contrario, passa por formar e especializar profissionais que possam cumprir as missões que as Forças Armadas devem desempenhar, e naturalmente que uma delas não é formar os jovens, essa é a missão da escola, e em democracia acho que está muito bem assim, o que não quer dizer que o Serviço Militar Obrigatório não tenha cumprido uma missão muito importante numa altura em que a escola a não cumpria. Se a escola hoje cumpre ou não essa missão de socialização é outra questão, eu acho que é à escola e ao sistema educativo que compete inclusivamente formar para a cidadania incluindo as questões de segurança e defesa, mas é como digo, é à escola que compete essa tarefa e não à instituição militar que tem coisas muito mais específicas a fazer.

**R.10** Foi muitíssimo naturalmente, mas estamos a falar num contexto histórico muito longo, mas sim, foi fundamental, sendo o lugar onde estes jovens tinham acesso à educação, acesso a informação, conhecimento sobre as coisas mais básicas da vida e que na altura não tinham, como hábitos de higiene, uma série de coisas que o “Portugal Rural” desse longo período histórico não proporcionava e que o Serviço Militar Obrigatório solucionou. De facto o Serviço Militar Obrigatório cumpriu essa função de socialização dos jovens e promoção da integração. O que penso é que deixou de ter sentido, sobretudo no ponto de vista das necessidades da instituição militar, dada a grande transformação daquilo que são as suas missões e objetivos.

**R.11** O que eu faria, seria arranjar um indicador para medir melhor a forma como as pessoas dão prioridade ou não às suas necessidades, como saúde, educação, segurança social, etc, em relação à necessidade de segurança, inseridas no orçamento de estado.

Na verdade, os indicadores que o meu inquérito incluía, são indicadores que revelam grande desconhecimento, mas isso não é nada surpreendente, é absolutamente natural,

qualquer um de nós não tem informação muito concreta sobre os fundos dirigidos para as várias áreas (OE). Em relação à defesa, o que se sabe é que as pessoas não conhecem e que normalmente pensam que é maior a percentagem que é gasta em Defesa do que efetivamente é, mas são áreas um pouco técnicas, as pessoas não tem bem a noção, eu tentaria medir a forma como dão prioridade ou não à Defesa em relação às outras áreas, e isso é possível fazer.

A conclusão é provavelmente aquela que esperaríamos, é que num contexto em que não há uma perceção de ameaças militares à nossa segurança, o interesse em gastar dinheiro com a Defesa sobretudo quando há outras áreas com certa carência é muito reduzido.

**R.12** O ideal é podermos ter dados comparativos, e isso depende naturalmente dos recursos disponíveis, quantos mais pontos no tempo melhor para poder fazer uma triagem e uma monitorização mais precisa das tendências da opinião pública, mas sabendo que não é possível replicar esse estudo todos os anos, e que provavelmente não faria muito sentido, eu diria que de cinco em cinco anos, máximo de dez em dez deveria haver um estudo. A verdade é que tem sido complicado do ponto de vista dos recursos, mas deveríamos de ter estudos comparáveis, não é necessariamente um observatório mas sim a replicação de trabalhos como o que fiz, tentei até que isso fosse possível, mas não é fácil. Da mesma forma que no plano Europeu há esforços para replicar alguns módulos do Euro barómetro, tal como, por exemplo, o que em 2000 fez sobre questões de Segurança e Defesa e também aí não tem sido fácil. Estou a trabalhar com alguns colegas numa proposta e a fazer alguns contatos a nível de parlamento Europeu e outras instituições para tentar replicar esse trabalho, portanto, também não há em termos Europeus, mas seria muito interessante poder-se fazer isto.

**Apêndice E**  
**Inquérito à Opinião Pública**



**ACADEMIA MILITAR**  
**DIREÇÃO DE ENSINO**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**  
**GUIÃO DO INQUÉRITO**

**TEMA:**  
**OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS NA ATUAL**  
**CONJUNTURA NACIONAL**

**Autor: Aspirante Pedro Ricardo Mendes Fragosa**

**Orientador: Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) José Carlos Dias Rouco**

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

O presente inquérito enquadra-se no âmbito da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada decorrente de Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, sob orientação do TCor José Carlos Dias Rouco.

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre a importância que as Forças Armadas têm para a população residente em Portugal, mais propriamente no Distrito de Aveiro.

Este inquérito possui objetivos meramente académicos. Os dados resultantes serão analisados de forma global não havendo lugar a interpretações individualizadas.

Todas as respostas são **ANÓNIMAS** e **CONFIDENCIAIS**.

Apenas se pede a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> na resposta a este inquérito, com **HONESTIDADE** e **SERIEDADE**.

Qualquer dúvida coloque através do email: **pedrofragosa@gmail.com**

**Grato pela sua colaboração,**

Atenciosamente,

Pedro Ricardo Mendes Fragosa  
AspOfAl Inf

|                         |
|-------------------------|
| <b>VERIFICAR QUOTAS</b> |
|-------------------------|

**D.1 Sexo:**

|           |  |
|-----------|--|
| Masculino |  |
| Feminino  |  |

**D.2 Grupo etário onde se insere:**

|              |  |
|--------------|--|
| 18 a 24 anos |  |
| 25 a 34 anos |  |
| 35 a 44 anos |  |
| 45 a 54 anos |  |
| 55 a 64 anos |  |
| 65 a 74 anos |  |
| 75 a 84 anos |  |

**D.3 Qual o grau de escolaridade que completou?**

|   |  |
|---|--|
| Nenhum  |  |
| 1º Ciclo do Básico (4ª Classe)                          |  |
| 2º Ciclo do Básico (5º e 6º Anos / Preparatória)        |  |
| 3º Ciclo do Básico (9º Ano / 5º Ano dos Liceus)         |  |
| Secundário (12º Ano / 7º Ano dos Liceus ou equivalente) |  |
| Médio   |  |
| Superior Politécnico                                    |  |
| Superior Universitário (Licenciatura)                   |  |
| Pós-Graduação (Pelo menos 1 Ano)                        |  |
| Mestrado  |  |
| Doutoramento  |  |

**DEFESA DE PORTUGAL E DA UNIÃO EUROPEIA**

Gostaria de começar por lhe colocar algumas questões gerais sobre a defesa de Portugal e da União Europeia.

**P.1 Em sua opinião, quais os problemas que poderão afetar a segurança de Portugal nos próximos tempos?** Para cada um dos seguintes problemas indique qual a sua opinião numa escala de 0 a 10 em que 0 significa que acha que “não afetará nada” e 10 significa que acha que “afetará muitíssimo”?

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Guerras entre Estados   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Guerra Civil  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Produção de Armas de Destruição em Massa (Químicas, Bacteriológicas, Nucleares) | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Acidente Nuclear  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Conflitos Étnicos ou Religiosos   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Atos Terroristas  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Crime Organizado (Ex: Tráfico de Droga e Pessoas)                               | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Epidemias   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Catástrofe Ecológica (Ex: Poluição)   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Catástrofe Natural (Inundações, Aluviões, etc.)                                 | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Uma grave crise económica Mundial   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.2 Da seguinte lista, diga-me, na sua opinião, qual das seguintes situações seria mais adequada para assegurar a defesa de Portugal?**

|   |  |
|---|--|
| Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, sem participação em alianças com outros países                                   |  |
| Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, com participação em alianças de defesa   |  |
| Forças Armadas integradas numa Força Militar Europeia, sob o controlo de uma autoridade da União Europeia                                     |  |
| Forças Armadas integradas numa Força Militar controlada pela NATO   |  |
| Forças Armadas integradas numa Força Militar Internacional sob o controlo de uma Autoridade Mundial (Ex: Organização das Nações Unidas (ONU)) |  |

**P.3 Das seguintes situações que estão nesta lista, qual ou quais, na sua opinião, Portugal deve permitir para respeitar os compromissos de uma aliança de defesa?**

|  |  |
|--|--|
| Instalação de Bases Militares estrangeiras no território nacional incluindo Açores e Madeira |  |
| Utilização de Aeroportos civis Portugueses por parte de autoridades estrangeiras             |  |
| Estacionamento de armas nucleares no Território Nacional                                     |  |
| Envio de Tropas Portuguesas para o estrangeiro (EX: Afeganistão, Líbano, etc)                |  |
| Estacionamento de Forças Militares estrangeiras no Território Nacional                       |  |

**P.4 Há quem defenda a criação de uma força militar comum aos países da União Europeia (UE). Utilizando uma escala de 0 a 10 em que 0 significa “discordo totalmente” e 10 significa “concordo totalmente”, qual a sua opinião relativamente a esta afirmação?**

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Criação de uma Força Militar comum à UE | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

**P.5 Desta lista, qual pensa que seria a opção ideal para garantir a defesa militar da União Europeia?**

|   |  |
|---|--|
| Uma Força Militar Europeia de Reação Rápida Permanente para além das Forças Armadas Nacionais                           |  |
| Uma Força Militar Europeia de Reação Rápida, a ser reunida só quando necessário, para além das Forças Armadas Nacionais |  |
| Uma Força Militar Europeia, em substituição das Forças Armadas Nacionais  |  |

**FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS**

Gostaria agora de lhe colocar questões sobre as Forças Armadas Portuguesas.

**P.6 Qual das seguintes frases, melhor descreve a sua opinião sobre a existência de Forças Armadas no nosso país?**

|   |  |
|---|--|
| As Forças Armadas são Necessárias                             |  |
| As Forças Armadas não são muito Necessárias mas devem existir |  |
| As Forças Armadas são desnecessárias e devem ser extintas     |  |

**P.7 Que opinião tem sobre a importância das Forças Armadas (FFAA) Portuguesas para a Defesa Nacional (DN)? Indique a sua opinião numa escala de 0 a 10 em que 0 significa “nenhuma importância” e 10 significa “muitíssima importância”.**

|  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Importância das FFAA Portuguesas para a DN | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

**P.8 Quando os meios de comunicação (revistas, jornais, rádio e televisão) falam de assuntos relacionados com a defesa nacional e as Forças Armadas, com que interesse segue esse tipo de informações?** Utilize a seguinte escala de 0 a 10 em que 0 significa “nenhum interesse” e 10 significa “muitíssimo interesse”, para definir a sua opinião.

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Interesse em assuntos relacionados com DN e as FFAA | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

**P.9 Qual considera ser o seu grau de conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas?** Utilizando a seguinte escala de 0 a 10 em que 0 significa “extremamente baixo” e 10 significa “extremamente elevado”.

|  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

**P.10 Das possíveis missões. Gostaria que me dissesse para cada uma delas, em que medida concorda com a sua realização por parte das Forças Armadas Portuguesas?** Indique a sua opinião numa escala de 0 a 10 em que 0 significa que “discorda totalmente” e 10 significa que “concorda totalmente”?

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Atividades de Proteção Civil em caso de calamidade natural (Combate a incêndios, cheias, etc.)  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Defesa do território Nacional em caso de agressão ou ameaça externa   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Ajuda Humanitária no Exterior   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Preparar Guerras e combates contra outros Estados   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Operações de paz no exterior  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Colaboração com as Forças Policiais na Manutenção da ordem pública  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Prevenção e combate ao terrorismo   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Garantia da unidade nacional (Coesão)   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Realizar trabalhos que melhorem as condições de vida das populações (Construção de pontes, reparação de estradas e infra-estruturas, etc) | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.11 Das seguintes afirmações sobre as Forças Armadas. Para cada uma delas, gostaria que me indicasse o seu grau de concordância. Utilize a seguinte escala para indicar o seu grau de concordância?**

|   | Discordo Totalmente | Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
|---|---------------------|----------|----------|---------------------|
| A formação que as Forças Armadas ministram é útil para o mercado de trabalho                |                     |          |          |                     |
| O emprego nas Forças Armadas é bastante Atrativo  |                     |          |          |                     |
| Os militares têm boas oportunidades de obter formação profissional                          |                     |          |          |                     |
| As Forças Armadas são eficazes no cumprimento das suas missões                              |                     |          |          |                     |
| As Forças Armadas dispõem dos meios técnicos suficientes para o desempenho das suas missões |                     |          |          |                     |
| Um emprego nas Forças Armadas é mais exigente do que um emprego civil                       |                     |          |          |                     |
| A atuação das Forças Armadas contribui muito para o prestígio internacional do País         |                     |          |          |                     |

**P.12 Utilizando a mesma escala, em que medida concorda com as seguintes afirmações que lhe vou ler sobre a carreira profissional nas Forças Armadas (relativamente aos militares que estão no quadro permanente, excluindo os contratados)?**

|  | Discordo Totalmente | Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
|--|---------------------|----------|----------|---------------------|
| A carreira militar é um emprego seguro                         |                     |          |          |                     |
| A carreira militar é um emprego bem pago                       |                     |          |          |                     |
| A carreira militar dá prestígio                                |                     |          |          |                     |
| Ter uma carreira militar é estar ao serviço da pátria          |                     |          |          |                     |
| Os militares são pessoas sérias e honestas                     |                     |          |          |                     |
| Os militares ganham o mesmo que os Funcionários públicos       |                     |          |          |                     |
| Os militares têm maiores regalias que os funcionários públicos |                     |          |          |                     |

**P.13 Qual das seguintes frases melhor descreve a sua atitude face à recomendação do ingresso nas Forças Armadas a um amigo ou familiar seu?**

|   |  |
|---|--|
| Não recomendava   |  |
| Recomendava, mas apenas se ele/ela não tivesse outra alternativa profissional |  |
| Recomendava sem dúvidas nenhuma   |  |

**P.14 Se respondeu que recomendava em que ramo recomendaria preferencialmente?**

|                |  |
|----------------|--|
| Na Marinha     |  |
| No Exército    |  |
| Na Força Aérea |  |

**P.15 Como é que avaliaria os três ramos das Forças Armadas Portuguesas em termos das seguintes características.** Utilizando uma escala de 0 a 10 em que 0 significa “muitíssimo baixa” e 10 significa “muitíssimo alta”.

|   | Marinha | Exército | Força Aérea |
|---|---------|----------|-------------|
| Preparação Técnica que oferece aos seus militares |         |          |             |
| Preparação cívica que oferece aos seus militares  |         |          |             |
| Equipamento e meios Materiais                     |         |          |             |
| Proximidade em relação à população (Interação)    |         |          |             |

**P.16 Em que medida concorda com a participação dos militares Portugueses em missões internacionais de paz?** Indique a sua opinião numa escala de 0 a 10 em que 0 significa “discorda totalmente” e 10 significa “concorda totalmente”.

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Participação dos Militares Portugueses em missões internacionais de paz | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

**P.17 Do conjunto de razões que podem justificar a participação das Forças Armadas Portuguesas em missões internacionais. Utilizando esta mesma escala diga-me até que ponto concorda com cada uma das razões.**

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Aumentar o prestígio de Portugal no Mundo   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Aumentar a eficácia das Forças Armadas Portuguesas                                    | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Defender os interesses dos portugueses  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Alcançar os objetivos da Política Externa Portuguesa                                  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Defender os interesses e a segurança e a segurança da União Europeia                  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Defender os interesses e a segurança e a segurança dos países da NATO no seu conjunto | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Contribuir para a segurança da Europa no seu todo, incluindo países não membros da UE | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Contribuir para a paz e segurança Mundiais  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Defender a Democracia e os Direitos Humanos   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.18 Qual pensa ser a dimensão atual das Forças Armadas Portuguesas em número total de militares?**

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Entre 1.000 e 19.999  |  |
| Entre 20.000 e 39.999 |  |
| Entre 40.000 e 59.999 |  |
| Entre 60.000 e 80.000 |  |
| Mais de 80.000        |  |

**P.19 Em relação a sua escolha anterior, considera que essa dimensão é excessiva, adequada ou insuficiente para as necessidades da defesa nacional?**

|              |  |
|--------------|--|
| Excessiva    |  |
| Adequada     |  |
| Insuficiente |  |

**P.20 A partir de 2004 o serviço militar passou a ser exclusivamente voluntário em Portugal. Vou ler-lhe uma série de opiniões sobre a profissionalização das Forças Armadas e gostaria que me desse a sua opinião relativamente a cada uma delas. Utilize novamente uma escala de 0 a 10 em que 0 significa “discorda totalmente” e 10 significa “concorda totalmente”.**

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| A profissionalização é a única opção possível porque a maioria dos jovens não quer cumprir o Serviço Militar Obrigatório (SMO)  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| O desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas torna necessário que os militares tenham uma preparação técnica que só o Serviço Militar Efetivo (SME) pode garantir | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| A profissionalização é a melhor solução possível para que as Forças Armadas possam cumprir eficazmente as novas missões que lhe são pedidas                           | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| O Serviço Militar Obrigatório permitia dar uma formação pessoal e cívica aos jovens que agora deixa de ser possível assegurar   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.21 No caso de o número de voluntários para o serviço militar não ser suficiente para suprir as necessidades das Forças Armadas, como encara cada uma das seguintes hipóteses que lhe vou ler? Utilize novamente uma escala de 0 a 10 em que 0 significa “discorda totalmente” e 10 significa “concorda totalmente”.**

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Recrutar estrangeiros legalmente residentes em Portugal                       | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Recrutar, através de agentes autorizados, cidadãos de quaisquer outros países | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Voltar ao Serviço Militar Obrigatório (SMO)                                   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Aumentar o vencimento dos militares para tentar obter mais voluntários        | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.22 Já ouviu falar do Dia da Defesa Nacional (dia em que os jovens de 18 anos visitam uma unidade militar e recebem informação sobre defesa nacional e forças armadas)?**

|     |  |
|-----|--|
| Sim |  |
| Não |  |

**P.23 Vou ler-lhe uma série de características que normalmente são consideradas importantes para se ser militar. Gostaria que me dissesse em que medida considera cada uma delas, importante, utilizado a mesma escala?**

|                              | Nada Importante | Pouco Importante | Importante | Muito Importante |
|------------------------------|-----------------|------------------|------------|------------------|
| Obediência                   |                 |                  |            |                  |
| Preparação Técnica           |                 |                  |            |                  |
| Valentia                     |                 |                  |            |                  |
| Tolerância                   |                 |                  |            |                  |
| Honradez                     |                 |                  |            |                  |
| Espírito de Sacrifício       |                 |                  |            |                  |
| Disciplina                   |                 |                  |            |                  |
| Solidariedade                |                 |                  |            |                  |
| Responsabilidade             |                 |                  |            |                  |
| Lealdade                     |                 |                  |            |                  |
| Capacidade de Comando        |                 |                  |            |                  |
| Iniciativa                   |                 |                  |            |                  |
| Destreza (Habilidade) Física |                 |                  |            |                  |
| Patriotismo                  |                 |                  |            |                  |

**P.24 Como é que avaliaria o prestígio das seguintes profissões no nosso país? Utilizando uma escala de 0 a 10 em que 0 significa “nenhum prestígio” e 10 significa “muitíssimo prestígio”.**

|             |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|-------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Advogado    | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Professor   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Militar     | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Comerciante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Empresário  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Médico      | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Polícia     | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Jornalista  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Bombeiro    | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Juiz        | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Engenheiro  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Diplomata   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.25 E qual o prestígio que acha que têm, no nosso país, as seguintes categorias de militares, que lhe vou ler?** Utilize a mesma escala de 0 a 10 em que 0 significa “nenhum prestígio” e 10 significa “muitíssimo prestígio”.

|           |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|-----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Oficiais  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Sargentos | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Praças    | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

|  |
|--|
| <b>Portugal e a Sociedade Portuguesa</b> |
|--|

Vou agora colocar-lhe algumas questões sobre Portugal e a sociedade portuguesa.

**P.26 A proposta do Orçamento de Estado (OE) para 2014 é de cerca de 189 mil Milhões (mM), alguns dos subsectores são os seguintes: 2mM são para a Defesa Nacional, 16mM para a Saúde, 3.5mM para a Educação, 10.5mM para a Segurança Social e por fim 150mM para as Finanças. Concorda com o valor atribuído à Defesa Nacional?**

|     |  |
|-----|--|
| Sim |  |
| Não |  |

**P.27 Se respondeu não à pergunta anterior, coloque por ordem de necessidade que sente em relação às seguintes rubricas do orçamento de estado.** Utilizando uma escala de 1 a 5 em que 1 significa "Maior Necessidade" e 5 significa "Menor Necessidade", qual a sua opinião relativamente a esta questão.

|                  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|------------------|---|---|---|---|---|
| Defesa Nacional  |   |   |   |   |   |
| Saúde            |   |   |   |   |   |
| Educação         |   |   |   |   |   |
| Segurança Social |   |   |   |   |   |
| Finanças         |   |   |   |   |   |

**P.28 Como se sente em ser “Português”?**

|                    |  |
|--------------------|--|
| Muito orgulhoso    |  |
| Bastante orgulhoso |  |
| Orgulhoso          |  |
| Pouco Orgulhoso    |  |
| Nada Orgulhoso     |  |

**P.29 Qual das seguintes frases descreve melhor o que sente perante cada um dos acontecimentos que lhe vou ler?**

|   | Uma<br>emoção<br>muito<br>forte | Alguma<br>emoção | Pouca<br>emoção | Não sente<br>nada em<br>especial |
|---|---------------------------------|------------------|-----------------|----------------------------------|
| Quando vê a bandeira Portuguesa numa cerimónia ou acontecimento   |                                 |                  |                 |                                  |
| Quando ouve o Hino nacional   |                                 |                  |                 |                                  |
| Quando assiste a uma cerimónia de carácter militar, como por exemplo, um desfile, um Juramento à Bandeira ou qualquer outro acontecimento militar |                                 |                  |                 |                                  |

**P.30 Deixando de parte a sua família, existe algo por que considere que merece a pena sacrificar-se, arriscando inclusive a sua vida?**

|     |  |
|-----|--|
| Sim |  |
| Não |  |

**P.31 Dos seguintes motivos, por quais considera que merecia a pena sacrificar-se, arriscando inclusive a sua vida?**

|                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| Pela sua pátria, sua nação, seu país |  |
| Para salvar a vida de outra pessoa   |  |
| Pela justiça                         |  |
| Pela liberdade                       |  |
| Pela paz                             |  |
| Pelas suas crenças religiosas        |  |
| Pelas suas ideias políticas          |  |

**P.32 No caso de Portugal ser atacado militarmente, até que ponto estaria disposto a participar voluntariamente na defesa do país?  
Diria que...**

|                         |  |
|-------------------------|--|
| Sim, com toda a certeza |  |
| Provavelmente sim       |  |
| Provavelmente não       |  |
| Não, com toda a certeza |  |

**P.33 Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem em cada uma das instituições que lhe vou ler.** Situe a sua posição nesta escala de 0 a 10 em que 0 significa que “não tem nenhuma confiança na instituição” e 10 significa que “tem toda a confiança nessa instituição”.

|                         |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|-------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Assembleia da República | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Tribunais               | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Polícia                 | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Políticos               | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Partidos Políticos      | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Presidente da República | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Governo                 | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Forças Armadas          | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Igreja                  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Comunidade Social       | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Sindicatos              | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| União Europeia          | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Nações Unidas           | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

**P.34 As pessoas podem sentir diferentes graus de ligação/pertença com o lugar onde vivem. Gostaria que me dissesse, relativamente a cada um dos lugares que lhe vou referir, qual o seu sentimento de pertença.** Com base numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “Baixo Sentimento de Pertença” e 10 significa “Elevado Sentimento de Pertença”.

|                                    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|------------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| A Localidade onde Vive             | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| O Concelho onde Vive               | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| A Região onde Vive                 | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Portugal como um todo              | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Europa                             | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| O Mundo, a Humanidade como um todo | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

|                                |
|--------------------------------|
| <b>DADOS DE CARACTERIZAÇÃO</b> |
|--------------------------------|

Finalmente vou colocar-lhe algumas questões sobre si próprio.

**D.4 Qual é a sua nacionalidade?**

|            |                          |
|------------|--------------------------|
| Portuguesa | <input type="checkbox"/> |
| Outra      | <input type="checkbox"/> |

**D.5 Onde reside atualmente (Município)?**

|                      |                          |
|----------------------|--------------------------|
| Águeda               | <input type="checkbox"/> |
| Albergaria-a-Velha   | <input type="checkbox"/> |
| Anadia               | <input type="checkbox"/> |
| Arouca               | <input type="checkbox"/> |
| Aveiro               | <input type="checkbox"/> |
| Castelo de Paiva     | <input type="checkbox"/> |
| Espinho              | <input type="checkbox"/> |
| Estarreja            | <input type="checkbox"/> |
| Ílhavo               | <input type="checkbox"/> |
| Mealhada             | <input type="checkbox"/> |
| Murtosa              | <input type="checkbox"/> |
| Oliveira de Azeméis  | <input type="checkbox"/> |
| Oliveira do Bairro   | <input type="checkbox"/> |
| Ovar                 | <input type="checkbox"/> |
| Santa Maria da Feira | <input type="checkbox"/> |
| São João da Madeira  | <input type="checkbox"/> |
| Sever do Vouga       | <input type="checkbox"/> |
| Vagos                | <input type="checkbox"/> |
| Vale de Cambra       | <input type="checkbox"/> |

**D.6 Quantos filhos tem?**

|           |                          |
|-----------|--------------------------|
| Nenhum    | <input type="checkbox"/> |
| 1         | <input type="checkbox"/> |
| 2         | <input type="checkbox"/> |
| 3         | <input type="checkbox"/> |
| 4 ou mais | <input type="checkbox"/> |

**D.7 Qual a sua condição perante o trabalho?**

|  |  |
|--|--|
| Trabalhador a tempo inteiro (32 horas ou mais)             |  |
| Trabalhador a tempo parcial (15 a 32 Horas por semana)     |  |
| Trabalhador a tempo parcial (Menos de 15 horas por semana) |  |
| Apoio a um membro familiar                                 |  |
| Desempregado   |  |
| Estudante  |  |
| Reformado  |  |
| Ocupa-se das tarefas domésticas                            |  |
| Outras tarefas fora do mercado de trabalho                 |  |

**D.8 Em política é costume falar-se de esquerda e direita.** Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?

|                    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| Posição Partidária | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

**D.9 Com que frequência segue notícias ou programas acerca de política e assuntos de atualidade nos meios de comunicação social, isto é, no jornal, na rádio, na televisão ou na Internet?**

|                              | Jornal | Rádio | Televisão | Internet |
|------------------------------|--------|-------|-----------|----------|
| Todos os dias                |        |       |           |          |
| Várias vezes por semana      |        |       |           |          |
| Uma ou duas vezes por semana |        |       |           |          |
| Menos vezes                  |        |       |           |          |
| Nunca                        |        |       |           |          |

**D.10 No que respeita as Forças Armadas, qual é/foi a sua relação mais direta com a Instituição?**

|   |  |
|---|--|
| É/foi Militar dos Quadros Permanentes                           |  |
| É/foi Militar em regime de contrato                             |  |
| Realizou o Serviço Militar Obrigatório                          |  |
| Trabalha ou já trabalhou em organismos militares                |  |
| Tem familiares próximos ou amigos que são militares de carreira |  |
| Não teve nenhuma relação com a instituição                      |  |
| Outros tipos de relação   |  |

**Apêndice F**  
**Amostra por Estratos para o Inquérito**

| Estratos | Sexo      | Municípios           | População       |       | Amostra         |       |
|----------|-----------|----------------------|-----------------|-------|-----------------|-------|
|          |           |                      | N <sup>48</sup> | %     | n <sup>49</sup> | %     |
| 1        | Feminino  | Águeda               | 24838           | 3,48  | 13              | 3,48  |
| 2        | Feminino  | Albergaria-à-Velha   | 13022           | 1,82  | 7               | 1,82  |
| 3        | Feminino  | Anadia               | 15183           | 2,13  | 8               | 2,13  |
| 4        | Feminino  | Arouca               | 11560           | 1,62  | 6               | 1,62  |
| 5        | Feminino  | Aveiro               | 41330           | 5,79  | 22              | 5,79  |
| 6        | Feminino  | Castelo de Paiva     | 8549            | 1,20  | 5               | 1,20  |
| 7        | Feminino  | Espinho              | 16674           | 2,33  | 9               | 2,33  |
| 8        | Feminino  | Estarreja            | 13985           | 1,96  | 8               | 1,96  |
| 9        | Feminino  | Ílhavo               | 20191           | 2,83  | 11              | 2,83  |
| 10       | Feminino  | Mealhada             | 10605           | 1,48  | 6               | 1,48  |
| 11       | Feminino  | Murtosa              | 5489            | 0,77  | 3               | 0,77  |
| 12       | Feminino  | Oliveira de Azeméis  | 35329           | 4,95  | 19              | 4,95  |
| 13       | Feminino  | Oliveira do Bairro   | 12113           | 1,70  | 7               | 1,70  |
| 14       | Feminino  | Ovar                 | 28727           | 4,02  | 15              | 4,02  |
| 15       | Feminino  | Santa Maria da Feira | 71910           | 10,07 | 39              | 10,07 |
| 16       | Feminino  | São João da Madeira  | 11491           | 1,61  | 6               | 1,61  |
| 17       | Feminino  | Sever do Vouga       | 6394            | 0,90  | 3               | 0,90  |
| 18       | Feminino  | Vagos                | 11867           | 1,66  | 6               | 1,66  |
| 19       | Feminino  | Vale de Cambra       | 11785           | 1,65  | 6               | 1,65  |
| 20       | Masculino | Águeda               | 22891           | 3,21  | 12              | 3,21  |
| 21       | Masculino | Albergaria-à-Velha   | 12230           | 1,71  | 7               | 1,71  |
| 22       | Masculino | Anadia               | 13967           | 1,96  | 8               | 1,96  |
| 23       | Masculino | Arouca               | 10799           | 1,51  | 6               | 1,51  |
| 24       | Masculino | Aveiro               | 37120           | 5,20  | 20              | 5,20  |
| 25       | Masculino | Castelo de Paiva     | 8184            | 1,15  | 4               | 1,15  |
| 26       | Masculino | Espinho              | 15112           | 2,12  | 8               | 2,12  |
| 27       | Masculino | Estarreja            | 13012           | 1,82  | 7               | 1,82  |
| 28       | Masculino | Ílhavo               | 18407           | 2,58  | 10              | 2,58  |
| 29       | Masculino | Mealhada             | 9823            | 1,38  | 5               | 1,38  |

<sup>48</sup> Número de Habitantes por Estrato (Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)).

<sup>49</sup> Número de inquiridos por estrato e total.

|              |           |                             |               |      |     |      |
|--------------|-----------|-----------------------------|---------------|------|-----|------|
| 30           | Masculino | <b>Murtosa</b>              | 5096          | 0,71 | 3   | 0,71 |
| 31           | Masculino | <b>Oliveira de Azeméis</b>  | 33282         | 4,66 | 18  | 4,66 |
| 32           | Masculino | <b>Oliveira do Bairro</b>   | 10915         | 1,53 | 6   | 1,53 |
| 33           | Masculino | <b>Ovar</b>                 | 26671         | 3,73 | 14  | 3,73 |
| 34           | Masculino | <b>Santa Maria da Feira</b> | 67402         | 9,44 | 36  | 9,44 |
| 35           | Masculino | <b>São João da Madeira</b>  | 10222         | 1,43 | 6   | 1,43 |
| 36           | Masculino | <b>Sever do Vouga</b>       | 5962          | 0,83 | 3   | 0,83 |
| 37           | Masculino | <b>Vagos</b>                | 10984         | 1,54 | 6   | 1,54 |
| 38           | Masculino | <b>Vale de Cambra</b>       | 11079         | 1,55 | 6   | 1,55 |
| <b>TOTAL</b> |           |                             | <b>714200</b> | 100% | 384 | 100% |

Tabela n.º 1 - Amostra estratificada proporcional.

Autor – Elaboração própria.

### Amostra Pré-teste

$$N = 714200$$

$$n = 384$$

$$sn = x$$

$$snr = y$$

$$n \text{ ----- } 100\%$$

$$sn \text{ ----- } 10\%$$

$$384 \text{ ---- } 100\%$$

$$x \text{ ----- } 10\%$$

$$sn = \frac{10 * 384}{100} \Leftrightarrow \frac{3840}{100} = 38,4$$

$$sn \approx snr \Leftrightarrow 38,4 \approx 38$$

## **Apêndice G**

### **Mensagem enviada através de Facebook**

Ex.mo Sr (a).:

Solicito a atenção de V. Ex.a para o assunto que passo a expor:

O seguinte pedido encontra-se inserido no Trabalho de Investigação Aplicado (TIA) para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares – Infantaria na Academia Militar, cujo orientador do mesmo é o TCor Dias Rouco.

Para concluir o estudo em questão, é necessária a sua participação na realização de um inquérito à Opinião Pública - Desta forma, venho por este meio solicitar a V. Ex.a **responder ao presente questionário** (link em baixo).

Informo ainda que a sua colaboração e sinceridade nas respostas irá promover a exatidão dos resultados a obter pelo estudo (**Mais informações presentes no questionário**).

Para responder a este inquérito necessita apenas de **25 minutos**.

**Aceda através deste link:**

<https://docs.google.com/forms/d/1uo6cJ5TodvrRJjYGc0k83ZTHkAT4jZvRFolyDZTDCx4/viewform>

Qualquer dúvida disponha através dos contactos.

Agradeço a vossa participação.

Pedro Ricardo Mendes Fragosa

Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria

E-mail: pedrofragosa@gmail.com

## Apêndice H

### Análise estatística dos dados obtidos no inquérito

#### Consistência interna do Questionário

O valor de consistência interna analisado pelo coeficiente Alpha de Cronbach<sup>50</sup> encontrado para o nosso questionário, como se pode ver na Tabela n.º 1, é considerado como **Excelente** (0,947).

Analisámos ainda cada uma das dimensões independentemente, Tabela n.º 2 (Defesa de Portugal e da União Europeia), Tabela n.º 3 (Forças Armadas Portuguesas) e Tabela n.º 4 (Portugal e a Sociedade Portuguesa), com os seguintes valores respetivamente, 0,88; 0,94 e 0,80, como podemos verificar o valor mais baixo é o de 0,80, que ainda assim é um valor considerado **Bom**.

| Alfa de Cronbach | N de itens |
|------------------|------------|
| ,947             | 138        |

**Tabela n.º 2 - Consistência Interna.**

**Autor - Elaboração própria.**

| Alfa de Cronbach | N de itens |
|------------------|------------|
| ,876             | 15         |

**Tabela n.º 3 - Defesa de Portugal e da União Europeia.**

**Autor – Elaboração própria.**

<sup>50</sup> Para garantir que os fatores extraídos são fidedignos, nomeadamente os que tem valores próprios próximos de 1, utiliza-se o “Alpha de Cronbach” como medida de fidelidade. A confiabilidade varia consoante os valores indicados: Maior que 0,9 – Excelente; de 0,9 a 0,8 – Bom; de 0,8 a 0,7 – Aceitável; de 0,7 a 0,6 – Questionável; de 0,6 a 0,5 – Pobre e menor do que 0,5 – Inaceitável.

| Alfa de Cronbach | N de itens |
|------------------|------------|
| ,944             | 91         |

Tabela n.º 4 - Forças Armadas Portuguesas.

Autor – Elaboração própria.

| Alfa de Cronbach | N de itens |
|------------------|------------|
| ,798             | 32         |

Tabela n.º 5 - Portugal e a Sociedade Portuguesa.

Autor – Elaboração própria.

### Análise paramétrica das dimensões

Através do teste de normalidade (Kolmogorov – Smirnov<sup>51</sup>), determinámos se o conjunto de dados obtidos no inquérito é bem modelado por uma distribuição normal, relativamente às questões com escala de Likert dentro de cada dimensão, assim sendo e como se pode verificar na Tabela n.º 5, Tabela n.º 6 e Tabela n.º 7, o grau de significância é  $(\alpha) \leq 0,05$ , mais precisamente  $p = 0,000$ , ou seja, obtivemos dados estatisticamente significativos.

| Teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra |             |         |
|--|-------------|---------|
|  |             | DPUE_D1 |
| N  |             | 384     |
| Parâmetros normais <sup>a,b</sup>          | Média       | 4,8804  |
|  | Erro Desvio | 2,00020 |
| Diferenças Mais Extremas                   | Absoluto    | ,086    |
|  | Positivo    | ,086    |
|  | Negativo    | -,051   |
| Estatística de teste                       |             | ,086    |
| Significância Sig. (2 extremidades)        |             | 0,000   |

Tabela n.º 6 - Teste Kolmogorov-Smirnov (Dimensão DPUE).

Autor – Elaboração própria.

<sup>51</sup> As hipóteses do Teste de Kolmogorov-Smirnov são: Hipótese Nula ( $H_0$ ) – A variável segue distribuição Normal e Hipótese Alternativa ( $H_1$ ) – A variável não segue distribuição Normal.

| <b>Teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra</b> |             |         |
|---|-------------|---------|
| FAP_D2  |             |         |
| N   |             | 384     |
| Parâmetros normais <sup>a,b</sup>                 | Média       | 6,5357  |
|   | Erro Desvio | 1,18359 |
| Diferenças Mais Extremas                          | Absoluto    | ,087    |
|   | Positivo    | ,069    |
|   | Negativo    | -,087   |
| Estatística de teste                              |             | ,087    |
| Significância Sig. (2 extremidades)               |             | 0,000   |

Tabela n.º 7 - Teste Kolmogrov-Smirnov (Dimensão FAP).

Fonte – Elaboração própria.

| <b>Teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra</b> |             |         |
|---|-------------|---------|
| PSP_D3  |             |         |
| N   |             | 384     |
| Parâmetros normais <sup>a,b</sup>                 | Média       | 4,5624  |
|   | Erro Desvio | 1,29966 |
| Diferenças Mais Extremas                          | Absoluto    | ,073    |
|   | Positivo    | ,073    |
|   | Negativo    | -,060   |
| Estatística de teste                              |             | ,073    |
| Significância Sig. (2 extremidades)               |             | 0,000   |

Tabela n.º 8 - Teste Kolmogrov-Smirnov (Dimensão PSP).

Fonte – Elaboração própria.

## Análise das Questões Derivadas

Após concluída a análise estatística descritiva dos dados relativos à amostra em estudo, vamos realizar uma análise estatística inferencial, pois é essencial proceder a uma interpretação prudente dos aspetos mais relevantes observados ao longo do trabalho de investigação.

Para avaliar se na globalidade da **opinião pública, deverão existir Forças Armadas em Portugal**, efetuou-se o teste Qui-Quadrado<sup>52</sup> e constatou-se que não haviam diferenças estatisticamente significativas da opinião entre elementos do sexo Feminino e Masculino, relativamente às perguntas P.2, P.6, P.7 e P.13 do inquérito, pois registam-se

<sup>52</sup> As hipóteses do teste “Qui-Quadrado” (Chi-Square) são: Hipótese Nula ( $H_0$ ) – As variáveis são independentes e Hipótese Alternativa ( $H_1$ ) – As variáveis são dependentes.

valores superiores ao nível de significância de  $(\alpha) \leq 0,05$ , como se pode verificar na Tabela n.º 6.

| <b>Pergunta do inquérito</b> | <b>qui-quadrado</b> | <b>Df</b> | <b>Significância Sig. (2 lados)</b> |
|------------------------------|---------------------|-----------|-------------------------------------|
| P.2                          | 8,566               | 4         | 0,073                               |
| P.6                          | 2,586               | 2         | 0,274                               |
| P.7                          | 12,235              | 10        | 0,270                               |
| P.13                         | 0,164               | 2         | 0,921                               |

**Tabela n.º 9 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.1).**

**Autor – Elaboração própria.**

Para verificar **qual a confiança que os portugueses têm nas Forças Armadas**, efetuou-se o teste Qui-Quadrado, como podemos verificar na Tabela n.º 9. Constatou-se então que haviam diferenças estatisticamente significativas na pergunta P.24c (Prestígio das profissões) do inquérito, pois regista-se valores inferiores ao nível de significância de  $(\alpha) \leq 0,05$ , sendo que  $p=0,001$ .

| <b>Pergunta do inquérito</b> | <b>qui-quadrado</b> | <b>Df</b> | <b>Significância Sig. (2 lados)</b> |
|------------------------------|---------------------|-----------|-------------------------------------|
| P.12e                        | 4,071               | 3         | 0,254                               |
| P.13                         | 0,164               | 2         | 0,921                               |
| P.14                         | 5,884               | 3         | 0,117                               |
| P.24c                        | 28,514              | 10        | <b>0,001</b>                        |

**Tabela n.º 10 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.2).**

**Autor – Elaboração própria.**

No que concerne à **dimensão do efetivo das Forças Armadas que a opinião pública acha ser necessário para o cumprimento das suas missões**, não existe diferenças estatisticamente significativas relativamente à opinião entre homens e mulheres, sendo que os valores registados de significância são superiores ao nível de significância de  $(\alpha) \leq 0,05$ , tendo obtido na pergunta P.18 e P.19 os valores  $p=0,173$  e  $p=0,370$  respetivamente como se pode verificar na Tabela n.º 10.

| <b>Pergunta do inquérito</b> | <b>qui-quadrado</b> | <b>Df</b> | <b>Significância Sig. (2 lados)</b> |
|------------------------------|---------------------|-----------|-------------------------------------|
| P.18                         | 6,368               | 4         | 0,173                               |
| P.19                         | 6,606               | 2         | 0,370                               |

**Tabela n.º 11 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.3).**

**Autor – Elaboração própria.**

Para avaliar **quais as missões que as Forças Armadas devem desempenhar** na opinião dos inquiridos, efetuou-se o teste de Qui-Quadrado e constatou-se que haviam diferenças estatisticamente significativas nas perguntas P.10e e P.17i, relativamente à pergunta P.10e do inquérito, obtivemos um valor de significância de  $p=0,002$  e na pergunta P.17i um valor de significância de  $p=0,006$ , como se pode verificar na Tabela n.º 11.

| <b>Pergunta do inquérito</b> | <b>qui-quadrado</b> | <b>Df</b> | <b>Significância Sig. (2 lados)</b> |
|------------------------------|---------------------|-----------|-------------------------------------|
| P.3                          | 7,899               | 4         | 0,095                               |
| P.10e                        | 24,235              | 8         | 0,002                               |
| P.16                         | 17,528              | 9         | 0,410                               |
| P.17i                        | 23,16               | 9         | 0,006                               |

Tabela n.º 12 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.4).

Autor – Elaboração própria.

Com a intenção de avaliar qual a **opinião pública sobre se as Forças Armadas contribuem para o prestígio internacional do País**, efetuou-se o teste de Qui-Quadrado. Não se tendo verificado diferenças de opinião entre os inquiridos, relativamente às perguntas P.12c e 17a do questionário, pois não se regista nenhum valor com nível de significância inferior a  $(\alpha) \leq 0,05$ .

| <b>Pergunta do inquérito</b> | <b>qui-quadrado</b> | <b>Df</b> | <b>Significância Sig. (2 lados)</b> |
|------------------------------|---------------------|-----------|-------------------------------------|
| P.12c                        | 1,194               | 3         | 0,754                               |
| P.17a                        | 16,466              | 10        | 0,087                               |

Tabela n.º 13 - Teste do Qui-Quadrado (Q.D.5).

Autor – Elaboração própria.

## Análise ANOVA

Após efetuar a análise ANOVA - One-Way<sup>53</sup>, verificámos se as médias dos sete grupos etários diferiam entre si. Na dimensão (Defesa de Portugal e da União Europeia) rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de igualdade das médias dos sete grupos etários, sendo que o resultado obtido no Teste ANOVA foi de  $p = 0,009$  (Tabela n.º 13). Já nas dimensões (Forças Armadas Portuguesas) e (Portugal e a Sociedade Portuguesa), verificou-se que não

<sup>53</sup> As hipóteses da análise de variância para um fator (ANOVA – One-Way) são: Hipótese Nula ( $H_0$ ) – As médias de todos os grupos são iguais e Hipótese Alternativa ( $H_1$ ) – pelo menos duas médias diferem entre si.

havia resultados estatisticamente relevantes,  $p=0,224$  e  $p=0,094$  respetivamente, como se pode verificar na Tabela n.º 14 e Tabela n.º 15, apesar disso os resultados não são exageradamente elevados.

| ANOVA        |           |     |          |       |       |
|--------------|-----------|-----|----------|-------|-------|
| DPUE_D1      |           |     |          |       |       |
|              | Soma dos  |     | Quadrado |       |       |
|              | Quadrados | Df  | Médio    | Z     | Sig.  |
| Entre Grupos | 67,316    | 6   | 11,219   | 2,887 | 0,009 |
| Nos grupos   | 1464,992  | 377 | 3,886    |       |       |
| Total        | 1532,308  | 383 |          |       |       |

Tabela n.º 14 - Teste ANOVA (Defesa de Portugal e da União Europeia).

Autor – Elaboração própria.

| ANOVA        |           |     |          |       |       |
|--------------|-----------|-----|----------|-------|-------|
| FAP_D2       |           |     |          |       |       |
|              | Soma dos  |     | Quadrado |       |       |
|              | Quadrados | Df  | Médio    | Z     | Sig.  |
| Entre Grupos | 11,485    | 6   | 1,914    | 1,374 | 0,224 |
| Nos grupos   | 525,055   | 377 | 1,393    |       |       |
| Total        | 536,540   | 383 |          |       |       |

Tabela n.º 15 - Teste ANOVA (Forças Armadas Portuguesas).

Autor – Elaboração própria.

| ANOVA        |           |     |          |       |       |
|--------------|-----------|-----|----------|-------|-------|
| PSP_D3       |           |     |          |       |       |
|              | Soma dos  |     | Quadrado |       |       |
|              | Quadrados | Df  | Médio    | Z     | Sig.  |
| Entre Grupos | 18,178    | 6   | 3,030    | 1,817 | 0,095 |
| Nos grupos   | 628,750   | 377 | 1,668    |       |       |
| Total        | 646,928   | 383 |          |       |       |

Tabela n.º 16 - Teste ANOVA (Portugal e a Sociedade Portuguesa).

Autor – Elaboração própria.

## Anexos

### Anexo A

### Teoria dos Efeitos Cognitivos



Figura n.º 2 - Teoria dos Efeitos Cognitivos.

Autor – Gil Ferreira (2014).

Anexo B

Promulgação da Organização Geral da Aeronáutica Militar

Terça-feira 27 de Maio de 1952

I Série—Número 117



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$20

|  |  |                    |  |       |
|--|--|--------------------|--|-------|
| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do <i>Diário do Governo</i> , deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 9 exemplares anuam-se gratuitamente. | <b>ASSINATURAS</b>                                       |                    | O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento. |       |
|  | As três séries . . . Ano 1952                            | Semestre . . . . . |  | 900\$ |
|  | A 1.ª série . . . . .                                    | . . . . .          |  | 50\$  |
|  | A 2.ª série . . . . .                                    | . . . . .          |  | 70\$  |
|  | A 3.ª série . . . . .                                    | . . . . .          | 70\$   |       |
|  | Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio |                    |  |       |

SUMÁRIO

- Presidência da República:**  
**Lei n.º 2:055** — Promulga a organização geral da aeronáutica militar.
- Ministério do Interior:**  
**Decreto-Lei n.º 38:764** — Permite ao Ministro, na falta de candidatos com as condições exigidas, prover livremente, por licenças em Direito com a informação final mínima de *bom* e que satisfaçam aos requisitos gerais do artigo 460.º do Código Administrativo, os cargos da 2.ª categoria e da 3.ª classe da 1.ª categoria do quadro geral administrativo dos serviços externos da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, bem como os de secretário do governo civil dos distritos insulares.
- Ministério da Marinha:**  
**Portaria n.º 13:979** — Prorroga até ao fim do corrente ano o período fixado no n.º 2.º da Portaria n.º 11:677 (tempo de embarque exigido para promoção aos grumetes telegrafistas e pessoal radiotelegrafista em serviço nas estações radiotelegráficas das ilhas adjacentes).

nas províncias ultramarinas podem ser empregadas pelo Governo dentro ou fora do território sujeito à soberania portuguesa, conforme as conveniências nacionais o exigirem.

Art. 4.º De acordo com o princípio de unidade da organização militar previsto na Constituição Política, serão rigorosamente observadas a identidade de formação de oficiais e sargentos e a unidade do material, em tudo que não seja imposto pela normal natureza especializada das forças aéreas.

§ 1.º Salvo, também, no que se refere à especialização imposta pelas circunstâncias, os princípios que regem a instrução tática e técnica das tropas e o seu emprego em campanha serão comuns aos dos exércitos de terra e mar.

§ 2.º E da competência do Ministro da Defesa Nacional mandar aplicar à aeronáutica militar as disposições regulamentares em vigor no Exército e na Armada, consentâneas com o seu modo particular de actuação, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra.

Art. 5.º Competem ao Subsecretariado de Estado da Aeronáutica a inspecção militar e fiscalização das possibilidades de aproveitamento e a preparação de requisição militar em tempo de guerra, das organizações, materiais especializados e infra-estruturas da aeronáutica civil, existentes na metrópole ou nos territórios de além-mar.

§ único. Todos os actos de inspecção e fiscalização nos territórios da metrópole e do ultramar serão executados com o conhecimento, respectivamente, do Ministro das Comunicações e dos governadores ultramarinos.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 2:055

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

CAPITULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º A aeronáutica militar tem por fim essencial:

- a) A defesa do espaço aéreo da metrópole e dos territórios de além-mar;
- b) A cooperação com as forças terrestres e navais.

§ único. A aeronáutica militar terá forças aéreas para operações independentes e forças aéreas de cooperação, podendo estas ser postas à disposição dos Ministérios do Exército e da Marinha, para emprego pelos respectivos comandos.

Art. 2.º A aeronáutica militar, incluindo o material e infra-estruturas que lhe são próprios, será, no plano governamental, administrada por um Subsecretariado de Estado, que funcionará na Presidência do Conselho, na dependência e sob a responsabilidade do Ministro da Defesa Nacional.

Art. 3.º Quando as circunstâncias o aconselharem ou imponham, podem ser constituídas, normal ou eventualmente, forças aéreas nos territórios de além-mar. As forças aéreas portuguesas estacionadas na metrópole ou

CAPITULO II

Divisão aeronáutica militar do território nacional

Art. 6.º O território nacional da metrópole e províncias ultramarinas será dividido em regiões aéreas, a determinar pelo Governo.

§ 1.º A divisão em regiões aéreas destina-se a facilitar:

- a) A preparação e execução das operações de recrutamento, instrução e mobilização das forças aéreas, recursos e infra-estruturas aeronáuticas de toda a espécie;
- b) A preparação e execução das medidas relativas à defesa aérea do território;
- c) O exercício do comando superior das forças aéreas nas respectivas áreas e a execução das missões que às mesmas incumbem.

§ 2.º Para efeitos de recrutamento, a aeronáutica militar utilizará, em cada região aérea, a organização territorial do exército de terra. Para efeito de operações, o território das regiões aéreas pode ser subdivi-

Figura n.º 3 - Diário do Governo de 1952.

Fonte - Sítio Oficial da Força Aérea (2014).

## Anexo C Organograma do EMGFA

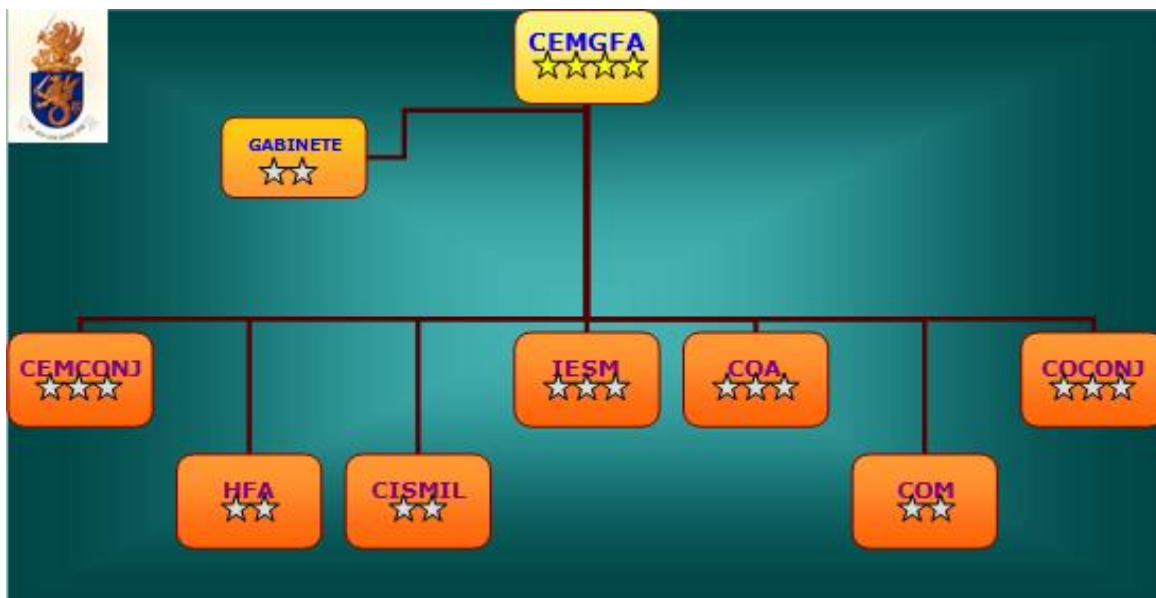


Figura n.º 4 - Organograma da nova estrutura do EMGFA.

Fonte – Sítio Oficial do EMGFA (2014).

## **Anexo D**

### **Extrato da Lei Orgânica das Forças Armadas**

Lei n.º1-A/2009 de 7 de Julho 2009

#### **Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas**

#### **CAPÍTULO I** **Princípios gerais**

#### **Artigo 1.º** **Forças Armadas**

1 — As Forças Armadas Portuguesas são um pilar essencial da Defesa Nacional e constituem a estrutura do Estado que tem como missão fundamental garantir a defesa militar da República.

2 — As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei, e integram -se na administração direta do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional.

3 — Os órgãos do Estado diretamente responsáveis pela defesa nacional e pelas Forças Armadas são os seguintes:

- a)* Presidente da República;
- b)* Assembleia da República;
- c)* Governo;
- d)* Conselho Superior de Defesa Nacional;
- e)* Conselho Superior Militar.

4 — O Ministro da Defesa Nacional é politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da política de defesa nacional, pela administração das Forças Armadas e resultados do seu emprego.

5 — Além dos referidos nos números anteriores, os órgãos do Estado diretamente responsáveis pelas Forças Armadas e pela componente militar da defesa nacional são os seguintes:

- a)* Conselho de Chefes de Estado -Maior;
- b)* Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas;
- c)* Chefes de Estado -Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea.

#### **Artigo 2.º** **Funcionamento das Forças Armadas**

1 — A defesa militar da República, garantida pelo Estado, é assegurada em exclusivo pelas Forças Armadas.

2 — O funcionamento das Forças Armadas é orientado para a sua permanente preparação, tendo em vista a sua atuação para fazer face a qualquer tipo de agressão ou ameaça externa.

3 — A atuação das Forças Armadas desenvolve -se no respeito pela Constituição e pela lei, em execução da política de defesa nacional definida e do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, e por forma a corresponder às normas e orientações estabelecidas nos seguintes documentos estruturantes:

- a) Conceito estratégico militar;
- b) Missões das Forças Armadas;
- c) Sistema de forças;
- d) Dispositivo de forças.

### **Artigo 3.º**

#### **Conceito estratégico militar**

1 — O conceito estratégico militar, decorrente do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, define as grandes linhas conceptuais de atuação das Forças Armadas e as orientações gerais para a sua preparação, emprego e sustentação.

2 — O conceito estratégico militar é elaborado pelo Conselho de Chefes de Estado -Maior, aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional e confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional.

### **Artigo 4.º**

#### **Missões das Forças Armadas**

1 — Nos termos da Constituição e da lei, incumbe às Forças Armadas:

- a) Desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado;
- b) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- c) Executar missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;
- d) Executar as ações de cooperação técnico -militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação;
- e) Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais;
- f) Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

2 — As Forças Armadas podem ser empregues, nos termos da Constituição e da lei, quando se verifique o estado de sítio ou de emergência.

3 — As missões específicas das Forças Armadas decorrentes das missões enunciadas nos números anteriores são aprovadas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, sob proposta do Ministro da Defesa Nacional, elaborada com base em projeto do Conselho de Chefes de Estado-Maior.

(...)

**Artigo 7.º**  
**Estrutura das Forças Armadas**

1 — A estrutura das Forças Armadas compreende:

- a) O Estado -Maior -General das Forças Armadas;
- b) Os três ramos das Forças Armadas, Marinha, Exército e Força Aérea;
- c) Os órgãos militares de comando das Forças Armadas.

2 — Os órgãos militares de comando das Forças Armadas são o Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas e os chefes de estado -maior dos ramos.

**CAPÍTULO II**  
**Organização das Forças Armadas**

**SECÇÃO I**  
**Estado -Maior -General das Forças Armadas**

**Artigo 8.º**  
**Estado -Maior -General das Forças Armadas**

1 — O Estado -Maior -General das Forças Armadas, abreviadamente designado por EMGFA, tem por missão geral planejar, dirigir e controlar o emprego das Forças Armadas no cumprimento das missões e tarefas operacionais que a estas incumbem.

2 — O EMGFA tem ainda como missão garantir o funcionamento do Instituto de Estudos Superiores Militares e do Hospital das Forças Armadas.

3 — O EMGFA constitui -se como o quartel -general das Forças Armadas, compreendendo o conjunto das estruturas e capacidades adequadas para apoiar o Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas no exercício das suas competências.

**Artigo 9.º**  
**Organização do Estado -Maior -General das Forças Armadas**

1 — O EMGFA é chefiado pelo Chefe de Estado -Maior -General das Forças Armadas e compreende:

- a) O Estado -Maior Conjunto;
- b) O Comando Operacional Conjunto;
- c) Os Comandos Operacionais de natureza conjunta dos

Açores e da Madeira;

d) Os comandos -chefes que, em estado de Guerra eventualmente se constituam na dependência do Chefe de Estado -Maior -General das Forças Armadas;

e) O Centro de Informações e Segurança Militares;

f) Os órgãos de apoio geral.

2 — No âmbito do EMGFA inserem -se ainda como órgãos na dependência direta do Chefe de Estado -Maior -General das Forças Armadas e regulados por legislação própria:

a) O Instituto de Estudos Superiores Militares;

b) O Hospital das Forças Armadas.

3 — O Estado -Maior Conjunto, abreviadamente designado por EMC, constitui o órgão de planeamento e de apoio à decisão do Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas, incluindo para a perspetiva estratégica militar e doutrina militar conjunta, bem como para a componente militar das relações externas de Defesa.

4 — O Comando Operacional Conjunto, abreviadamente designado por COC, dotado das valências necessárias de comando, controlo, comunicações e sistemas de informação, é o órgão permanente para o exercício, por parte do Chefe de Estado -Maior -General das Forças

Armadas, do comando de nível operacional das forças e meios da componente operacional em todo o tipo de situações e para as missões específicas das Forças Armadas consideradas no seu conjunto, com exceção das missões particulares aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas aos ramos.

5 — O COC assegura ainda a ligação com as forças e serviços de segurança e outros organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a Proteção Civil, no âmbito das suas atribuições.

6 — Para os efeitos previstos nos n.os 4 e 5, o COC articula -se funcionalmente e em permanência, com os comandos de componente dos ramos, incluindo para as tarefas de coordenação administrativo -logística, sem prejuízo das competências próprias dos chefes de estado -maior dos ramos.

7 — Os Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira, abreviadamente designados, respetivamente, por COA e COM, são órgãos de comando e controlo de natureza conjunta dependentes, para o emprego operacional, do COC, com o objetivo de efetuarem o planeamento, o treino operacional conjunto e o emprego operacional das forças e meios que lhes forem atribuídos.

8 — Em estado de guerra, podem ser constituídos, na dependência do Chefe de Estado - Maior - General das Forças Armadas, comandos -chefes com o objetivo de permitir a condução de operações militares, dispondo os respetivos comandantes das competências, forças e meios que lhes forem outorgados por carta de comando.

9 — O Centro de Informações e Segurança Militares é responsável pela produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar.

10 — Os órgãos de apoio geral asseguram os apoios administrativo -logísticos necessários ao funcionamento do EMGFA.

(...)

### **Artigo 12.º**

#### **Nomeação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

1 — O Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, a qual deve ser precedida da audição, através do Ministro da Defesa Nacional, do Conselho de Chefes de Estado -Maior.

2 — Sempre que possível deve o Governo iniciar o processo de nomeação do Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas pelo menos um mês antes da vacatura do cargo, por forma a permitir neste momento a substituição imediata do respetivo titular.

3 — Se o Presidente da República discordar do nome proposto, o Governo apresentar -lhe - á nova proposta.

**Artigo 13.º**

**Substituição do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

O Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas é substituído, na sua ausência ou impedimento, pelo Chefe do Estado -Maior do ramo em funções há mais tempo.

**SECÇÃO III**

**Ramos das Forças Armadas**

**Artigo 14.º**

**Ramos das Forças Armadas**

Os ramos das Forças Armadas — Marinha, Exército e Força Aérea — têm por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionados para a geração, preparação e sustentação das forças da componente operacional do Sistema de Forças Nacional, assegurando também o cumprimento das missões particulares aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas aos ramos.

(...)

**CAPÍTULO III**

**As Forças Armadas em estado de guerra**

**Artigo 22.º**

**As Forças Armadas em estado de guerra**

1 — Em estado de guerra, as Forças Armadas têm uma função predominante na defesa nacional e o País empenha todos os recursos necessários no apoio às ações militares e sua execução.

2 — Declarada a guerra, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assume o comando completo das Forças Armadas, e é responsável perante o Presidente da República e o Governo pela preparação e condução das operações.

3 — Em estado de guerra, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas exerce, sob a autoridade do Presidente da República e do Governo, o comando completo das Forças Armadas:

a) Diretamente ou através dos comandantes–chefes para o comando operacional, tendo como comandantes adjuntos os Chefes do Estado-Maior dos ramos;

b) Através dos Chefes do Estado-Maior dos ramos para os aspetos administrativo-logísticos.

4 — Os Chefes do Estado-Maior dos ramos respondem pela execução das diretivas superiores e garantem a atuação das respetivas forças perante o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, dependendo deste em todos os aspetos.

5 — O Conselho de Chefes de Estado-Maior assiste, em permanência, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas na condução das operações militares e na elaboração das propostas de nomeação dos comandantes dos teatros e zonas de operações.

6 — Compete ao Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas apresentar ao Ministro da Defesa Nacional, para decisão do Conselho Superior de Defesa Nacional, os projetos de definição dos teatros e zonas de operações, bem como as propostas de nomeação ou exoneração dos respetivos comandantes e das suas cartas de comando.

(...)

## **CAPÍTULO V**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 26.º**

#### **Articulação operacional entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança**

1 — As Forças Armadas e as forças e os serviços de segurança cooperam tendo em vista o cumprimento conjugado das suas missões para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º

2 — Para assegurar a cooperação prevista no número anterior, são estabelecidas as estruturas e os procedimentos que garantam a interoperabilidade de equipamentos e sistemas, bem como o uso em comum de meios operacionais.

3 — Compete ao Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas e ao Secretário -Geral do Sistema de Segurança Interna assegurar entre si a articulação operacional, para os efeitos previstos nos números anteriores.

#### **Artigo 27.º**

#### **Desenvolvimento**

As bases gerais da presente lei, nomeadamente no que respeita à organização do Estado -Maior -General das Forças Armadas e dos ramos, são desenvolvidas mediante decretos -leis.

#### **Artigo 28.º**

#### **Norma revogatória**

É revogada a Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

#### **Artigo 29.º**

#### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 29 de Maio de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 3 de Julho de 2009.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 6 de Julho de 2009.

O Primeiro -Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

## **Anexo E**

### **Jornal Online Porto24**

19 de Fevereiro de 2014; 16:49

Texto de Redação com Lusa

#### **Militares ajudam a limpar a costa de Vila Nova de Gaia**

O Regimento de Artilharia da Serra do Pilar e a empresa Águas de Gaia estão a trabalhar desde terça-feira na limpeza de 15 quilómetros da costa do concelho, retirando o entulho que resulta do mau tempo.

Esta quarta-feira, numa primeira visita à praia Grão d'Areia, no Canidelo, uma das mais afetadas pelas intempéries deste Inverno, o presidente da Câmara de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, adiantou que as obras de reorganização da costa do concelho custarão “entre 2 milhões e 2,5 milhões de euros”.

De acordo com o autarca, 85% desta verba será paga pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e 15% pela Câmara Municipal de Gaia.

“Estamos a ter um Inverno muito duro que destruiu grande parte dos quilómetros de praia que temos em Vila Nova de Gaia (...). Não tivemos o mediatismo dos azares porque não houve um mega restaurante atingido, mas temos 10 vezes mais território afetado do que outros municípios”, referiu Eduardo Vítor Rodrigues.

O autarca adiantou que as obras de recuperação incluirão apoios de praia, passadiços e regeneradores dunares. Vítor Rodrigues disse estar convicto de que a empreitada ficará pronta “bem a tempo da próxima época balnear”.

“Dependemos do estado do tempo e da APA, mas o diálogo com a agência tem corrido bem. As obras vão incluir o redesenhar do curso dos passadiços para prevenir novas eventualidades”, afirmou o presidente.

A limpeza da costa está a ser feita pelo Regimento de Artilharia da Serra do Pilar e pela empresa Águas de Gaia.

De acordo com o tenente-coronel Rui Ribeiro, segundo comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, estão mobilizados diariamente 20 militares nesta operação, sendo que

serão “substituídos semanalmente para que possam fazer o treino regular e manterem a motivação”.

Já o responsável da Águas de Gaia, Silva Martins, apontou ter 8 pessoas envolvidas nesta limpeza, “essencialmente para fazer o transporte daquilo que os militares recolhem na praia”, e destacou a boa colaboração entre esta empresa e o Regimento, que está localizado na Serra do Pilar, algo, aliás, que também Eduardo Vítor Rodrigues quis sublinhar.

“Quando tanta gente põe em dúvida a pertinência do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar e recomenda a concentração das forças militares em outros locais, nós temos de sublinhar a importância para Vila Nova de Gaia de ter cá o Regimento. Esta é também uma mensagem que a Câmara de Gaia manda para o poder central”, concluiu o autarca

## **Anexo F**

### **Jornal de Noticias (JN) Online**

#### **Quatro militares acusados da morte de uma jovem em quartel de Gaia**

Publicado em 22 de Outubro de 2012; 14:00

O Ministério Público considera que a queda fatal de uma jovem no quartel de Gaia, durante um slide, ocorreu por desleixo de quatro militares envolvidos na montagem e vigilância do equipamento e não por deficiência dos cabos.

Ana Rita Lucas, de 18 anos, caiu de uma altura de cinco a sete metros, em 20 de maio do ano passado, quando fazia o exercício radical no âmbito das atividades do Dia da Defesa Nacional. Ainda foi transportada ao Hospital de Santo António, no Porto, mas não resistiu aos ferimentos, vindo a morrer nesse mesmo dia.

A acusação, facultada à agência Lusa esta segunda-feira, refere que o cabo de aço do sistema que veio a quebrar durante a descida da jovem em slide, a partir de uma torre multiusos, "não apresentava nenhum sinal visível de corrosão ou degradação", encontrando-se em condições "aceitáveis".

Este cabo tinha 150 metros de comprimento e 10 milímetros de diâmetro e a sua capacidade de tensão foi ultrapassada por alegada imprevidência dos quatro arguidos, um sargento, um cabo e dois soldados, sublinha o Ministério Público (MP).

Os quatro militares "não se certificaram das condições em que havia sido executada a tensão do cabo de aço, não se certificaram se aquele cabo de aço tinha tensão em excesso, não verificaram, por cada descida dos voluntários em slide, se aquele cabo de aço mantinha as condições de segurança para continuar a ser utilizado naquele dia", afirma a acusação.

Ana Rita Lucas foi a 15.<sup>a</sup> jovem a usar o equipamento para a atividade radical.

Com esta acusação, o MP secunda a tese de peritos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que concluíram ter havido montagem deficiente do equipamento e que o cabo partiu por excesso de esforço.

Aos quatro militares acusados no processo é imputado o crime de homicídio por negligência, porque "revelaram total falta de cuidado, prudência e desrespeito manifesto pelas regras de segurança, sem terem tomado as necessárias precauções para evitarem a quebra do cabo de aço".

O processo está na 2.<sup>a</sup> secção do MP de Gaia, desconhecendo-se ainda quando será julgado por um tribunal singular.

As atividades do Dia da Defesa Nacional, que Ana Rita Lucas cumpria em 20 de maio do ano passado, são impostas por lei.

Na altura do acidente, o Exército expressou à família o seu "profundo pesar" pelo sucedido e anunciou a abertura de um inquérito.

## Anexo G

### As Etapas do Procedimento

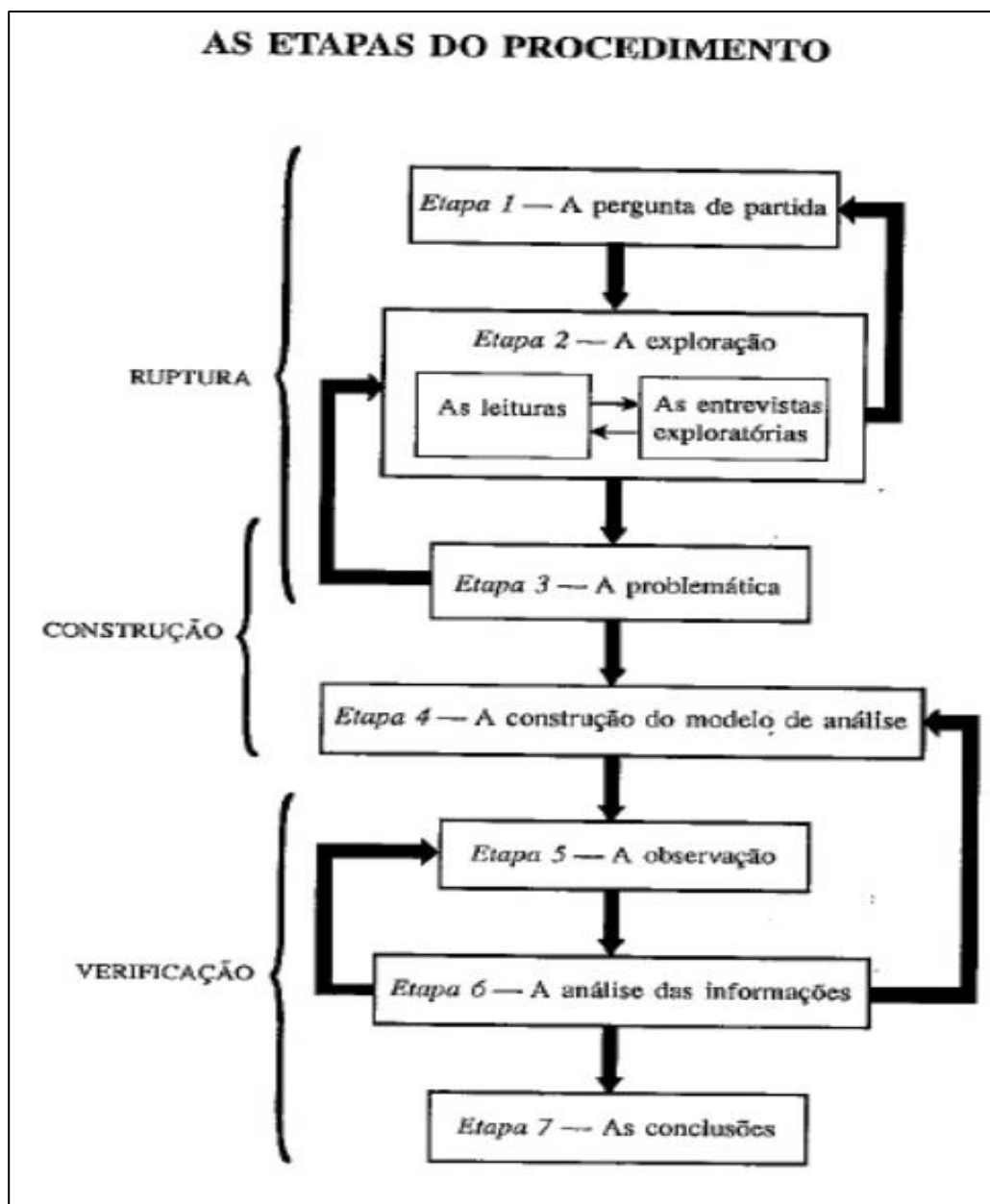


Figura n.º 5 - As Etapas do Procedimento.

Fonte – Adaptado de Quivy e Campenhoudt (1998, p.22).

## Anexo H

### Gráfico de Abstenção Legislativas 2013

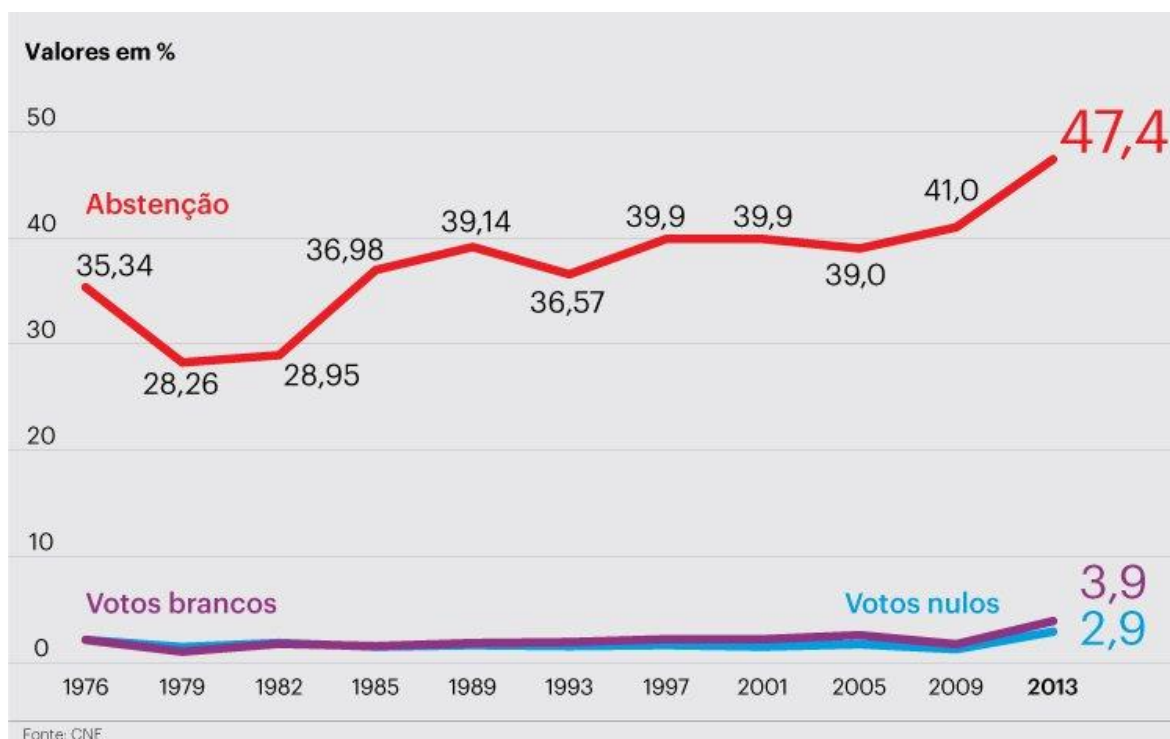


Figura n.º 6 - Abstenção Legislativas 2013.

Fonte – Adaptado Hugo Daniel Sousa in (<http://www.publico.pt>).

## **Anexo I**

### **Jornal Público/Economia Online**

#### **As principais medidas de austeridade antes e depois da entrada da *troika***

Público e Lusa 07 de Setembro de 2012; 22:42.

Portugal conheceu nos últimos dois anos sucessivos anúncios de medidas de austeridade. Em 2011 e 2012, com a aplicação do programa da *troika*, as medidas avolumaram-se, mas já antes – nos programas de estabilidade de crescimento (PEC) – os portugueses sentiram na carteira o peso dos planos de contenção.

Ainda em 2010, foi determinado o congelamento de admissões e progressões de carreira para a função pública. É aprovado um aumento do IVA, de 20% para 21% (taxa normal), de 12% para 13% (taxa intermédia) e de 5% para 6% (taxa reduzida). É aprovada a tributação das mais-valias bolsistas a uma taxa de 20%. E os rendimentos superiores a 150 mil euros anuais ficam sujeitos a uma taxa de IRS de 45%.

Em 2011, durante o Governo de José Sócrates, avançam mais medidas de austeridade.

Os funcionários públicos com um vencimento superior a 1500 euros mensais tiveram um corte no salário entre 3,5% e 10%. Todos os rendimentos foram afetados pelo congelamento da dedução específica em IRS.

As pensões foram congeladas, incluindo os beneficiários de pensões mínimas. A taxa normal do IVA subiu de 21% para 23% e foi alargado o conjunto de bens sujeitos à taxa normal.

As taxas moderadoras foram atualizadas, com aumentos dos cinco aos 50 cêntimos. Acabou a isenção de taxas moderadoras para os desempregados e pensionistas com rendimentos superiores ao valor do salário mínimo nacional (485 euros).

Já depois de Portugal estar sob intervenção externa, o Governo de Pedro Passos Coelho decide tomar novas medidas para cumprir a meta do défice em 2011.

A 30 de Junho de 2011, o primeiro-ministro quebra a promessa eleitoral de não aumentar impostos e anuncia, no Parlamento, um imposto extraordinário sobre os rendimentos, equivalente a 50% do subsídio de Natal.

A 1 de Agosto de 2011, aumenta o preço dos transportes públicos – em média, 15% nos títulos dos transportes rodoviários urbanos de Lisboa e do Porto, transportes ferroviários até 50 quilómetros e transportes fluviais

O ministro das Finanças, Vítor Gaspar, anuncia, a 31 de Agosto, novas medidas fiscais para penalizar os contribuintes de rendimentos mais elevados.

A 1 de Outubro, aumenta o IVA sobre o gás e a eletricidade. O custo mensal sobe de 6% para 23%.

Ainda no mesmo mês, Passos Coelho anuncia o corte dos subsídios de férias e Natal aos funcionários públicos e pensionistas com vencimento superior a mil euros, durante a vigência do programa da *troika*.

A 20 de Novembro de 2011, o Parlamento aprova o aumento para 25% das taxas liberatórias sobre os juros, dividendos e mais-valias mobiliárias, em sede de IRS e IRC.

Já em 2012, a entrada em vigor do novo orçamento impõe um conjunto de novas medidas. As despesas de saúde passam a ser dedutíveis em sede de IRS apenas em 10%. As despesas com a habitação são dedutíveis, não em 30% do seu valor, mas em 15%.

O Governo reestrutura e “racionaliza” as listas de bens e serviços sujeitos a IVA e destina a taxa intermédia de 13% a sectores que Pedro Passos Coelho classifica de “cruciais” para a produção nacional. A água engarrafada aumenta para 13% e os refrigerantes passaram a estar sujeitos à taxa de 23%, tal como a restauração. O Governo não mexeu nas taxas dos néctares de fruta, do vinho e do leite achocolatado.

O preço da eletricidade volta a aumentar, sofrendo um incremento de 4% no custo mensal.

O imposto sobre veículos (ISV) para os automóveis ligeiros de passageiros sofre um aumento médio de 6,4% em 2012.

O Imposto Municipal sobre Imóveis sofre um agravamento de 0,1% no caso das habitações reavaliadas ou transacionadas desde 2004. A taxa mínima passa para os 0,5% e a máxima para 0,8%.

O imposto sobre os cigarros sobe de 45% para 50%. A taxa aplicada a cigarrilhas e charutos aumenta de 13% para 15%, enquanto a do tabaco de enrolar passa de 60% para 61,4%.

A 1 de Fevereiro, os preços dos transportes públicos voltam a aumentar, com uma subida média de 5% (a alteração abrange os utentes dos comboios da CP, dos autocarros da Carris e da STCP, da Metro de Lisboa e da Metro do Porto).

Vítor Gaspar anuncia, a 30 de Abril, que o Governo prevê que os subsídios de férias e Natal, cujo pagamento foi suspenso, comecem a ser repostos a partir de 2015, a um ritmo de 25% por ano. Em Julho, o Tribunal Constitucional declara a inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios de férias e Natal, por violar o princípio da igualdade, mas o acórdão só tem efeitos em 2013.

Esta decisão foi a razão central que levou o primeiro-ministro anunciar, nesta sexta-feira, um aumento na contribuição de todos os trabalhadores para a Segurança Social.

## Anexo J

### Evolução da Taxa de Desemprego

#### 3.6 - População desempregada por procura de 1º e novo emprego, duração da procura e setor da última atividade dos desempregados (novo emprego)

(\*) - ver Nota - quadros 3.4, 3.5 e 3.6 - na página 50

| Portugal  | Valor Trimestral (10³) |             |             |             |             |             |             | Variação Homóloga (%) |
|---|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------|
|   | 4º Trim. 13            | 3º Trim. 13 | 2º Trim. 13 | 1º Trim. 13 | 4º Trim. 12 | 3º Trim. 12 | 2º Trim. 12 |                       |
| <b>PROCURA DE 1º E NOVO EMPREGO</b>                                   |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| 1º emprego  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 86,4                   | 104,1       | 85,7        | 93,0        | 101,6       | 98,8        | 81,9        | -15,0                 |
| Novo emprego  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 740,4                  | 734,6       | 800,3       | 859,1       | 821,6       | 772,2       | 745,0       | -9,9                  |
| <b>DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO</b>                                  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Menos de 12 meses   |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 301,7                  | 298,3       | 337,6       | 391,7       | 403,3       | 387,0       | 383,6       | -25,2                 |
| De 12 a 36 meses  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 306,7                  | 326,3       | 340,6       | 358,4       | 314,8       | 290,0       | 267,6       | -2,6                  |
| Mais de 36 meses  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 218,3                  | 214,0       | 207,7       | 202,2       | 205,2       | 193,9       | 175,7       | 6,4                   |
| <b>SETOR DA ÚLTIMA ATIVIDADE - DESEMPREGADOS NOVO EMPREGO (a) (b)</b> |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca                  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 18,6                   | 14,7        | 20,6        | 27,1        | 17,7        | 15,7        | 17,3        | 5,1                   |
| Indust., Construção, Energia e Água                                   |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 249,6                  | 260,8       | 293,5       | 317,4       | 306,4       | 272,2       | 270,7       | -18,5                 |
| Serviços  |                        |             |             |             |             |             |             |                       |
| Total (HM)  | 446,0                  | 428,7       | 459,0       | 485,0       | 465,9       | 456,6       | 423,2       | -4,3                  |

(a) A experiência anterior de trabalho dos indivíduos desempregados à procura de novo emprego é caracterizada apenas para aqueles que deixaram o último emprego há oito ou menos anos. Por essa razão, a soma do número de desempregados à procura de novo emprego por setor da atividade anterior não corresponde ao total de indivíduos desempregados à procura de novo emprego.

(b) As estimativas por setor de atividade têm por referência a CAE-Rev. 3.

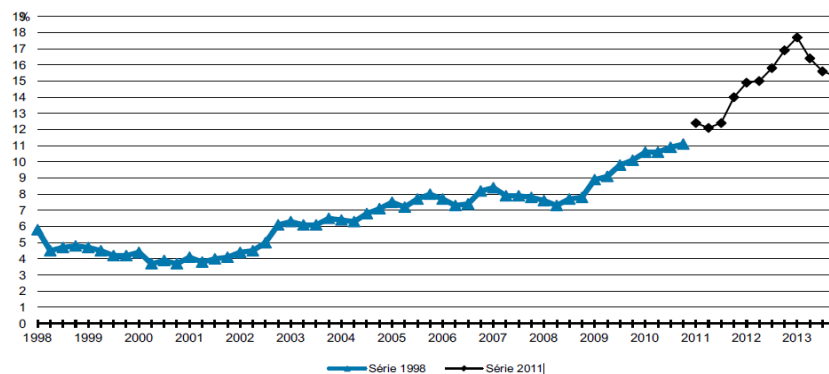
Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

**Figura n.º 7 - População desempregada.**

Fonte – Sítio Oficial do INE.

#### Evolução da taxa de desemprego

(\*) - ver Nota - quadros 3.4, 3.5 e 3.6 - na página 50



Boletim Mensal de Estatística - Fevereiro de 2014

**Figura n.º 8 - Evolução da Taxa de Desemprego.**

Fonte – Sítio Oficial do INE

## Anexo K

### Administração Pública: Dívida em % do PIB – Portugal

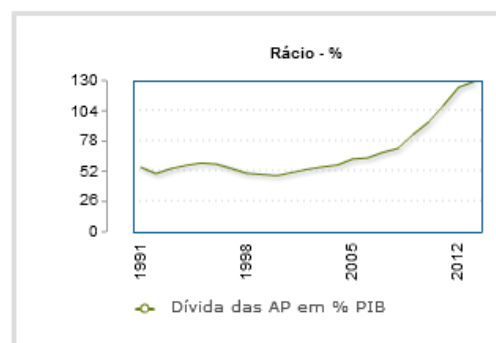
#### Administrações Públicas: dívida em % do PIB - Portugal

Rácio - %

| Anos | Dívida das AP em % PIB |
|------|------------------------|
| 1991 | 55,6                   |
| 2000 | 48,4                   |
| 2001 | 51,1                   |
| 2002 | 53,7                   |
| 2003 | 55,7                   |
| 2004 | 57,5                   |
| 2005 | 62,5                   |
| 2006 | 63,7                   |
| 2007 | 68,3                   |
| 2008 | 71,7                   |
| 2009 | 83,7                   |
| 2010 | 94,0                   |
| 2011 | Pro 108,2              |
| 2012 | Pro 124,1              |
| 2013 | Pro 129,0              |



Dívida das AP em % PIB



Fontes/Entidades: INE-BP, DGO/MF-BP-INE, PORDATA

*Carregue no gráfico para ver em detalhe*

Fontes/Entidades: INE-BP, DGO/MF-BP-INE, PORDATA

Última actualização: 2014-03-31

**Figura n.º 9 - Dívida em % do PIB.**

**Autor – PORDATA.**

## Anexo L

## Mapa XV – Ano Económico de 2014

**MAPA XV**  
**DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS**

ANO ECONÓMICO DE 2014

Página 1

| PROGRAMA / MINISTÉRIO   | TOTAL                  |
|---|------------------------|
| P-001-ÓRGÃOS DE SOBERANIA<br>ENCARGOS GERAIS DO ESTADO  | 3 112 796 721          |
| P-002-GOVERNAÇÃO E CULTURA<br>PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  | 837 388 849            |
| P-003-FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA<br>FINANÇAS  | 31 968 098 865         |
| P-004-GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA<br>FINANÇAS  | 119 040 078 909        |
| P-005-REPRESENTAÇÃO EXTERNA<br>NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  | 374 460 613            |
| P-006-DEFESA<br>DEFESA NACIONAL   | 2 144 265 473          |
| P-007-SEGURANÇA INTERNA<br>ADMINISTRAÇÃO INTERNA  | 2 034 784 001          |
| P-008-JUSTIÇA<br>JUSTIÇA  | 1 527 115 078          |
| P-009-ECONOMIA<br>ECONOMIA  | 4 488 888 400          |
| P-010-AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITORIO E DA ENERGIA<br>AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA ENERGIA | 664 534 584            |
| P-011-AGRICULTURA E MAR<br>AGRICULTURA E DO MAR   | 1 500 183 702          |
| P-012-SAUDE<br>SAÚDE  | 15 946 821 503         |
| P-013-ENSINO BASICO E SECUNDARIO E ADMINISTRACAO ESCOLAR<br>EDUCAÇÃO E CIÊNCIA                                | 5 786 894 440          |
| P-014-CIENCIA E ENSINO SUPERIOR<br>EDUCAÇÃO E CIÊNCIA   | 3 502 467 792          |
| P-015-SOLIDARIEDADE, DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL<br>SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL               | 10 667 613 488         |
| <b>Total Geral dos Programas</b>  | <b>203 596 392 418</b> |
| <b>Total Geral dos Programas consolidado</b>  | <b>188 706 534 047</b> |

Figura n.º 10 - Mapa XV - Orçamento de Estado 2014.

Fonte – Adaptado de Ministério das Finanças (2014).